



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO EM HISTÓRIA**

**Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS**

**Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br**

---

**Programa de Pós-Graduação em História UPF**

**Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br**

---

Ronaldo Zatta

**SENTINELAS DO SUDOESTE: o Exército brasileiro na  
fronteira paranaense**

Passo Fundo, Fevereiro de 2009

Ronaldo Zatta

SENTINELAS DO SUDOESTE: o Exército brasileiro na  
fronteira paranaense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2009

A minha querida prima Elíria Zatta, residente em Passo Fundo-RS, que na luta contra o câncer acabou se tornando para mim um exemplo de fé, fortaleza, perseverança e superação.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por ter me iluminado durante esses dois anos de caminhada. Em seguida ao Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado em História - UPF que me proporcionou os mais estimulantes anos no ponto de vista intelectual. A todos – os professores, funcionários e alunos – fica aqui o meu reconhecimento.

Aos professores do Curso de História da UNIPAR - Campus de Francisco Beltrão-PR – Prof. Ismael Vanini, Prof. Antonio Carlos Bonamigo e Prof. Paulo Cezar Duarte – que lecionaram em minha graduação e orientaram os primeiros passos em direção ao mestrado.

Decisivo também foi o auxílio da CAPES, que me concedeu uma bolsa de estudos durante dois anos.

Agradeço ao Exército Brasileiro - 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado – em especial ao Historiador e Curador do Museu Militar Tenente Camargo, o capitão Rômulo Innocêncio Junior, que liberou acesso a todas as fontes necessárias sem questionar o meu ponto de vista ou interpretações sobre elas.

Aos familiares e amigos – em destaque a minha prima Remi, e meus irmãos de coração Josué e Bernardo – que souberam entender minha ausência e auxiliaram neste trabalho. Ao meu amigo Carlos e a minha prima Elíria, residentes de Passo Fundo-RS, os quais me ofereceram hospedagem durante esses dois anos de viagens regulares à UPF.

Gostaria de fazer também um agradecimento especial a minha orientadora, a Prof.(a) Dr.(a) Ana Luiza Setti Reickzegele – Coordenadora do PPGH-UPF – uma amiga acima de tudo, que aliando sua sensibilidade ao rigor intelectual, motivou e estimulou a realização deste trabalho. Suas aulas e conversas deixaram saudades. Também ao meu co-orientador, o Prof. Dr. Adelar

Heinsfeld, para mim um exemplo profissional, que abriu meus olhos para falhas quase que imperdoáveis durante a elaboração desta dissertação.

Por fim, a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte deste trabalho.

“O que sabemos é uma gota e o que ignoramos é um oceano.” – Isaac Newton

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a influência do Exército na formação da sociedade regional no sudoeste paranaense. A história da colonização regional se confunde com a das Organizações Militares que foram destacadas para a região, por este motivo foram direcionados esforços para entender como se deu o bom convívio social entre militares e “pioneiros” que resultou numa identidade política comum a todos. O início da análise se dá na área da “*geopolítica*” estudando os pensamentos da ESG sobre a região (fronteira com a Argentina e próxima ao Paraguai) ainda nos anos vinte, seguindo no campo da “*cultura política*” e “*imaginário social*” para explicar os laços fraternais criados, o bom convívio local e a identificação como um grupo social com raízes em comum. A proximidade com a fronteira e a presença de instituições militares através de suas atuações nos tempos de colonização (Revolta de 1957) com seus símbolos, costumes e rituais simbólicos de civismo deixaram marcados com traços do “*nacionalismo*” a base social na região. Por fim os estudos se direcionam para o campo da “*memória*”, onde se disserta sobre o tenente Camargo, militar transformado em herói regional após ter sido morto em combate a guerrilha em 1965.

Palavras-chave: Exército, sociedade, revolta e memória.



## **ABSTRACT**

This work had the intention to analyze the influence of the army in regional training society in the southwest paranaense. The history of colonialism regional be confused with the military organizations that were highlighted in the region, for this reason were directed efforts to understand how gave good social coexistence between military and pioneers resulted in a political identity common to all. The start of the analysis is given in the area of "geopolitics" studying the thoughts of ESG on the region (border with Argentina and next to Paraguay) still in twenty years, following in the field of "political culture" and "social imaginary" for to explain the fraternal relationships created, the good local life and the identification as a social group with roots in common. The proximity to the border and the presence of military institutions through their hearings in times of colonization (Revolt in 1957) with their symbols, mores and rituals symbolic of civism have marked with traces of "nationalism" the social basis in the region. Lastly the studies pointed to the field of the "memory", which holds forth on the lieutenant Camargo, military transformed into hero regional after have been killed in combat the guerrilla movement in 1965. I believe that this miscellanies historiographical provided different perspectives that better developed the main objective, to study the influence of casern training sudoestina society.

Key-words: Army, society, revolt and hero.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

|  |           |
|--|-----------|
| Figura 1 – Mapa da Gleba das Missões e de Chopim.....                                  | nº p. 23. |
| Figura 2 – Principal “ <i>puncti dolentes</i> ”.....                                   | nº p. 39. |
| Figura 3 – Estratégia Política do Estado proposto por Golbery 1952.....                | nº p. 32. |
| Figura 4 – Projeto de Interação Social proposto por Golbery 1959.....                  | nº p. 34. |
| Figura 5 – Manobra de Integração do Território Nacional proposto por Golbery 1952..... | nº p. 35. |
| Figura 6 – Áreas Geopolíticas ou Geomilitares definidas por Golbery 1967....           | nº p. 37. |
| Figura 7 – Mapa do sudoeste do Paraná.....   | nº p. 44. |
| Figura 8 – Pavilhão das antigas instalações da CANGO.....                              | nº p. 46. |
| Figura 9 – Incorporação da turma 1958.....   | nº p. 48. |
| Figura 10 – Escolta do preso Antonio Borges.....                                       | nº p. 55. |
| Figura 11 – Cel. Alcebíades convidando os colonos a regressarem ao Brasil.....         | nº p. 56. |
| Figura 12 – Chegada de reforços militares.....   | nº p. 57. |
| Figura 13 – Militares do Exército.....   | nº p. 58. |
| Figura 14 – Viatura Militar.....   | nº p. 61. |
| Figura 15 – Patrulhamento do Exército.....   | nº p. 63. |
| Figura 16 – Militares e civis guarnecendo a sede da rádio Colméia.....                 | nº p. 64. |
| Figura 17 – Escolta aos jagunços.....  | nº p. 65. |
| Figura 18 – Concentração de posseiros.....   | nº p. 66. |
| Figura 19 – Homens fardados nas ruas.....  | nº p. 67. |
| Figura 20 – Um velho de guerra.....  | nº p. 74. |
| Figura 21 – O líder civil da revolta.....  | nº p. 76. |
| Figura 22 – Reformas ao aquartelamento.....  | nº p. 80. |
| Figura 23 – Sala d’armas.....  | nº p. 81. |

|  |             |
|--|-------------|
| Figura 24 – Alojamento dos soldados.....                           | nº p. 82.   |
| Figura 25 – Cocho ou lavatório.....                                | nº p. 83.   |
| Figura 26 – Refeitório dos graduados nas instalações da CANGO..... | nº p. 85.   |
| Figura 27 – Banda do Exército.....                                 | nº p. 87.   |
| Figura 28 – Portão das Armas.....                                  | nº p. 90.   |
| Figura 29 – Visita do Presidente da República.....                 | nº p. 93.   |
| Figura 30 – Ato de encerramento da GETSOP em 1974.....             | nº p. 101.  |
| Figura 31 – Ostentando a bandeira do Brasil.....                   | nº p. 106.  |
| Figura 32 – Comemorações do cinquentenário da Revolta de 1957..... | nº p. 108.  |
| Figura 33 – Foto do casamento.....                                 | nº p. 115.  |
| Figura 34 – O reconhecimento do chefe.....                         | nº p. 121.  |
| Figura 35 – Chega o ‘herói’.....                                   | n.º p. 122. |
| Figura 36 – O sepultamento.....                                    | nº p. 123.  |
| Figura 37 – Formatura Geral.....                                   | nº p. 125.  |
| Figura 38 – Soldado orando no túmulo do tenente Camargo.....       | nº p. 127.  |
| Figura 39 – Homenagem ao amigo.....                                | nº p. 131.  |
| Figura 40 – O epitáfio.....  | nº p. 135.  |
| Figura 41 – Homenagem no cemitério.....                            | nº p. 136.  |
| Figura 42 – Monumento no quartel.....                              | nº p. 138.  |
| Figura 43 – Crianças no quartel.....                               | nº p. 141.  |
| Figura 44 – Uma missa.....   | nº p. 143.  |
| Figura 45 – Formatura na praça.....                                | nº p. 144.  |
| Figura 46 – Monumento em memória ao tenente Camargo.....           | nº p. 147.  |
| Figura 47 – Acervo do museu.....                                   | nº p. 151.  |
| Figura 48 – Abertura do túmulo.....                                | nº p. 154.  |
| Figura 49 – Escavação.....   | nº p. 154.  |

|  |            |
|--|------------|
| Figura 50 – Coleta de material.....                        | nº p. 154. |
| Figura 51 – Restos mortais.....                            | nº p. 154. |
| Figura 52 – Encerramento da exumação.....                  | nº p. 154. |
| Figura 53 – A “zona de sombra”.....                        | nº p. 157. |
| Figura 54 – Entrevistas à imprensa.....                    | nº p. 160. |
| Figura 55 – Transporte da urna.....                        | nº p. 160. |
| Figura 56 – Comboio.....                                   | nº p. 160. |
| Figura 57 – Momento de comoção.....                        | nº p. 160. |
| Figura 58 – Dobragem da bandeira.....                      | nº p. 161. |
| Figura 59 – Alunos do Colégio Nossa Senhora da Glória..... | nº p. 161. |
| Figura 60 – Coroa de flores.....                           | nº p. 161. |
| Figura 61 – Guarda fúnebre.....                            | nº p. 161. |
| Figura 62 – Lápide.....                                    | nº p. 165. |
| Figura 63 – A visita dos mais antigos.....                 | nº p. 170. |

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

5ª RM/DE - 5ª Região Militar/Divisão de Exército

5ª RM/DI - 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria

BC - Batalhão de Caçadores

BE - Batalhão de Engenharia

BTL - Batalhão

CANGO-Colônia Agrícola Nacional General Osório

CEFSPRG - Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande

CERB - Clube Esportivo, Recreativo e Beneficente

CIA - Companhia

CIA CAN- Companhia de Canhões

CIA C SEV- Companhia de Comando e Serviços

CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda

DER-Departamento de Estradas de Rodagem

DL - Divisão de Levantamentos

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

EMR/5-Estado Maior Regional/5ª Região Militar

ESG - Escola Superior de Guerra

EsSA - Escola de Sargentos das Armas

FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional

FEB - Força Expedicionária Brasileira

GC - Grupo de Combate

GETSOP - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

OM - Organização Militar

ONA - Objetivos Nacionais Atuais

ONP - Objetivos Nacionais Permanentes

PC - Posto de Comando

PC do B-Partido Comunista do Brasil

PO - Pelotão de Obras

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RI-Regimento de Infantaria

UDN - União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 18 |
| 1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E AS BASES MILITARES.....                               | 22 |
| 1.1 O pensamento geopolítico-militar sobre o sudoeste paranaense.....           | 25 |
| 1.2 Segurança Nacional no sudoeste do Paraná.....                               | 30 |
| 1.3 CANGO-Colônia Agrícola General Osório: uma política desenvolvimentista..... | 37 |
| 1.4 Histórico da presença militar na região em questão 1954-1963.....           | 40 |
| 2. EXÉRCITO E O LEVANTE DE 1957 NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO-PR.....          | 49 |
| 2.1 Os observadores militares .....   | 49 |
| 2.2 Instituições Federais contra a política estadual .....                      | 51 |
| 2.3 Atuações militares que antecedem o Levante de 57 .....                      | 53 |
| 2.4 Heróis de Capanema .....  | 57 |
| 2.5 Tomada de Francisco Beltrão.....  | 59 |
| 2.6 Exército versus Polícia Militar.....  | 68 |
| 3. CULTURA POLÍTICA E IMAGINÁRIO SOCIAL NO SUDOESTE PARANAENSE.....             | 70 |
| 3.1 A socialização: o bom convívio local.....                                   | 71 |
| 3.2 A representação imaginada.....  | 76 |
| 3.3 A instalação da tropa e o cotidiano social.....                             | 79 |
| 3.4 A “Sentinela” do sudoeste.....  | 88 |

|  |     |
|--|-----|
| 4. AÇÕES POLITICAS E IDENTIDADE SOCIAL.....                    | 91  |
| 4.1 A criação da GETSOP .....                                  | 92  |
| 4.2 O patrulhamento de fronteira .....                         | 94  |
| 4.3 As medições de terras .....                                | 96  |
| 4.4 Abrindo caminhos .....                                     | 98  |
| 4.5 Aeroporto Regional .....                                   | 99  |
| 4.6 Telecomunicações na região .....                           | 99  |
| 4.7 Encerrando trabalhos.....                                  | 101 |
| 4.8 Investimentos civis no aquartelamento .....                | 102 |
| 4.9 Então, qual é a identidade social do sudoeste?.....        | 104 |
| 4.10 Reflexões acerca do imaginário nacionalista regional..... | 109 |
| <br>   |     |
| 5. O HÉROI DA GUERRILHA DE 1965 .....                          | 111 |
| 5.1 Morre um soldado, nasce um herói.....                      | 113 |
| 5.2 O sentido do herói.....                                    | 115 |
| 5.3 A construção ideológica de um herói regional .....         | 117 |
| 5.4 A institucionalização do herói.....                        | 120 |
| 5.5 O enquadramento da memória coletiva na região.....         | 132 |
| 5.6 Alguns lugares de memória.....                             | 133 |
| 5.6.1 A rua .....  | 134 |
| 5.6.2 A lápide .....   | 135 |
| 5.6.3 Um monumento no quartel .....                            | 137 |
| 5.6.4 A praça: sala de visita e oração .....                   | 140 |
| 5.6.5 O patronato .....  | 145 |
| 5.6.6 À vista dos viajantes .....                              | 146 |
| 5.6.7 A criação do museu .....                                 | 149 |



|  |     |
|--|-----|
| 5.6.8 O clube sargento Camargo.....            | 152 |
| 6. O HERÓI RETORNA A CASA.....                 | 152 |
| 6.1 A exumação aponta uma zona de sombra.....  | 153 |
| 6.2 O traslado e o cerimonial de inumação..... | 159 |
| 6.3 Narrativa e testemunhos no cerimonial..... | 166 |
| 6.4 O herói já cumpriu sua missão.....         | 171 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                      | 176 |
| REFERÊNCIAS.....                               | 180 |
| FONTES .....                                   | 188 |
| ENTREVISTAS.....                               | 190 |
| ANEXOS .....                                   | 192 |
| Anexo 01.....                                  | 192 |
| Anexo 02.....                                  | 195 |
| Anexo 03.....                                  | 198 |

## INTRODUÇÃO

Em 1965 houve uma movimentação de tropas na região do sudoeste paranaense, pois um grupo guerrilheiro que se articulou no Uruguai, auto intitulado Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) cruzou a área de responsabilidade da guarnição militar de Francisco Beltrão-PR. Este combate ao grupo guerrilheiro teve o saldo de uma morte, o sargento Carlos Argemiro de Camargo, o qual foi transformado em herói regional pela instituição militar.

Em dezembro de 2006 me encontrava prestando serviço militar no 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, e por ter me formado em História pela Universidade Paranaense – Campus de Francisco Beltrão tinha como uma das minhas atribuições dentro do aquartelamento a de ‘auxiliar do curador’ do Museu Militar Tenente Camargo.

Neste período o túmulo do tenente Camargo encontrava-se irregular dentro do Cemitério Municipal de Francisco Beltrão. A guarnição a qual estava servindo era responsável pela manutenção, sendo realizada anualmente pelo PO - Pelotão de Obras desta subunidade. No entanto, há cinco anos não era efetuado o pagamento dos encargos municipais, pois o quartel não recebe verbas para esse tipo de quitação.

A família do militar falecido não se encontrava na região, sua esposa Maria da Penha Correa Soares de Camargo havia se mudado para a cidade de Curitiba e retornou para Francisco Beltrão somente uma vez; em conversa informal por telefone esta explicou que ainda era muito jovem e perder o marido em 1965 lhe traumatizara tanto que preferia evitar a vinda ao sudoeste paranaense. Dona Maria da Penha refez sua vida constituindo família ao casar-se novamente.

Tentando resolver a situação, o comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Francisco Beltrão, o major Marcelo Lorenzini Zucco resolveu realizar o traslado do corpo do *herói* para dentro do aquartelamento. Desta maneira o major Zucco deu ordem ao 1º tenente Rômulo Innocêncio Junior, curador do Museu, para que este encabeçasse tal missão.

Rômulo iniciou seu trabalho consultando a *Lei Municipal de Cemitérios da cidade de Francisco Beltrão*, encaminhando os requerimentos necessários às instituições que regulavam a ação e fazendo o contanto com os familiares para que estes aprovassem a realização da exumação, traslado e inumação dos restos mortais. O segundo passo do

tenente Rômulo foi compor uma equipe para que fosse realizado um trabalho, segundo ele próprio, com respeito à memória do militar falecido e de seus familiares.

Por ser auxiliar no museu fui selecionado para compor a equipe de exumação, juntamente com o 3º sargento Josué da Costa Gama também historiador e, de última hora por necessidade o serviço, o cabo Leomar Rippel acadêmico do 2º ano da graduação de História na Universidade Paranaense, que se encontrava em férias, mas foi convocado para auxiliar na remoção dos restos mortais do ‘herói’.

Camargo fora um ‘herói’ político de uma época em que agitações, sublevações e lutas conturbavam o cenário nacional, foi o exemplo de postura, ideal e nacionalismo que a caserna exaltava no então engatinhar do Governo Militar. ‘Herói’ este que agora tínhamos a missão de desenterrar.

Foi a partir destes acontecimentos que surgiram os primeiros esboços desta dissertação, que germinaram a tentativa de compreender alguns valores da população regional oriundos da presença militar na área que tentará ser explicado através do histórico da colonização nesta faixa de fronteira, o qual fez a caserna e a população regional estarem ligado afetivamente e politicamente.

Entretanto não havia até o presente momento nenhum trabalho histórico, ou mesmo que memorialista, preocupado em estudar a presença militar na região. Por isso os primeiros capítulos se destinam a realizar um resgate histórico-crítico, de como e por que se deu a vinda de determinados Destacamentos e Subunidades do Exército para a região, quais as atuações destas tropas e como suas atitudes e ações variaram de acordo com momento histórico em que vivera o país.

No entanto a intenção principal deste estudo é apresentar uma contribuição para a História na tentativa de analisar a presença militar, suas atuações, intenções, relações e interações com a sociedade regional. Pretende-se para isso, seguir as orientações de Viscardi, “*em propiciar um encontro entre o recorte espacial regional e a abordagem renovada da História Política.*”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1994. p. 85.

Para fins deste trabalho o “*regional*” é um conjunto de identidades desvinculadas dos limites formais de espaço estabelecido, sendo que tais identidades são produtos da construção humana através de suas organizações e relações de poder.<sup>2</sup> Desta forma que se pretendeu analisar a importância e colaboração da presença da instituição militar, o Exército Brasileiro, para a formação social do sudoeste paranaense, já que esteve atuando desde o planejamento da colonização e sempre se colocou na área como aparato formal do Estado. Compreender a influência militar na construção da sociedade regional caracterizada pelas suas ações políticas, seus valores e sua construção de memória é o objetivo desta pesquisa.

Buscou-se no estudo isento, no entanto em nenhum momento imparcial, encontrar subsídios para a reflexão e o entendimento não só do que passou, mas desta forma entender profundamente como aconteceram, suas relações de poder e principalmente o que propiciou a formação da sociedade no sudoeste do Paraná, e que foi fomentado dentro de um planejamento maior (nacional).

Assim se apresenta esta tentativa de entender como as ações do Destacamento Militar, mais especificamente de seus soldados, foram moldados/direcionados ou não pelo escalão superior. Passando a ser considerado escalão superior os planejamentos geopolíticos dirigidos pela ESG - Escola Superior de Guerra golberyana e seus antecessores, juntamente com as determinações políticas do Governo Federal em virtude da conflituosa oposição encontrada no Governo Estadual durante a década de 1950, onde o Exército teve que intervir em meio ao movimento social conhecido como Revolta dos Colonos ou Levante de 1957.

Apresenta-se então uma análise da influência que a caserna teve na construção da sociedade no sudoeste do Paraná, tomando para isso a partir de 1930 as mais diversificadas fontes primárias possíveis e as diversas bibliografias auxiliares existentes.

Para contemplar com maior amplitude tal objetivo buscou-se basicamente amparo em cinco conceitos historiográficos julgados indispensáveis. Na primeira fase foi analisada a colonização através das ações de *geopolítica*, devido esta região fazer parte da faixa de fronteira com a Argentina. Já na tentativa de compreender como se deram tais

---

<sup>2</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1994, p. 87 e 88.

relações interpessoais foi tomado emprestado os conceitos de cultura política, imaginário social e nacionalismo. Já em um segundo momento o conceito de memória foi utilizado amplamente para analisar a construção do herói regional, seu culto anual, sua significação para com a sociedade e como este influenciou para a formação da identidade política regional.

Por este motivo é nitidamente perceptível que os interesses e intervenções do Exército para com a sociedade regional variam de acordo com o momento político que se encontrava o Brasil no decorrer dos anos. Cada período histórico se define com características específicas nestas atuações, até 1960 o Exército passou a se preocupar com a ocupação territorial na faixa de fronteira que garantia a soberania nacional e evitaria a possível invasão de um inimigo externo, assim os estudos sobre geopolítica foram fundamentais desenvolver uma análise introdutória.

De 1960 à década de 1980 os estudos da Escola Superior de Guerra definiram o Exército como Instituição-Estado Providência que deveria ter a função de promover um desenvolvimento através de projeto de desenvolvimentismo associado-dependente, pensando políticas públicas com o intuito de Brasil - Potência. O que Francisco Falcon chama de políticas públicas <sup>3</sup> ao se referir à nova História Política, pode ser claramente enquadradas às ações desenvolvidas no sudoeste do Paraná. Acredito ser a maneira encontrada pelo Exército como exercício do poder para interagir com a sociedade estreitando os laços de convivência com o cidadão regional.

Já no período de reabertura política ou pós-ditadura militar que ocorreu a partir de 1985, o Exército tentou se reafirmar como Instituição Social necessária, o que fato se torna em determinadas faixas de fronteiras como na Amazônia, readequando discursos e valorizando a história de convívio com a população. Este período foi analisado através de dois conceitos mais subjetivos da historiografia: o imaginário social e os estudos de memória.

---

<sup>3</sup>FALCON, Francisco. História e Poder. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 77.

Contudo se pode analisar as diretrizes e desdobramentos de que o Exército se utilizou para manter-se na fonte das relações de poderio, perdurando assim uma interação com a sociedade já proposta pela ESG desde 1952, caracterizado através das relações de poder com os grupos sociais que resultaram em influencias, legitimando inicialmente o sistema colonizador, o mediano sistema governamental, qual culminou no tempo presente em um distinto caráter social da instituição.

## **1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E AS BASES MILITARES NA REGIÃO**

Os dois países que mais tiveram incidentes diplomáticos em suas fronteiras no continente sul-americano foram Brasil e Argentina, isso se deu por motivo de seus princípios da Geopolítica tentar impor ao vizinho um projeto de hegemonia no Cone Sul do continente.<sup>4</sup> O sudoeste paranaense fizera parte desta área de disputa.

Tal disputa ficou conhecida como a “Questão das Missões ou Palmas” sendo resolvida quando diplomata Barão do Rio Branco, a mando do Presidente Floriano Peixoto, advogou a questão em Tribunal Internacional com o argumento de que brasileiros já ocupavam essa região. O presidente americano Grover Cleveland, responsável para julgar a questão, deu ganho de causa ao Brasil em 06/02/1895.<sup>5</sup>

Com o término do conflito com a Argentina, o Estado do Paraná agora província desde 1853, “*começou a defender a região do Sudoeste, contra o desejo do Estado de Santa Catarina de incluí-la em seu domínio*”.<sup>6</sup> Mas somente em 20 de outubro de 1916, fora firmado um acordo entre as duas partes, dividindo o território em questão.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup>HEINSFELD, Adelar. A questão de Palmas entre Brasil e Argentina/e o início da colonização alemã no Baixo Rio do Peixe SC. Joaçaba: Unoesc, 1996, p. 13.

<sup>5</sup>HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas de Alexandre Gusmão à Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 145.

<sup>6</sup>CASTELLI, Cerli Terezinha; QUADROS, Miguel; BONAMIGO, Carlos Antônio. Ocupação e Colonização: o conflito pela posse da terra no Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos



**Figura 1.** Mapa da Gleba Missões e Chopim. Fonte: Caderno Cultural nº 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Possesiros: Cinqüentenário 1957-2007.

Porém continuou os desentendimentos para decidir quem eram os donos das terras contestadas, o governo do Estado de Santa Catarina havia concedido a José Rupp a área para exploração de erva-mate e madeira; o governo paranaense também havia concedido o direito de exploração da mesma área a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio

---

Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. In: *Revisitando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, Grafisul, 2007, p. 86.

<sup>7</sup>LAZIER, Hermógenes; *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 23.

Grande (CEFSPRG) <sup>8</sup>, como pagamento da passagem de via férrea pelo Estado e da construção de um braço de estrada que ligava a cidade de Guarapuava ao litoral. A CEFSPRG havia começado a demarcar e vender títulos de posse de toda a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.

Acontece que com a vitória de Vargas na Revolução de 1930, o General Mário Tourinho assumiu o governo do Paraná com interventor, e ao analisar as concessões e perceber irregularidades, inclusive o não cumprimento do contrato por parte da companhia, anulou tais concessões. Começa assim a batalha jurídica entre o Estado paranaense com a CEFSPRG, que reivindicava a posse.

Tentando defender os interesses da União o Presidente Getúlio Vargas, através dos decretos 2073 de 8/03/1940 e 2436 de 22/07/1940, incorporou os bens da *Brazil Railway Company* ao patrimônio nacional. E entre eles estavam tais terras da Gleba das Missões (**Figura 01**), Sudoeste do Paraná, o que originou uma nova luta jurídica entre os governos federal e estadual.<sup>9</sup>

A partir de 1940 Vargas estabeleceu para diversas regiões do país uma política de governo que objetivava aprimorar a produção agrícola. Como estratégia organizacional criou sete Colônias Agrícolas Nacionais. Esta espécie de “*granjas-modelo*”<sup>10</sup> tinha como finalidade a colonização e ocupação de “*espaços vitais*” ainda inabitados. Tal política de interiorização tornou-se conhecida como “*Marcha para o Oeste*” e essas áreas ocupadas chegaram a ser conhecida como Nova Califórnia, uma comparação com o modelo norte-americano.

---

<sup>8</sup>A CEFSPRG era uma subsidiária da *Brazil Railway Company*: um *trust* com ramificações no país inteiro possuindo 14 empresas, sendo que uma destas atuava no Paraná, também foi a responsável pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré no Estado de Rondônia.

<sup>9</sup>LAZIER, Hermógenes; *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 26 e 27.

<sup>10</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986, p. 25.



No sudoeste do Estado do Paraná, a Marcha para o Oeste efetivou-se a partir do decreto número 12.417, de 12/03/1943, Getúlio Vargas estabeleceu uma das sete colônias colonizadora: a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) na margem esquerda do rio Marrecas, dando origem a Vila Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão.

Foi o início oficial da colonização do Sudoeste paranaense, alargando as fronteiras econômicas e assentando pequenos produtores, em locais estratégicos na faixa de fronteira com a Argentina e próximo ao Paraguai, promovendo assim, a ocupação física desses rincões inexplorados.

Após tentar vários anos receber a indenização do governo federal através de luta judicial, José Rupp vende seus créditos para a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), empresa esta que possuía ligações com o governo estadual.

No entanto ao mesmo tempo em que o governo federal promovia a ocupação territorial da região através da CANGO, o governo do Estado do Paraná, a partir de 1947, defendia interesses privados vendendo novamente os mesmo lotes de terras aos colonos migrantes que em sua grande maioria eram de origem rio-grandense.

A CITLA atuava sob a proteção dos governantes estaduais, políticos e a polícia militar, por isso contratavam jagunços para obrigar os colonos a pagar novamente o lote ou deixar a área, desta maneira lograram êxito na exploração dos colonos. Perante a exploração da companhia imobiliária, das atrocidades efetuadas pelos jagunços desta<sup>11</sup>, surgiu um clima de animosidade e revolta entre os colonos que resultou na conhecida Revolta de 1957 ou Levante de 1957. Tal revolta resultou na implantação de uma Unidade Militar permanente, pois até então era um Destacamento temporário.

### **1.1 O pensamento geopolítico-militar sobre o sudoeste paranaense**

Ao estudar a política de ocupação no sudoeste do Paraná, partindo da unidade militar instalada na região, é praticamente impossível não mencionar o termo

---

<sup>11</sup>BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste(PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 65- 85.

“Geopolítica”. Mesmo porque “a grande maioria dos trabalhos publicados sobre Geopolítica tem origem na caserna”<sup>12</sup>.

A Geopolítica nasceu da necessidade da sociedade humana garantir sua sobrevivência e segurança através de uma organização em espaço constituída por relações de poder. Desta maneira “a Geopolítica pode ser entendida como a fundamentação geográfica das linhas de ações políticas, que englobam necessariamente a noção de espaço, o que torna essas ações dependentes de um espaço físico, do território, ou da região”<sup>13</sup>.

Desenvolvida e aperfeiçoada na Alemanha como ciência do Estado, a

[...] Geopolítica, historicamente, foi entendida de várias formas, todas elas ligadas ao espaço territorial, e às estratégias de ação dos Estados, como forma de expandir o território nacional ou defender as fronteiras, regulamentar ou não as ações predatórias e/ou conservacionistas com relação ao meio ambiente e, inclusive, como forma de correlação entre os acontecimentos políticos e o solo.  
<sup>14</sup>

Não só no Brasil, mas em todo o mundo, ela dá seus primeiros passos na década de 1920 e 1930, merecendo destaque no seio das Forças Armadas e em entidades de direitas vinculadas a órgãos de planejamento.

A influência do cientista social Friedrich Ratzel<sup>15</sup> conduz todos os estudos brasileiros, mas seus conceitos de espaço, posição e poder são interpretados sob diferentes

---

<sup>12</sup>HEINSFELD, Adelar. *As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Tese de Doutorado em História – PUCRS. Porto Alegre, 2000, p. 20.

<sup>13</sup>Idem, p. 22 e 23.

<sup>14</sup>Ibidem.

<sup>15</sup>**Friedrich Ratzel** (Karlsruhe, 30 de Agosto de 1844 - Ammerland, 9 de Agosto de 1904) foi um geógrafo e etnólogo alemão, notável por ter cunhado o termo Lebensraum (*espaço vital*) e por ser considerado um determinista, apesar de deixar bem claro no início da sua obra *Antropogeografia* que é contra o determinismo simplista e vários autores já apontaram esse equívoco de interpretação nas leituras ratzelianas, porém esses erros persistem em obras pouco apuradas. Friedrich Ratzel vai

olhares. E, dentro da concepção ratzeliana de que “*Espaço é Poder*” e que “*Fronteira é a epiderme do Estado*” desenvolveu-se a colonização do sudoeste, não como uma investida imperialista com finalidade de expandir território, mas sim como uma ação política que visava ocupar para garantir a posse das terras devolutas da faixa da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina<sup>16</sup>).

Segundo Miyamoto na década de 1920 o Brasil fora dividida em cinco zonas geográficas militares ou geomilitares, sendo que a zona geomilitar sul<sup>17</sup> tinha atenção especial por ser a área que correspondia aos problemas históricos de fronteiras.<sup>18</sup>

Logo no início da década de 1940, Teixeira de Freitas, desenvolveu estudos sobre a função de *Segurança Nacional* no Instituto Brasileiro de Geografia. Freitas referiu-se à

---

ser responsável por novas formulações no processo de sistematização da Geografia. Este alemão publica suas obras nos últimos anos do século XIX, e vivencia também uma nova realidade histórico-política da Alemanha.

<sup>16</sup>Nesta região esquecida pelo Estado funcionava uma espécie de “*laissez-feire*” inconsciente. Comum é ouvir relatos sobre negócios, compras e aquisições de bens, produtos e serviços além fronteira. Conforme entrevista da Dona Thereza Balestrin Argeta, do Jornal de Beltrão de 10 de Agosto de 2007, ela relata que na década de 1950 buscava-se na Argentina os mesmos produtos que se busca hoje “*farinha, macarrão, cebola, azeite, tudo mais barato*” a diferença é que não tinha controle alfandegário. Entre os colonos fala-se muito nos cavalos argentinos, ou melhor, “*de sangue argentino*” que eram os melhores, não para o trabalho, mas sim para as carreiras, devido às raças refinadas de eqüinos vindos da Inglaterra. Algo que ressalta e nos permite ter uma noção da quantidade desse tipo de corridas de cavalos e a importância delas desde no início do século XX no Paraná ver a obra “*Contestado: a Guerra Cabocla*” de Aureliano Pinto de Moura da Bibliex.

<sup>17</sup>A zona geomilitar sul compreendia os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o sul do Mato Grosso.

<sup>18</sup>MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, São Paulo: Papiros, 1995, p. 70.

segurança do Estado a partir do conhecimento condicionado dos fatores geográficos, apoiados nos dados estatísticos para desenvolver uma diretriz governamental<sup>19</sup>.

Na década de 1940 foram discutidos grandes temas da geopolítica nacional, como as fronteiras, a mudança da capital federal, a divisão territorial e os meios de comunicação viários. Neste momento o Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Rodrigues ao reformular o pensamento geopolítico-militar brasileiro, admitiu como principal *puncti dolentes*<sup>20</sup> a fronteira do Brasil com a Argentina<sup>21</sup>. **(Conforme Figura 2)**

Neste instante da política nacional, começou-se a pensar o Brasil com perspectiva relacionada à América Latina, o sonho do Brasil-Potência que segundo Lysias, reunia as potencialidades para despontar como líder sul-americano, pois se caracterizava por possuir uma população apreciável, bem localizado geograficamente e como disposição farta de matérias-primas.

Ainda na década de 1940, baseada no pensamento de Alberto Torres e Góis Monteiro que foi amálgama das idéias que resultaram na criação da *Doutrina de Segurança Nacional*, houve a criação da ESG (Escola Superior de Guerra)<sup>22</sup> que adotou o *conceito de Segurança Nacional*.

---

<sup>19</sup>MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, São Paulo: Papiros, 1995, p. 69.

<sup>20</sup>*Puncti dolentes* é uma região sensível localizada estrategicamente, onde há possibilidades de ocorrência de conflitos.

<sup>21</sup>MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, São Paulo: Papiros, 1995, p. 72-75.

<sup>22</sup>“A Escola Superior de Guerra” (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. A Escola Superior de Guerra funciona como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que



**Figura 2** Ilustração do principal “*puncti dolentes*”, o sudoeste do Paraná inserido nos estudos do Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Rodrigues.

Tibola em seu trabalho, relata que a ESG resultou de

[...] um grupo de militares que se destacou no interior das Forças Armadas. Esse grupo foi responsável pela criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. Os militares que se aglutinaram na ESG formularam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A finalidade de DSN era estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional. Os principais Objetivos Nacionais, que a escola chamou de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) eram a Segurança e Desenvolvimento. A doutrina da escola

---

forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. A ESG se localiza na área da Fortaleza de São João, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. “A Fortaleza foi mandada construir, em 1565, por Estácio de Sá, na várzea entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar e marca a fundação da cidade do Rio de Janeiro e o domínio português na Baía da Guanabara.” Fonte: <http://www.esg.br/esg.html> Acesso em > 08 Jul 07 às 23h27min horas.

encontrava fundamento no conceito de guerra total, uma guerra que envolveria todos os setores da sociedade e, por isso dependia de todo o potencial da Nação. A guerra total caracterizava o embate entre as duas potências que haviam iniciado um conflito ideológico no pós-Segunda Guerra Mundial: a União Soviética e os Estados Unidos.<sup>23</sup>

## 1.2 Segurança Nacional no sudoeste do Paraná

A posição geográfica do sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de *Segurança Nacional*, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que consideramos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis a invasões em caso de conflito internacional.

Sob a ótica do conceito de *Segurança Nacional*, deveria ser privilegiada uma política de desenvolvimento aliada a uma segurança eficaz tal que possibilitasse a consecução dos objetivos traçados. Destarte, interessava a partir daí ao Conselho de Segurança Nacional<sup>24</sup> todos os fatores econômicos, políticos, militares e psicosociais concernentes à política nacional<sup>25</sup>.

A ESG, a partir de seus estudiosos, como os Generais Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Aurélio de Lyra Tavares, dentre outros, foi o *laboratório ideológico* das Forças Armadas. No contexto de guerra fria, criou-se uma instituição que

---

<sup>23</sup>TIBOLA, Ana Paula Lima. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 5.

<sup>24</sup>O Conselho de Segurança Nacional foi criado pela Constituição de 1934, pelo Artigo 159 e teve pela primeira vez funções estipulada.

<sup>25</sup>MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p. 82.

ampliava o *conceito* da Segurança Nacional<sup>26</sup> e, logo, conseqüentemente a *função* do Conselho de Segurança Nacional, o qual se tornava apto para aplicar medidas necessárias para manter os interesses do Estado.

Em 1952 os estudos geopolíticos da ESG foram influenciados por uma figura que viria ser importantíssimo na história brasileira, o general Golbery do Couto e Silva, Comandante da ESG. Golbery fora um dos principais estrategistas-geopolíticos de nosso país, ideólogo e articulador do governo Castelo Branco. Em “*Aspectos Geopolíticos do Brasil – 1952*”, Golbery trouxe para a política brasileira o Conceito de Guerra Total. A qual :

De guerra estritamente militar passou ela, assim, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total a *guerra global* a guerra indivisível e-por que não reconhecê-lo? – permanente.<sup>27</sup>

Desta maneira, o emprego da força militar é o último recurso do Estado em caso de conflito ou não, pois são adotadas outras armas: as negociações diplomáticas, pressões, intervenções, jogos de alianças, sanções, empréstimos, investimentos, políticas tarifárias, embargos, boicotes, propaganda, contrapropaganda, ideologias, slogans sugestivos, persuasão, chantagem e até mesmo o terror; muito mais eficazes que a ação de tropas<sup>28</sup>.

O general Golbery acreditava que uma verdadeira *política de segurança nacional* deveria ser pensada pela instituição de *Objetivos Nacionais Permanentes* (ONP) e dos *Objetivos Nacionais Atuais* (ONA), objetivos que consubstanciam as aspirações nacionais

---

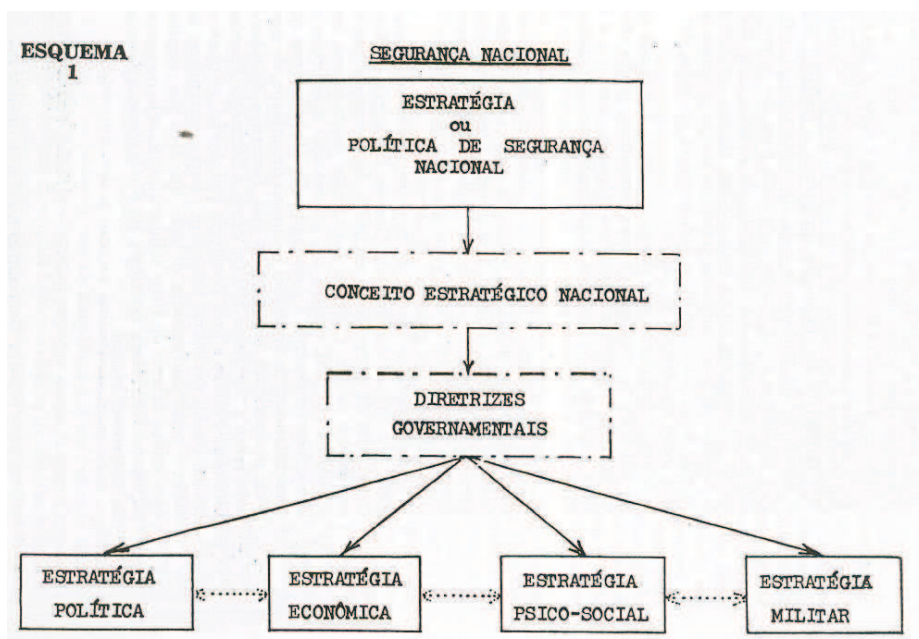
<sup>26</sup>Em 1953, Juarez Távora conceituou “Segurança Nacional é o maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa fatores internos e externos. (p.19)”. (MIYAMOTO 1995, p. 76 e 84).

<sup>27</sup>SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p. 24.

<sup>28</sup>Idem, p. 25.

de unidade, de segurança e de prosperidade crescente. Tais objetivos deveriam ser previstos na *Grande Estratégia* ou *Estratégia Geral do Estado*<sup>29</sup>.

Ainda na década de 50 e 60, dentro da ótica de Segurança Nacional, o Estado brasileiro necessitava responder a três problemas propostos por Golbery: equipar e reforçar o território brasileiro articulando norte e sul, integrar o centro-oeste para impedir um futuro imperialismo argentino e incorporar a Amazônia. Somente assim se construiria um fortalecimento interno capaz de fazer frente a qualquer tipo de ataque ao longo das fronteiras<sup>30</sup>.



**Figura 3** Estratégia Política do Estado proposto por Golbery 1952. Fonte: SILVA (1981, p. 27).

<sup>29</sup> SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p. 25.

<sup>30</sup>ZAGO, Luciana Grespan. A visão de geopolíticos brasileiros sobre fronteira. In: Semina: Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História/Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e ciências Humanas, v. 3 – n 1, 2005, Passo Fundo, Editora UPF, 2005, p. 110 e 111.



Segundo Golbery “a *Política abrange a Estratégia*”, e estratégia é a Política de Segurança Nacional<sup>31</sup>. Sendo, consideram-se como essenciais as definições das Estratégias de:

1. Política: laços de coesão interna e cooperação externa, com finalidade de enfraquecer os antagonismos;
2. Econômica: reforçar a estrutura econômica da nação, completando com recursos exteriores, destruindo antagonismos;
3. Psicossocial: fortalecer a moral da nação, quebrando antagonismos, e;
4. Militar: fortalecer a nação e empregar as Forças Armadas contra antagonismos *considerados*<sup>32</sup>.

Ao referir-se sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento com fontes Esguianas em 1971, Pessoa disserta:

“Está generalizada a convicção de que Segurança Nacional tem outros ingredientes fora a contribuição puramente militar. Assim, elementos e fatores diversos entram implicitamente na sua compreensão.

O progresso econômico, social e político, a força espiritual, alto nível demográfico, a ordem e a estabilidade, a consciência expressa no sentimento de obrigatoriedade em face do direito, a ação cívica militar, o sólido caráter nacional, o moral nacionais elevados, etc., influem consideravelmente sobre a fortaleza da Segurança Nacional em qualquer fase histórica de um Estado.”<sup>33</sup>

Pode ser percebido no discurso de Pessoa que o fator militar não foi a única estratégica a ser considerada na segurança de uma nação, pode ser ressaltado em seus

---

<sup>31</sup>SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p. 155.

<sup>32</sup>SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p. 155-158.

<sup>33</sup>PESSOA, Mário. *O Direito da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro, Bibliex; Revista dos Tribunais Editora, 1971, p. 120.

escritos como o civismo, a ocupação demográfica, o desenvolvimento econômico e a identidade nacional.

Ainda sobre esta perspectiva das Estratégias de Golbery, analisando a instalação da Organização Militar no sudoeste do Paraná é que se pretendeu encabeçar este estudo. E ao se referir ao modelo de “*Interação Social*”, Golbery afirma que no mundo ocidental (capitalista) a competição pode tanto levar ao **conflito** (competição antagonica) como a **cooperação** (assimilação e integração). Sendo positiva a cooperação “*sob o rótulo de ajuda mútua, ou outro qualquer, como elemento organizador e integrador das sociedades humanas*”<sup>34</sup>.



Figura 4 Projeto de Interação Social proposto por Golbery 1959. Fonte: SILVA (1981, p. 201)

Nesta linha geopolítica Golbery faz um ferrenho apanhado sobre a conjuntura brasileira, o que chama de “*realidade brasileira*”.<sup>35</sup> Nela contém estudos mapeados sobre a permeabilidade natural do território brasileiro, densidade populacional, território e circulação, continentalidade do país, e por último, o que mais interessa a este ensaio, a **Manobra de Integração do Território Nacional**.

---

<sup>34</sup>SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981, p. 201.

<sup>35</sup>Idem, p. 109- 131.

Nesta manobra podemos ver, conforme grifo da **Figura 5**, o interesse e a preocupação do General com o sudoeste paranaense. Sua proposta pode ser interpretada pela ocupação inicial (o que ele chama de 1ª fase) oriunda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, era neste sentido que deveria dar-se o povoamento dos *espaços periféricos*. E em 2ª fase, quando a massa populacional alcançasse o estado de São Paulo, o povoamento continuaria sua marcha em direção ao estado do Mato Grosso do Sul.

Assim surgiu o primeiro pensamento da ESG sobre a ocupação do sudoeste paranaense.



**Figura 5** Manobra de Integração do Território Nacional proposto por Golbery 1952. Fonte: SILVA (1981, p. 46), ampliado e adaptado para este estudo.

É importante destacar que dentro desta perspectiva da Segurança Nacional, o general Golbery pensava o Brasil – Potência, interligado com os Estados Unidos, em defesa do “mundo ocidental, democrático e cristão”. Dentro de sua visão e estudos,

intitulava as Forças Armadas como a *elite*, e que esta elite nacional pensante, através de um *governo forte*, deveria orientar o Brasil no caminho do desenvolvimento. Por este motivo os escritos de Golbery foram considerados uma ideologia da elite militar brasileira para a conquista do poder em 1964, apoiando a representação política da elite social brasileira.<sup>36</sup>

No entanto tal parceria não passou dos discursos sendo marcada por uma relativa negligência por parte dos Estados Unidos da América até o ano de 1959, quando então, através da política de contenção do socialismo aplicada durante a Guerra Fria passou a demonstrar um maior comprometimento em relação à América Latina, e ao próprio Brasil.<sup>37</sup>

Golbery também dividiu o Brasil em cinco zonas geopolíticas em 1967, as quais na elaboração da estratégia nacional deveriam: integrar e valorizar os espaços, expandir para o interior (mas com projeção pacífica ao exterior), conter as linhas fronteiriças, participar da defesa da civilização e garantir a segurança (como ele denomina *geoestratégica* nacional).

Todavia, nem todas as idéias propostas pelo General Golbery foram colocadas em prática, nem quando este era comandante da ESG ou quando político ativo pré e pós 1964. Dentro da *Estratégia Geral* do general, a força militar deveria ser utilizada somente quando ocorresse a falência das outras estratégias. (**Figura 3**).

Em suma, os estudos de geopolítica criaram o conceito de Segurança Nacional que conduziu o pensamento militar brasileiro desde a segunda década do século XX. E que no pensamento Golberyano, colocar armas é o último estágio para realizar a Segurança de um Estado, por que esta deve ser idealizada através da coesão interna, sendo adquirida pela estabilidade econômica, política e social.

---

<sup>36</sup>ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Mestrado Programa de estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC, São Paulo, 1999, p. 211.

<sup>37</sup>PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 57.



**Figura 6** Áreas geopolíticas ou geomilitares definidas por Golbery 1967. Ala Sul Composta por Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul – Fonte: SILVA (1981, p. 125).

### 1.3 CANGO-Colônia Agrícola General Ozório: uma política desenvolvimentista

O intuito é analisar as ações políticas aplicadas para a colonização da região e em que estas necessitaram da presença militar na área. O que oportunizou a vinda e instalação da guarnição do Exército brasileiro em diversos pontos desta faixa de fronteira com a Argentina.

Foi a partir da década de 1930 que o governo Vargas passou a ter uma estreita ligação entre “*segurança nacional e política territorial*”, pois o fortalecimento do Estado

dependia da garantia do território<sup>38</sup>, e essas ações governamentais tiveram reflexos no sudoeste do Paraná.

Gregory afirma que foi também no mesmo

[...] período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivam a buscar a integração. No que tange a ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteira nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionais.<sup>39</sup>

Como sintetiza o Caderno Cultural nº 1<sup>40</sup>, o processo de ocupação da Antiga Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim, cerca de 500.000 hectares, possuiu alguns momentos significativos. Dentre estes momentos significativos, pode ser citada a criação da CANGO, a atuação Clevelândia Industrial e Territorial Ltda<sup>41</sup> e a Revolta dos Posseiros.

---

<sup>38</sup>ZAGO, Luciana Grespan. *Fronteira e Segurança Nacional do Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Candido Rondon*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 43.

<sup>39</sup>GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o Espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p. 65. A afirmação de Gregory sobre “laços estreitos com argentinos e paraguaios” justificando colonização é bastante criticada pela historiografia, haja vista que os indígenas que habitavam a região da fronteira não eram nem “argentinos” nem “paraguaios”. No entanto ao recorte temporal deste estudo fornece propriedade e torna-se conveniente para o estudo da ocupação nos projetos de caráter desenvolvimentistas pensado para a região.

<sup>40</sup>Caderno Cultural nº 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007, organizado por Tânia Maria Penso Ghendin, Diretora do Departamento de Cultura do Município de Francisco Beltrão- PR no ano de 2007.

<sup>41</sup>A CITLA-Clevelândia Industrial e Territorial Ltda era uma empresa privada de exploração e colonização.

## A CANGO<sup>42</sup> fora criada pelo

[...] Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal [...]<sup>43</sup>

A CANGO distribuía lotes de terras gratuitamente, marcando o começo do povoamento do Sudoeste do Paraná. Essa política de ocupação atraiu principalmente colonos rio-grandenses e catarinenses. Porém a região se encontrava “sub-judice” e o governo Vargas fornecia apenas um *protocolo de posse*, o que transformava esses colonos em posseiros e não proprietários.

Acontece que em 1950 instala-se na Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão, a CITLA que defendia interesse do governador do Estado do Paraná, o Sr. Moysés Lupion. Essa companhia após adquirir domínio ilegal das terras do sudoeste, deu início a uma descontrolada exploração da araucária nativa e passou a vender títulos de propriedades falsos aos posseiros.

A situação ainda se agravou com a chegada na região de mais duas companhias de terras: a Comercial e a Apucarana, que em conjunto com a CITLA, utilizava seus jagunços para obrigar os colonos a pagarem por suas posses ou a se arriscar perante as atrocidades cometidas.

Com o aumento do banditismo pelos jagunços e a descoberta da ilegalidade de transação imobiliária os

[...] posseiros movidos pelo desespero, organizaram-se com o objetivo de pressionar as companhias de terra a deixar a região. A união dos posseiros, do campo e da cidade, foi vitoriosa. Expulsaram os jagunços e destruíram os

---

<sup>42</sup>O próprio nome da CANGO faz homenagem ao General Manuel Luiz Osório, herói da Guerra do Paraguai e patrono da arma de cavalaria do Exército brasileiro.

<sup>43</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. 1 ed. Curitiba:S/Editora, 1986, p. 26.

escritórios das companhias em 10 de outubro de 1957. Esse movimento ficou conhecido como “Levante de 57”<sup>44</sup>.

Há quem diga que o movimento social do Sudoeste paranaense teve um diferencial perante outros similares de nosso país, deste ponto de vista compartilha Battisti (2006) onde explicita que:

[...] os conflitos do Sudoeste do Paraná atingiram diretamente um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras, que ainda não constituía uma questão social e política disseminada amplamente. A novidade do Sudoeste “estava no fato de que a terra era usada fundamentalmente para obter retornos econômicos e não retorno políticos”, contrariando uma tradição histórica.<sup>45</sup>

Mas de acordo com a proposta inicial deste trabalho que é analisar a construção social do sudoeste paranaense a partir da Instituição Militar presente na região, cabe-se agora um breve histórico desta presença.

#### **1.4 Histórico da presença militar na região em questão 1954-1963**

Impunha-se pela situação já apresentada medidas apaziguadoras e de controle, tornando-se necessário o deslocamento de efetivos militares como “Operação Presença”<sup>46</sup>,

---

<sup>44</sup>Caderno Cultural nº 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007, organizado por Tânia Maria Penso Ghendin, Diretora do Departamento de Cultura do Município de Francisco Beltrão- PR no ano de 2007.

<sup>45</sup>BATTISTI, Elir. Disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *Campo e território*: Revista de Geografia Agrária, Clevelândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006, p. 74.

<sup>46</sup>A presença física de tropas tende a funcionar como fator inibidor, dissuadindo os possíveis desafetos de entrar em conflito, influenciando indiretamente apenas no cotidiano local. No entanto deve ter em entendimento que a “mediação” é sempre uma tomada de posição, ainda que geralmente se apresente como tal. E de fato as informações trazidas não confirmam posição de mediador, mas ao contrário, evidenciam sua intervenção efetiva com interesses claros: pacificação e desenvolvimento regional.



na tentativa de inibir o recrudescimento do conflito e atuar como mediador entre os conflitantes: posseiros, companhias imobiliárias e jagunços contratados por estas, se a situação assim o exigisse. O Boletim Interno 122 que a presença militar na cidade de Francisco Beltrão registra que desde o

[...] ano de **1954**, conforme documento de inspeção às instalações da 5ªRM/DI, datada de 17 de junho de 1958 e assinada pelo então Major PAULO ERNESTO HUSS VELOSO, Adjunto da 4ª Seção do EMR/5, que descreveu em seu relatório que a cerca de quatro anos tropas do exército substituíam-se trimestralmente, tropas essas com efetivo aproximado de pelotão, provenientes do 13º Batalhão de Caçadores da cidade de Joinville-SC e do 13º Regimento de Infantaria da cidade de Ponta Grossa-PR.<sup>47</sup>

Inicialmente, essas tropas acamparam na área da CANGO, mais tarde, acantonaram<sup>48</sup> ocupando parte das instalações desta.

Consta ainda uma descrição no resumo histórico do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, que no dia 01/06/1956, por ordem do Exmo. Sr. general Comandante da 5ª RM/DI<sup>49</sup> (Quinta Região Militar/ Divisão de Infantaria), deslocou-se por via férrea com destino ao interior do estado, União da Vitória, de onde seguiu por rodovia, com o intuito de cumprir missão na cidade de Francisco Beltrão, um pelotão desse RI (Regimento de Infantaria), comandado pelo então 2º Ten Álvaro Benedito Di Piero e constituído por 33 praças.

O Boletim Interno de 16/06/1956 registra o deslocamento de mais um pelotão para cumprir missão em Francisco Beltrão, desta vez comandada pelo então 2º tenente Paulo

---

<sup>47</sup>Boletim Interno nº 122 de 30/06/2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada.

<sup>48</sup>Forma de estacionamento em que a organização militar se instala temporariamente em instalações já existentes ou em outro tipo de proteção semelhante contra intempéries.

<sup>49</sup>Devido à nova reestruturação do Exército na última metade do século passado, a 5ª RM/DI passou a denominar-se 5ª RM/DE (Quinta Região Militar/Divisão de Exército).

Pestana da Silva. Tal pelotão além de contar com dois GC<sup>50</sup> também possuía um enfermeiro, um cozinheiro e um ordenança. O comandante do Pelotão destacado, o tenente Paulo Pestana da Silva foi substituído em 11/09/1956 pelo Aspirante a Oficial Infante Frederico Soares Castanho sem motivos mencionados.

Os soldados que foram deslocados para o sudoeste do Paraná eram de baixa escolaridade e oriundos da vida simples longe dos grandes centros urbanos da época. Conforme comprova a incorporação de 21/06/1956 do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, o efetivo que ingressou nas fileiras do Exército nesta data é descrito no Livro de Registro Histórico do Regimento da seguinte maneira:

-São incorporados 1.040 convocados da classe de 1937, que foram distribuídos pela Unidade da seguinte forma: Cia C Sv:-121 homens, Cia Can AC:- 66 homens; 1º Btl 430 homens. Nos exames de saúde a que foram submetidos os incorporados foram obtidos os seguintes resultados: Fortes 344; Normais 528 e Médios 168. Os convocados recém-incorporados foram submetidos a testes intelectuais cujo resultado percentual foi o seguinte, referentes ao grau de instrução:- Superior 1,0%, Científico ou similar 5%, Ginásial ou Secundário 15% Primário 33,7% e Analfabetos 45,2%.<sup>51</sup>

Torna-se indispensável complementar que mesmo com a incorporação em junho de 1956 esses soldados somente foram empregados após terem concluído o período básico de adestramento, ou seja, o treinamento básico de combatente, o qual tem um tempo pertinente de aproximadamente três meses. Neste treinamento incluí-se desde instruções de civismo até técnicas de progressão em combate e exercícios de tiro.

Em 09/01/1957, embarcou com destino a Francisco Beltrão outro pelotão do 13º Regimento de Infantaria, constituído por quatro sargentos, cinco cabos e vinte e quatro soldados comandados pelo então 2º tenente João da Cruz Albergaz Filho.<sup>52</sup> Sua missão era

---

<sup>50</sup>Grupos de Combates compostos por 13 homens.

<sup>51</sup>Registro Histórico do 13º Regimento de Infantaria da cidade de Ponta Grossa-PR, 23/08/1956.

<sup>52</sup>Tal efetivo era composto de acordo o **Anexo 01**: Boletim Interno nº 05, datado de 07/01/1957 do 13º Regimento de Infantaria localizado na cidade de Ponta Grossa-PR, folhas 34-35. Parte deste anexo encontra-se sem condições para leitura por ter sido fotocopiado sem os devidos cuidados

de manutenção da ordem pública em virtude do litígio entre Órgão Federal, Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e uma companhia particular, a CITLA.<sup>53</sup> Tal missão era decorrente do cumprimento de ordem emanada em 28/12/1956 do EXMO. SR. General Comandante da 5ª RM/DI. Regressou à sede do Regimento em 31/03/1956, sem novidades.<sup>54</sup>

Conforme consta do Boletim Interno número 143<sup>55</sup>, do 13º BC (13º Batalhão de Caçadores) da cidade de Joinville-SC, deslocou-se em 28/06/1957 com destino a Francisco Beltrão, um pelotão daquele Batalhão, comandado pelo então 2º tenente Pedro Ivo Figueiredo de Campos<sup>56</sup>. Estes homens regressaram à Joinville em meados de agosto do

---

quando solicitado ao quartel de Ponta Grossa, no entanto o que interessa para esse trabalho é a parte que consta a relação nominal do efetivo destacado para a região, que está legível.

<sup>53</sup> A oposição entre INIC e CITLA não era constante e radical, mesmo no governo JK. Em novembro de 1957, o INIC passou a ser presidido pelos integralistas, que também participavam do governo Lupion, onde sua gestão era acusada de beneficiar os interesses de Lupion e se envolver em escândalos como o pagamento de indenizações indevidas e milionárias, ao mesmo tempo em que se apresentava como “amigo dos colonos” constituindo base eleitoral no sudoeste. Isso mostra que mesmo o governo Federal (no caso governo JK) nunca foi um bloco monolítico, pois, por exemplo, o Conselho de Segurança Nacional criticava abertamente a direção do INIC comandada pelos integralistas.

<sup>54</sup> Conforme Boletim Interno nº 77 de 02/04/1957 do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville.

<sup>55</sup> Boletim Interno datado de 27/06/1957 do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville.

<sup>56</sup> **Pedro Ivo Figueiredo de Campos** (1930-1990) Nasceu em Florianópolis, a 12/10/1930, filho de Emmanuel Pereira de Campos, funcionário público, e de Florisbela Figueiredo de Campos, do lar. Iniciou seus estudos no Grupo Escolar Silveira de Souza, depois no Colégio Catarinense, em Florianópolis, prosseguindo-os na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, e cursando em seguida a Academia Militar de Agulhas Negras, no Rio de Janeiro. A carreira militar interrompeu-se em 1960, quando, acometido por doença contraída em serviço, e que a época determinava a reforma compulsória. Pedro Ivo foi transferido para a reserva. Sua reforma, baseada na Lei da Inatividade dos Militares, estipula que Pedro Ivo estava incapacitado para qualquer serviço de natureza militar,

mesmo ano, pois haviam sido substituído por soldados do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa-PR.<sup>57</sup>



**Figura 7.** Mapa do Sudoeste do Paraná. Identificadas na cor “roxa” as cidades que se localizavam as guarnições do Exército brasileiro na segunda metade da década de 1950. Fonte: Confeccionado para este estudo pelo 2º Sgt Loewenstein, mapeador militar do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Francisco Beltrão, em julho de 2007.

---

não fazendo, entretanto, qualquer restrição ao trabalho na vida civil. Pedro futuramente haveria de ser o governador do Estado de Santa Catarina (1987 a 1990).

<sup>57</sup> Porém há uma falta de dados referentes aos militares que participaram da Revolta de 1957. O quartel de Joinville enviou a documentação relativa às tropas que no sudoeste atuaram, porém o quartel de Ponta Grossa forneceu documentação, mas não do 2º Semestre de 1957, período da Revolta dos Possesiros. Por esse motivo não se tem o nome dos soldados que participaram da Revolta. Portanto há uma lacuna de dados entre agosto de 1957 à janeiro 1958 (a revolta ocorreu em 10/10/1957). Apenas há uma referencia quanto ao nome do Comandante do Destacamento Militar de Francisco Beltrão em outubro de 1957, o capitão Cid Camargo Prochno, em: MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Possesiros*. Curitiba: 1986, p. 417.

Quando eclodiu a Revolta de 1957, em 10/10/1957, o Sudoeste contava com o efetivo de um pelotão na cidade de Francisco Beltrão, onze soldados que se mantinham em posição no Posto Destacado na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, 30 soldados na cidade de Capanema e um Esquadrão de Cavalaria Independente<sup>58</sup> sediado em Palmas, conforme **Figura 7**.

Essa disposição de tropas na região vinha acatar a ordem emanada do Presidente da República Juscelino Kubitschek, na Resolução do Conselho de Segurança Nacional de 04/04/1956, o qual foi aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional em face dos acontecimentos da época.

Entretanto é interessante ressaltar que durante o 1º Semestre de 1958, na cidade de Francisco Beltrão foram oferecidos cursos aos soldados que ali serviam como o Curso de Mensageiro, de Padioleiro (Auxiliar de Enfermagem), de Aproveitamento e de Corneteiro.<sup>59</sup>

Já em 1958, muda o efetivo de tropas destacadas e chega a Francisco Beltrão a 2ª Companhia do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville-SC, comandada pelo então capitão Ramon Marques de Souza, com efetivo aproximado de 140 homens, ali permanecendo por cinco meses. Foi substituída pela 1ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria sediado em Ponta Grossa-PR por determinação do Comandante da 5ª RM/DI em ordem datada de 08 de agosto e publicada no Boletim Interno do 13º RI em 30 de agosto do mesmo ano.

Foi ordenado ao comandante da 1ª Companhia de Fuzileiros do 13º RI que ultimasse os preparativos para o iminente deslocamento de sua companhia, completada em pessoal e material, de sua sede em Ponta Grossa-PR, no dia 01/09/1958, com destino a Francisco Beltrão.

---

<sup>58</sup>Um esquadrão de cavalaria é composto por três pelotões de 33 soldados mais elementos da parte administrativa, portanto, se o Esquadrão Independente de Palmas - PR estivesse completo em 1957, o que não se sabe, seu efetivo era de aproximadamente 120 homens.

<sup>59</sup>Conforme Registro Histórico do 13º RI referente aos períodos de Janeiro a Junho de 1958.

Seu comandante era o então capitão José Lamartine da Costa que assumiu o comando do ‘*acantonamento*’ em 02/10/1958 às 18h00minh recebendo-o do Capitão Ramon Marques de Souza.



**Figura 8.** Pavilhão das antigas instalações da CANGO. Transformado em Quartel da 1ª/13º RI no ano de 1958. Nestas instalações é que permaneciam os colonos rio-grandenses até o momento que recebiam medicamentos, sementes, ferramentas, o lote de terra e casa para se instalarem. Foto extraída do Boletim de Inspeção da 5º RM/DI de 1958.

Estabelecidos em Francisco Beltrão, efetivamente começa seus trabalhos no mesmo dia; e a 25 de setembro a companhia põe em funcionamento a Escola Regimental<sup>60</sup>. Em 04/02/1959, sofre sua primeira inspeção levada a efeito pelo Exmo. Sr. general Nelson

---

<sup>60</sup>O objetivo fundamental da Escola Regimental era alfabetizar *os subalternos*, ministrando-lhes ensinamentos indispensáveis ao desempenho de seus deveres. Há de se ressaltar que nestes tempos os letrados, leia-se alfabetizados, ocupavam lugar de destaque entre seus pares dentro do universo militar. Em 04/05/1959, foi publicado em Registro Histórico o resultado de exames da 2ª Turma da Escola Regimental tendo sido considerados “ALFABETIZADOS” 88,6% dos 114 Sd Analfabetos matriculados” REGISTRO HISTÓRICO 13º RI referente ao período de 1º de Jan a 30 de Jun 59. Folha 3 (três).

Rebello de Queiroz, Comandante das 5ª RM/DI. A Companhia acantonada executava suas tarefas normais e previstas.

A 25/03/1959 o Presidente da República, Juscelino Kubitscheck, no uso das atribuições que lhe confere o Art 87, inciso I da Constituição Federal e em consonância com o Art 19 da Lei 2851, de 25/08/1956, Decreta:

Artigo 1º - Seja destacada a 1ª Companhia de Fuzileiros do 13º RI, ficando sediada em Francisco Beltrão”.

Artigo 2º - “O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário” – “Transcrita no Noticiário do Exército (NE) nr 435, de 04 de abril de 1959. <sup>61</sup>

Em meados de abril de 1959, o Ministro da Guerra, Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, concedeu à Companhia, autonomia administrativa e em julho foi incorporada a Classe de 1940, sendo o primeiro contingente militar incorporado na região, pois efetivo de soldados de 1958, fora incorporado ainda na cidade de Ponta Grossa.

Neste mesmo mês pelo Decreto nº 45.656-A, de 25/03/1959, o Presidente da República determina que o comandante da companhia passe a ser comandante do Destacamento e Guarnição, observando a necessidade da existência de Boletim<sup>62</sup> do Destacamento e Guarnição, mas continuava a Companhia vinculada ao Regimento para fins administrativos e instrução. Somente em 1959 que se começou registrar das atividades da Organização Militar de maneira oficial. Eis aí a precariedade de fontes e dados militar-oficiais sobre a Revolta de 1957.

No entanto com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP)<sup>63</sup> no ano de 1961, chega a Francisco Beltrão mais um contingente

---

<sup>61</sup>Livro de Registro Histórico da 1ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria de Francisco Beltrão-PR. Relatório do dia 28 /04/1959.

<sup>62</sup>Documento diário, onde se encontram transcritas todas as Escalas de serviços, ordens, planejamento de instruções, Assuntos Gerais e Administrativos bem como assuntos ligados a hierarquia e disciplina.

<sup>63</sup>O que será discutido em capítulos que seguem.

militar no dia 13/01/1962, a 2ª Divisão de Levantamentos (DL) oriunda da cidade de Ponta Grossa-PR. A 2ª DL era uma tropa especializada em medições e mapeamento, a qual auxiliava diretamente na construção de malhas rodoviárias e na colonização de glebas ainda não ocupadas em nosso país.<sup>64</sup>

No mesmo ano chega a Francisco Beltrão o 5º Batalhão de Engenharia (BE), não se teve acesso ao efetivo desta tropa, mas o que se sabe é que tal contingente foi responsável pela estruturação da cidade com diversos trabalhos realizados. Ou seja, Francisco Beltrão contava agora com três quartéis instalados em seu município.



**Figura 9.** Incorporação da turma 1958. Soldados prestando o juramento a Bandeira Nacional, ao fundo e a esquerda vê-se uma casa de militar, onde hoje se encontra o Ginásio de Esportes do 16º Esqd C Mec. Fonte: Arquivo Particular do cabo da Reserva do Exército, o Sr. José Pedro de Almeida.

O deslocamento das tropas militares fez parte de um conjunto de medidas tomadas pelo governo federal em prol da política de ocupação nesta área de fronteira. Desta forma os militares defenderam a ocupação territorial e aumento da densidade demográfica

---

<sup>64</sup>Na década de 1960 havia apenas três Unidades do Exército que realizavam este trabalho: a 1ª DL do Rio de Janeiro, a 2ª DL de Ponta Grossa e a 3ª DL de Porto Alegre.



apoiando os “pioneiros” inclusive no movimento social conhecido como Levante de 1957 ou Revolta dos Posseiros.

## **2. O EXÉRCITO E O LEVANTE DE 1957 NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

Agora que já se sabe ‘*quem*’ eram e ‘*como*’ eram os soldados enviados para a região e o ‘*por que*’ desta vinda, se faz necessário o retorno a década de 1950, para analisar a atuação do Destacamento do Exército quando ocorrera a Revolta dos Colonos ou Levante de 1957.

Por isso fez se necessário a consulta das bibliografias existentes, no entanto não há até o presente momento nenhum trabalho historiográfico ou memorialista que se preocupou em estudar especificamente a participação militar. As bibliografias sobre o assunto discorrem sucintamente ou arriscam algumas colocações, mas focadas a outros temas. Por isso esta interlocução entre alguns autores a partir de agora apresentada possibilitará suporte para compreensão da memória regional discutidas nos capítulos seqüenciais.

### **2.1 Os observadores militares**

A barbárie cometida pelos jagunços contratados pelas imobiliárias, obrigando os posseiros a pagarem novamente por suas terras, os crimes com requintes de crueldades contra homens, mulheres e crianças, culminando em uma série de denúncias contra as ações de jagunços, com apoio da polícia repercutiu na imprensa nacional.

De acordo com o balanço dos acontecimentos no sudoeste do Paraná elaborado pelo Senador Otton Mader está relacionado 14 mortos, 47 espancamentos e dois desaparecidos. Podendo ser citado o assassinato do vereador do PTB, do município do Verê - PR, o Sr. Pedro José da Silva<sup>65</sup>, o qual reunia assinaturas em um abaixo assinado contra as companhias de terras e foi assassinado em abril de 1957.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup>DIAS, Carlos Gilberto Pereira; SANTOS, Cezar Luiz dos. Pedrinho Barbeiro. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. *Revisando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, Grafisul, 2007, p. 237.

Mas, um dos crimes mais bárbaros é o cometido pelo jagunço “Chapéu de Couro” que assassinou a família de João Saldanha, sobre esse crime Gomes transcreve:

Pegaram a mulher, sevicieram-na; [...] cortaram-lhe o seio e jogaram para o cachorro. Este chegou, cheirou o seio e saiu uivando. Deixaram a mulher esvaindo-se em sangue e entraram dentro da casa. Tiraram toda a mercadoria que servia; rádio, relógio, revólver [...] Atearam fogo na casa. Enquanto a casa estava queimando, as crianças gritavam em volta da mãe,... um dos jagunços deu um tiro na cabeça do menino, a criança menor foi jogada para o ar por um dos jagunços e o outro espetou-a com adaga[...]<sup>67</sup>

“Chapéu de Couro” fora encontrado morto na cadeia de Foz do Iguaçu um dia após confessar o crime, por esse motivo paira ainda algumas dúvidas sobre a autoria desse crime ou mesmo do modo operante de sua execução. Haja vista que há relatos da figura de uma mulher tendo o seio cortado ainda na Idade Média. Talvez seja a forma cultural encontrada por diversas comunidades de expressar o nível mais alto de covardia e violência. Fica aqui registrado apenas um questionamento da fonte apresentada, por se saber também que Gomes ao produzir sua obra em 1987 baseou-se em relatos de populares.

Acontece que a revolta por parte dos colonos aumentava ainda mais ao serem punidos pela Polícia Estadual quando procuravam os policiais para registrar queixa contra os jagunços, os policiais faziam vistas grossas às arbitrariedades cometidas.<sup>68</sup>

Segundo Martins, em razão das denúncias veiculadas, observadores militares passaram a agir na região colhendo informações através de contatos feitos com autoridades políticas locais, como prefeitos, promotores, chefes políticos regionais e engenheiros. Em:

Em 11 de abril de 1955, embarcou para Curitiba, por determinação do General de Divisão José Bina Machado (Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional), o Ten Cel Aloísio Gondin Guimarães, com a incumbência de apurar

---

<sup>66</sup>LAZIER, Hermógenes; *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*. Curitiba: Grafit, 2005, p. 225.

<sup>67</sup>GOMES, Iria Zanoni. *1957, Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1987, p. 63.

<sup>68</sup>LAZIER, Hermógenes; *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 58.

denúncias sobre a “situação de insegurança em que vive a população das zonas limdeiras com a Argentina e o Paraguai.”<sup>69</sup>

Em seu relatório tenente coronel Aloísio Gondin Guimarães propôs que o Esquadrão de Cavalaria Independente sediado em Palmas, fosse deslocado para Francisco Beltrão. Argumentava que a presença de um efetivo maior na região possibilitava a manutenção da ordem pública. Considerava também “*ser imprescindível à permanência em poder da União da área que se encontrava sob jurisdição da Colônia Agrícola Nacional General Osório*”.<sup>70</sup>

## **2.2 Instituições Federais contra a política estadual**

Em meados de junho de 1956, o efetivo das tropas militares em Francisco Beltrão era de 37 homens e achavam-se acantonados em parte das dependências da CANGO, mas ainda sem se envolver com a crise cada vez mais aguda devido ao litígio de posse de terras na região. Esta presença militar era apreciada pela população, pois garantia a segurança e criava expectativas junto ao comércio local com a notícia de um possível aumento de seus efetivos, havia a possibilidade de impulso na economia municipal.

A Administração do Núcleo Colonial General Osório era oposição política declarada ao Governo do Estado, e valendo-se da presença das tropas federais sediadas em sua área de jurisdição, propagava aos quatro ventos que tais tropas ali se encontravam em apoio e para coibir abusos e arbitrariedades praticadas pela Polícia Militar do Estado, contra os colonos nela localizados, segundo seu Administrador.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986, p. 329.

<sup>70</sup>Idem, p. 330.

<sup>71</sup>Ibidem, p. 341.

A partir de 1956, estando o Exército participando dos acontecimentos na área de jurisdição da CANGO, pelas análises de seu comandante e observadores militares, houve por bem apoiar a Administração da CANGO (Instituição Federal), indo de encontro às ações da Polícia Militar do Estado do Paraná, que agia facciosamente respaldando as ações irregulares e abusivas das companhias imobiliárias, que por sua vez contavam com a aquiescência do governo do estado na pessoa governador eleito Moisés Lupion pelo PSD - Partido Social Democrático.

Este estado de coisas teve como consequência, uma série de *frequentes atritos* entre o Comando do Destacamento Militar e autoridades estaduais. A título de ilustração, podemos citar o incidente acontecido em janeiro de 1957, quando o Comandante do Destacamento Militar mandou matar a tiros, para alimentação da sua tropa, dois leitões de propriedade do Juiz de Paz<sup>72</sup> em exercício da Comarca de Francisco Beltrão, Sr. Carlos Mendes de Oliveira, que era favorável às ações políticas do governador.<sup>73</sup>

Os ânimos tornaram-se mais acirrados no contexto nacional quando o Senador Othon Mäder, em seu discurso no Senado da República, fez menção ao assassinato de um cidadão miserável e desconhecido praticado por jagunços das companhias imobiliárias no quilômetro 35 da estrada Santo Antonio-Capanema. Nunca chegou a ser comprovado quem era este cidadão, mas havia a suposição de que este fosse um ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira, que havia combatido na Europa. Porém o discurso emocionante do senador Mader o tornou mais um signo da Revolta.

O senador Mäder era da UDN (União Democrática Nacional) e fez insistentes pedidos de interferência militar na região para apurar as verdadeiras causas do conflito existente. Partidário das idéias do senador e valendo-se da presença fardada na região e na crescente hostilidade às autoridades locais apresentada pelo Comandante do Destacamento

---

<sup>72</sup>O Juiz de Paz é uma autoridade estadual que celebra casamentos; tal juiz encaminhou em ofício uma solicitação para que o Comando do Exército tomasse uma atitude à arbitrariedade do comandante do Destacamento local.

<sup>73</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986, p. 342.

Militar, o administrador da CANGO disseminava a idéia de que o povo deveria acatar ordens emanadas da guarnição militar do Exército tão somente.<sup>74</sup>

Houve também a denúncia de ação subversiva desenvolvida pelo 3º Sargento Mario Staben da 2ª Divisão de Levantamentos do Serviço Geográfico do Exército na região do Alto Verê (comunidade do Município do Verê-PR.). Ele realizava levantamentos topográficos naquela área. Segundo essa denúncia, o militar instigava os colonos a armarem-se contra os jagunços das companhias aguardando o momento oportuno que seria ditado pelo Comandante do Destacamento do Exército de Francisco Beltrão.<sup>75</sup>

### 2.3 Atuações militares que antecedem o Levante de 57

A 29/09/1957, foi manchete no jornal *O Estado do Paraná* a seguinte notícia: **“Possibilidade de intervenção do Exército”**.<sup>76</sup> Nesta altura dos acontecimentos o Exército já tinha se movimentado, encontrava-se em Porto União o 23º RI de Blumenau e o 13º BC de Joinville, 35 viaturas conduzindo víveres da Companhia de Manutenção de Curitiba comandada pelo capitão Tobias Oliveira, bastava apenas a ordem do Escalão Superior do Exército para iniciar a intervenção no Estado do Paraná. Ou seja, ordem presidencial, já que as Forças Armadas são subordinadas diretamente ao Presidente da República.

No mesmo mês de setembro, os posseiros se encontravam entrincheirados em Capanema (cerca de mil homens) e os jagunços na cidade de Santo Antonio do Sudoeste

---

<sup>74</sup>ZATTA, Ronaldo. O Exército e o Levante de 1957 no Sudoeste do Paraná. In: Anais do II Seminário de História Regional 2007-PPGH-UPF. Disponível em: <[http://www.upf.br/ppgh/download/Ronaldo%20Zatta\\_prn.pdf](http://www.upf.br/ppgh/download/Ronaldo%20Zatta_prn.pdf)>. Acesso em: 15 Nov 08 às 14h00min.

<sup>75</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba:S/Editora, 1986, p. 366-369.

<sup>76</sup>Idem, p. 385.

(aproximadamente duzentos homens).<sup>77</sup> Sendo que as duas cidades contavam com um posto de destacamento do Exército. Para evitar a carnificina, prossegue Lazier, dois coronéis do Exército aturam: Alcebíades Rodrigues da Costa e Henrique Dias. O primeiro ocupava o cargo de Delegado Especial da Região, já o segundo trabalhava no Estado Maior da 5ª Região Militar.

É fato que o destacamento militar no município de Capanema é que ele foi implantando mediante extrema tensão em pleno outubro de 1957 quando eclodia o movimento social. Para garantir a ordem em Capanema, o coronel Alcebíades formava com vários civis uma polícia local<sup>78</sup>.

Alguns funcionários das companhias imobiliárias haviam sido presos e o coronel Alcebíades, para evitar que estes fossem mortos, mandava-os para Foz do Iguaçu sob escolta dos próprios posseiros. O último a ser enviado foi Antônio Borges, empregado da CITLA que com 19 anos de idade confessou ter praticado diversos crimes (entre eles estupro das mulheres colonas) a mando de seu patrão.

Encarregados de sua escolta ficaram Pedro Santin, Pedro Pinto e mais um colono não identificado, saíram de manhã e na manhã do outro dia já haviam retornado. O coronel Alcebíades desconfiando da rapidez da viagem, pois precisariam de aproximadamente quatro dias para ir a Foz do Iguaçu e retornar, chamou um cabo motorista e se deslocou com Mário de Moraes, repórter da *Revista O Cruzeiro*, e dois funcionários municipais. Estes ao atingirem quarenta quilômetros de Capanema encontraram o corpo desfalecido de Antonio Borges, atingido por diversos disparos pela frente. Havia sido executado pela sua escolta.

Para evitar o conflito armado o coronel mandou que colonos enterrassem o corpo do prisioneiro; e na tentativa de impedir o confronto com os duzentos jagunços armados na cidade vizinha de Santo Antonio do Sudoeste, manteve o caso a surdina. No mesmo dia sem que ninguém soubesse solicitou reforço ao coronel Henrique Dias, sendo prontamente

---

<sup>77</sup>LAZIER, Hermógenes; Paraná: *Terra de todas as gentes e de muita Historia*. Curitiba: Grafit, 2005, p. 226.

<sup>78</sup>Conforme matéria do Jornal de Beltrão de 19/07/ 2007, em sua coluna “*No tempo da Revolta*”.

atendido em sua solicitação, foram lhe enviado por caminhão trinta soldados armados e equipados para Capanema.<sup>79</sup>



**Figura 10.** Escolta do preso Antônio Borges. De costa e algemado, a sua direita encontra-se Pedro Santin. Ao lado o corpo já desfalecido do prisioneiro após ser executado por sua escolta. Fonte: Jornal de Beltrão “No tempo da Revolta.” 19/07/2007.

Sobre sua visita na cidade de Santo Antonio do Sudoeste, o coronel Henrique Dias relata o seguinte:

Encontrei a cidade praticamente abandonada. Noventa por cento de seus habitantes apavorados, haviam invadido a Argentina e ali dormiam em barracos espalhados por todos os cantos [...] Encontrei, em Santo Antonio, 11 soldados, praticamente desarmados (cada um deles tinha 10 tiros, e mesmo assim munição de 1912). Pedi imediatamente reforços a Curitiba e me mandaram 43 homens [...] <sup>80</sup>.

Aproximadamente 1200 agricultores haviam atravessado a fronteira de Santo Antonio (Brasil) para San Antonio (Argentina). No lado argentino os colonos brasileiros foram bem recebidos, com alimentação e alguns abrigos. De acordo com relato dos próprios colonos os oficiais argentinos foram bem cordiais com imigração forçada.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba:S/Editora, 1986, p. 366-369.

<sup>80</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957, Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1987, p. 79.

<sup>81</sup> Fotocópia da Revista O Cruzeiro de 12/10/1957.



**Foto 11.** Coronel Alcebiades convidado os colonos a regressarem ao Brasil. Fonte: O Cruzeiro de 12/10/1912.

Com o efetivo reduzido a apenas onze soldados, era impossível manter a segurança na cidade, inclusive a própria segurança da Guarnição Militar. Mediante esta possibilidade de massacre dos soldados que encontravam em Santo Antônio do Sudoeste, pois defendiam as diretrizes do Governo Federal e logo apoiavam os posseiros, a 5ª RM/DI envia reforços para a região.

A chegada, de parte deste efetivo, fora registrado na **Figura 12** pelo fotógrafo de O Cruzeiro de 12/10/1957, sendo confirmado e republicado pela Revista Gente do Sul nº 41 de 1997 e pela coluna “No tempo da Revolta” do Jornal de Beltrão do dia 13/07/2007.



Portanto, é equivocada a afirmação de Bernardi<sup>82</sup>, a qual faz referência a esta foto como “policiais” que chegam a Santo Antonio para reforçar a segurança no município. Não eram policiais, e sim militares do Exército.



**Figura 12.** Chegada de reforços militares. A foto acima registra parte do grupamento enviado como reforço às tropas instaladas na cidade de Santo Antonio do Sudoeste. Foto extraída da Revista Gente do Sul nº 41, 1997.

## 2.4 Heróis de Capanema

O cabo pernambucano Nomeriano Alves juntamente com o sargento-telegrafista João Hoffman, foram considerados heróis na cidade de Capanema. Tal referência se encontra na Revista “O Cruzeiro de 12/10/1957”, esses militares não realizaram nenhuma façanha extraordinária que lhe rendessem este mérito, porém, pela boa convivência com os colonos ficaram reconhecidos pela comunidade.

---

<sup>82</sup>BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste(PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 100.

Por cumprir com exímia dedicação sua função, que era manter informado o escalão superior de comando na cidade de Curitiba sobre os acontecimentos na fronteira, e evitando que seu aparelho e seu posto de radiotelegrafia fossem destruídos durante o levante, o sargento João Hoffmann fora promovido ao posto de 2º sargento por heroísmo imediatamente após a revolta.<sup>83</sup>



**Figura 13.** Militares do Exército. Tomando chimarrão, à esquerda os emissários, o Coronel Henrique Dias de pernas cruzadas conversando com o seu colega o Coronel Alcebiades da Costa, este com a chaleira na mão. Na direita o Cabo Nomeriano Alves e usando o quepe o Sargento João Hoffmann, Fonte: O Cruzeiro de 12/10/1957

---

<sup>83</sup>BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste(PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 102.

## 2.5 Tomada de Francisco Beltrão

Em 10/10/1957 jornais anunciavam “*Quatro mil armas governam Francisco Beltrão*”<sup>84</sup>, assim os jornais brasileiros noticiaram a Revolta de 1957; revolta esta que teve papel preponderante para a instalação definitiva de uma guarnição militar na cidade.

A tomada da cidade de Francisco Beltrão em 10/10/1957 foi o ápice da revolta, através desta que o Brasil teve conhecimento sobre os episódios de luta pela terra no sudoeste paranaense. A participação do Exército neste evento foi analisada por alguns autores regionais, mas somente sob determinados aspectos, sendo reconhecida como ativa ou parcialmente ativa.

No entanto, devido às tensões políticas, essa atuação nunca foi oficializada pela Instituição. As fotografias que registram a ação militar foram tiradas por particulares, permanecendo nas mãos do PSD local, o qual também não tinha interesses de divulgá-las. O PSD era o partido de situação do governo do estadual e estava desmoralizado perante os acontecimentos, não seria conveniente assumir a intervenção de um órgão do governo federal. É importante ressaltar que neste momento o PSD também era situação no governo federal, mais uma vez é chamada a atenção no sentido de que não se consolidavam blocos monolíticos na política brasileira neste período, seja ela em nível federal, estadual ou municipal.

Dois autores relatam com maiores detalhes esse episódio, por isso buscou-se a comparação entre as obras de Rubens S. Martins (*Entre Jagunços e Posseiros*- 1986), e Hermógenes Lazier (*Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*- 2005 e entrevista à *Revista Gente do Sul*, nº 41, 1997). Entretanto, não se deixou de amparar tais apontamentos com outros autores, nem seu cruzamento com as fontes orais<sup>85</sup>. Creio que seja importante salientar as convicções políticas dos autores que servem como fontes

---

<sup>84</sup>LAZIER, Hermógenes; *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*. Curitiba: Grafite, 2005, p. 224.

<sup>85</sup>Todas as fontes orais deste sub-capítulo foram consultadas no projeto Memória Culturais da Secretaria de Cultura do município de Francisco Beltrão, que reúne 863 entrevistas de “pioneiros” que relatam sobre a colonização e a Revolta de 1957.

primárias, Rubens S. Martins, pertencia ao PSD, e Hermógenes Lazier, militante do PC do B, tendo análises antagônicas do Levante de 1957.

Não é pretensão analisar as citações destes autores somente através de seu perfil político, pois de acordo com Rémond “há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles...”<sup>86</sup>

Mas é interessante reconhecer que o Dr. Rubens S. Martins morava em Francisco Beltrão na época, tinha exercido o mandato como o primeiro Prefeito Municipal no período 1953-56, era médico e dono de hospital, exercia o cargo de delegado de polícia e, portanto acompanhou os acontecimentos “*in loco*”. Sua obra ainda é uma das mais completas sobre a revolta, por esta contribuição é que ela está sendo citada com frequência. Cabe frisar também que apesar de ser um partidário de direita, filiado ao PSD, fazia oposição declarada à Administração da CANGO e tal entidade era apoiada pelo Destacamento do Exército.

Diante da complexidade destes componentes, busca-se analisar não o movimento social e, sim uma articulação político-institucional que fez parte da Revolta de 1957: o Exército brasileiro. Desta maneira há um comprometimento de análise nem tanto apaixonante pelas questões político-partidárias de Martins.<sup>87</sup> Ao mesmo instante, foge-se da interpretação da obra de Lazier onde pelos estudos dos modos de produção do sudoeste paranaense apresenta uma índole marxista.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup>RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Ed.da FGV, 1996, p. 449.

<sup>87</sup>Martins em sua obra chega até dissertar ao longo de um sub-capítulo como foi seu ingresso no PSD.

<sup>88</sup>Por sua postura ideológica, Lazier preenche seu livro com dados sistematizados de como funcionava a economia colonizadora e intitula sua obra como “*estudo de conjuntura*”.

O ponto de convergência fundamental entre os dois autores repousa na afirmação de que o Exército esteve ao lado dos posseiros e teve papel preponderante na garantia da lei e da ordem na região, ou seja, duas visões diferentes apontam para algo que não é comum: uma Organização Militar apoiando um movimento social.



**Figura 14** Viatura militar. Foto extraída do livro: Entre Jagunços e Posseiros, 1986.

Segundo Hermógenes Lazier:

O Exército foi a favor dos posseiros. Tem alguns que dizem que o Exército ficou em cima do muro. Pelo que pude apurar, não. O Exército ficou a favor dos posseiros em todos os sentidos. Então o Governo Federal ficou a favor dos posseiros.<sup>89</sup>

Essa posição favorável aos posseiros pode ser confirmada através do depoimento prestado pelo senhor Bonfilio Perussato Marchiori, que chegou a Francisco Beltrão em 1949:

Presenciei jagunços cortar fora a facada o seio de uma mulher, por banditismo. Amarravam o marido dentro de casa e estupravam sua esposa na sua presença. Só terminou esse terror com a chegada do exército, através de uma reivindicação

---

<sup>89</sup>REVISTA GENTE DO SUL, Francisco Beltrão, n.41, 1997.

pessoal de Egidio Zanata e Irineu Montemezzo que foram até o Rio de Janeiro (capital do Brasil, na época) e conseguiram. O exército instalou-se em frente à ASSESSOAR, fazendo trincheiras e poços para se instalarem e assim veio a brigada organizada pelos próprios jagunços, localizada no colégio Suplicy.<sup>90</sup>

Sobre a atuação em conjunto do Exército com a comunidade, pode-se acrescentar o complemento dado pelo Sr. Manoel Ribeiro dos Santos, popular Neco, chegado a Francisco Beltrão em 1942, onde afirma ter ajudado a prender jagunços e a entregá-los ao Exército.<sup>91</sup>

Testemunho dado pelo Sr. Valdomiro Cavichon nascido a 29/09/1938, chegado a Francisco Beltrão em 1950, afirma que

[...]os jagunços invadiam as casas e roubavam alimento, levavam gado e matavam pra comer, eles todos armados e nós só com uma espingardinha, só tinha que ficar quietos. O Dr Valter que foi o cabeça e junto com o Exército tirou eles daqui.<sup>92</sup>

Os pontos divergentes entre Martins e Lazier iniciam a partir dos relatos sobre os acontecimentos de 10/10/1957:

Na realidade, a insurreição tivera início muito antes, como se infere dos acontecimentos já relatados, culminando, naquele dia, com a ocupação da cidade de Francisco Beltrão pelo Destacamento do Exército ali sediado, que imobilizou as autoridades estaduais.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 081 do senhor Bonfilio Perussato Marchiori.

<sup>91</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 226 do senhor Manoel Ribeiro dos Santos.

<sup>92</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 725 do senhor Valdomiro Cavichon.

<sup>93</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986, p. 399.

De acordo com esse mesmo autor, o Exército abrigou o Juiz de Direito da Comarca, deu proteção à radio emissora beltronense que chamava a população para pegar em armas, dando ampla cobertura às invasões, depredações e saques nos escritórios das companhias e quando se assegurou que o controle da cidade estava garantido nas mãos dos civis, recolheu-se ao Quartel.



**Figura 15.** Patrulhamento do Exército. Soldados do Exército realizando patrulhamento a pé, ao canto direito um soldado monta guarda. Fonte: Foto extraída do livro: Entre Jagunços e Possesiros, 1986.

O depoimento do Sr. Olindo Barbieri nascido em 13/01/1925, cuja chegada a Francisco Beltrão remonta ao ano de 1948, participante ativo da revolta de 1957. Afirma que ele e seus companheiros assumiram a delegacia e a rádio, guarnecendo dia e noite estes órgãos, com apoio do Exército. Ajudou na segurança do Dr Valter Alberto Pecoits, que foi líder do movimento.<sup>94</sup>

De opinião contrária aos escritos de Martins, Lazier afirma:

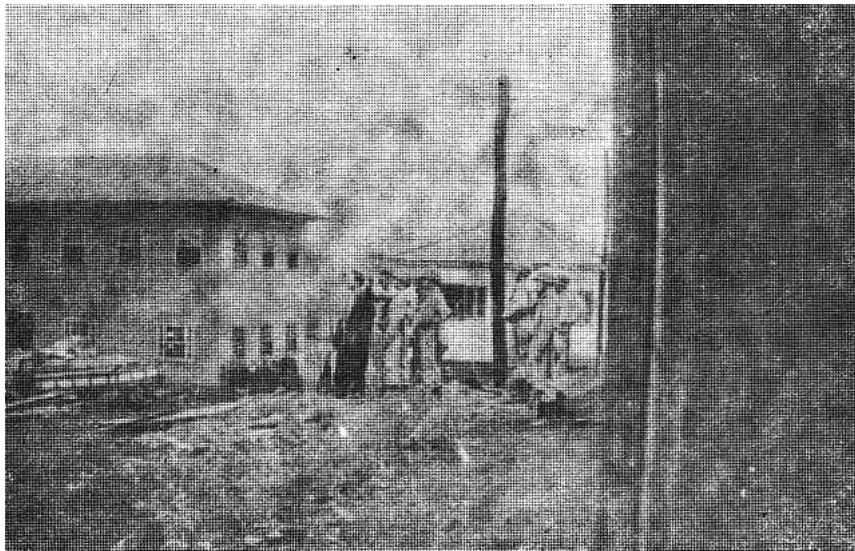
[...] tentando clarear algumas dúvidas como: por exemplo, a tomada de Francisco Beltrão, que o Rubens Martins, em seu livro é taxativo: foi o Exército que tomou

---

<sup>94</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 245 do senhor Olindo Barbieri.

Beltrão e depois entregou para os posseiros [...] Para mim quem tomou Beltrão foi o Exército e os posseiros juntos.<sup>95</sup>

Enfim, o que se pode compreender nitidamente sobre a análise de ambos os autores é que Exército e posseiros atuaram junto no movimento social, um preocupado com segurança nacional na faixa de fronteira e outros lutando pela obtenção dos títulos de suas propriedades as quais já haviam pagado. E que a divergência de convicções apenas se dá quando da afirmação de Martins que relata a ocupação final da cidade de Francisco Beltrão pelo Destacamento do Exército.

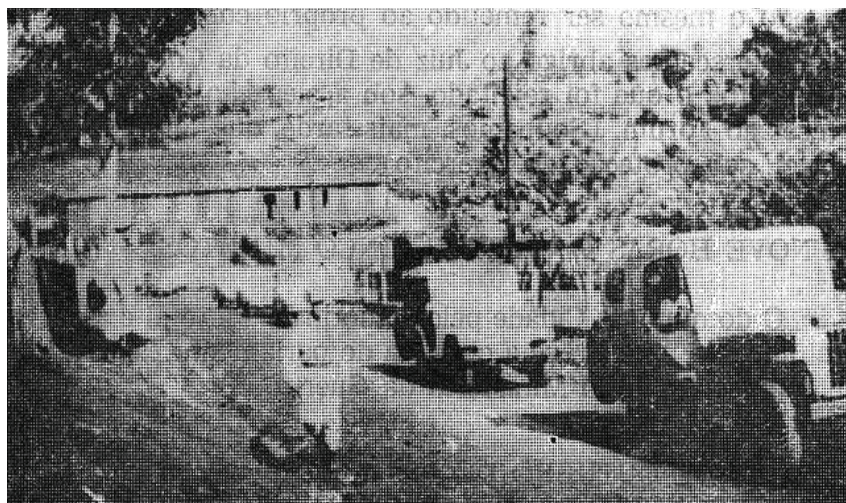


**Figura 16.** Militares e civis guarnecendo a sede da rádio Colméia. Por onde era convocada a população de toda a região para participar da Revolta. Foto extraída do livro: *Entre Jagunços e Posseiros*, 1986.

---

<sup>95</sup>REVISTA GENTE DO SUL, Francisco Beltrão, n.41, 1997, p. 35.





**Figura 17.** Escolta aos jagunços. Militares retirando os jagunços da cidade de Francisco Beltrão em outubro 1957. Foto extraída do livro: *Entre Jagunços e Possesiros*, 1986.

Em sua obra Lazier relata que “*para evitar um banho de sangue, pois os posseiros odiavam os jagunços, esses se refugiaram no quartel e foram tirados da cidade*”.<sup>96</sup>

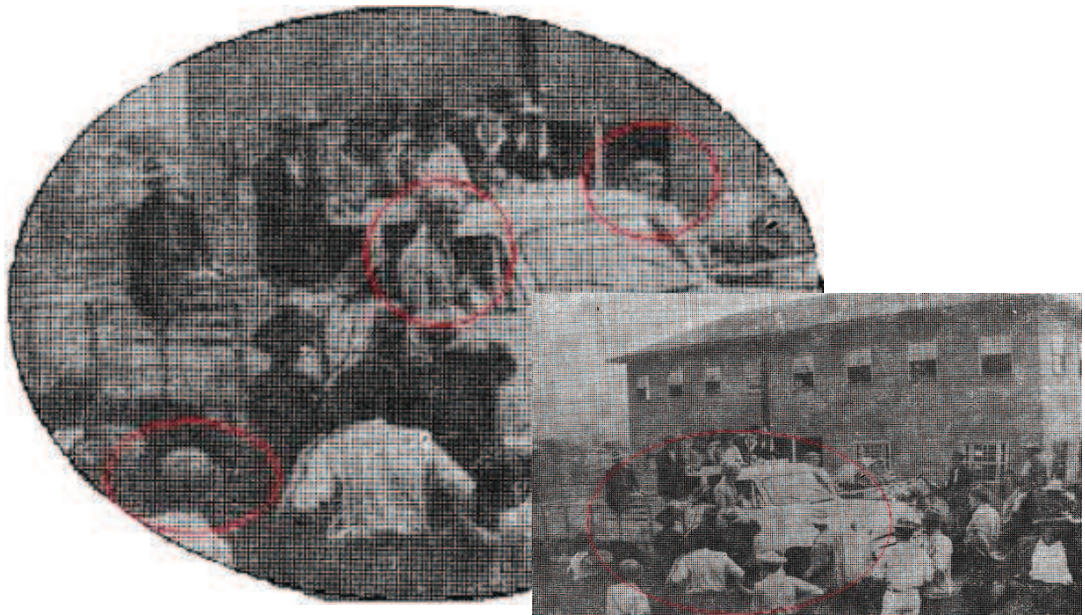
De acordo com o depoimento do Sr Frederico Berdenask, nascido em 21/04/1920 que chegou a Francisco Beltrão em 1947, “*os colonos eram unidos e prenderam os jagunços, entregavam para o quartel que exportou eles para fora do rio Santana*”.<sup>97</sup>

Um ponto que chama a atenção na análise iconográfica da revolta é a **Figura 18**, se observarmos em seu tamanho original, devido talvez ao seu desgaste, percebe-se uma típica cena de agitação social. Mas ao se ampliar, além de verificar que o caminhão está sendo utilizado para transporte de pessoas, percebem-se militares em meio à multidão. Um militar a direita de capacete desembarcando pela porta do motorista, outro pela esquerda também de capacete, desembarcando pela porta do carona; e mais retirado, outro soldado de costas em meio à massa.

---

<sup>96</sup>LAZIER, Hermógenes; *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*. Curitiba: Grafit, 2005, p. 209.

<sup>97</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 235 do senhor Frederico Berdenask.



**Figura 18.** Concentração de Posseiros. Grupo reunido durante a revolta em frente à Rádio Colméia. Foto extraída do livro: *Entre Jagunços e Posseiros*, 1986. Ampliada para esse estudo.

Deve se levar em conta que as viaturas militares são expressamente proibidas de transportarem civis. Não se têm relatos de que o Exército fazia o transporte da massa populacional para o centro da vila (epicentro da revolta), porém sabe-se muito bem que este auxiliou o *sitiamento* e em outras atividades da Revolta, no entanto os depoentes não fazem menção ao fato.

Na década de 1950, o Exército não disponibilizava número suficiente de viaturas, por isso era comum o confisco de caminhões de propriedade particular para realizar alguma missão, desde que essas fossem amparadas constitucionalmente<sup>98</sup>.

O Sr Adelino Pereira Ribas, chegado a Francisco Beltrão em 1942, conta ainda que “*depois dessa invasão, os administradores*<sup>99</sup> *refugiaram-se onde hoje é o aeroporto e que, por dois dias moraram em barracas e com a proteção do exército*”.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup>Artigo 142 da Constituição Federal regula a organização, preparo emprego das Forças Armadas no Brasil.

<sup>99</sup>Entendam-se administradores da companhia imobiliária.

O Exército atuou como força de garantia da lei e da ordem, pois ora abrigou colonos e posseiros e ora abrigou jagunços. Não fazendo apologia ao Exército, Wachowicz escreve que “soldados do Exército foram colocados nas ruas para impedir o conflito com os jagunços”<sup>101</sup>.



**Figura 19.** Homens fardados nas ruas. Os soldados distribuídos em pontos estratégicos da Vila Marrecas para evitar o confronto entre posseiros e jagunços. Foto extraída do livro: *Entre Jagunços e Posseiros*, 1986.

Desta maneira deu-se a participação militar na Revolta de 1957, tornando evidente que a atuação do Exército foi apaziguadora, mas não se deve interpretar isso como uma neutralidade, pois como instituição nacional defendia os interesses do governo federal, a pacificação e o desenvolvimento regional através da colonização, em momento a CANGO.

Exército e posseiros tinham o mesmo interesse, expulsar as Companhias Imobiliárias, portanto não foi um movimento isolado dos posseiros, tão pouco do Exército,

---

<sup>100</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 753 do senhor Adelino Pereira Ribas.

<sup>101</sup>WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987, p. 208.

haja vista que a administração da CANGO, Prefeitura Municipal, INIC e comerciantes locais tinham interesses a defender, sendo eles legais e legítimos.<sup>102</sup>

## 2.6 Exército versus Polícia Militar

Toda Polícia Militar é uma força estadual, portanto, durante a Revolta de 1957, esta defendeu os interesses do Governo do Estado, representado pela pessoa do Sr. Moysés Lupion<sup>103</sup>. Em contrapartida o Exército como força federal, seguia ordens emanadas da Presidência. Esse posicionamento institucional causou sérios atritos no sudoeste.

Os concursos para a força policial do Estado do Paraná começaram em 1948, porém não existia treinamento para os admitidos, e apesar da Escola de Polícia ter sido inaugurada na década de 1950, somente em 1964 realizou-se o primeiro curso.<sup>104</sup> O governador Moysés Lupion foi uns dos principais responsáveis por essa reestruturação, talvez por isso tivesse a força em benefícios de seus interesses econômicos. Como já a Polícia Militar do Estado do Paraná tratava com descaso as denúncias da população contra os jagunços das companhias imobiliárias, as quais o governador Lupion possuía investimentos.

Quando eclodiu a revolta para evitar uma reação da Polícia Militar que trabalhava no município ou até mesmo a repressão por parte da polícia contra os manifestantes, o

---

<sup>102</sup>JUNIOR, Lourenço Rômulo; ZATTA, Ronaldo. Presença fardada na Revolta de 1957. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. In: *Revisando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, Grafisul, 2007, p. 230.

<sup>103</sup>Mais sobre os esforços políticos do Governo do Estado do Paraná para beneficiar as Companhias Imobiliárias ver: FONTANA, Luciana et AL. A colonização do sudoeste do Paraná e a atuação do Getsop. In: BONAMIGO, Carlos Antonio et al. *História: construção de múltiplas interfaces*. Francisco Beltrão: Grafite, 2006, p. 123.

<sup>104</sup>ROLIM, Rival Carvalho. Reestruturação da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950. In: *Revista de História Regional*. Maringá, nº 5, Verão, p. 153-166, 2000.

Destacamento do Exército de Francisco Beltrão tomou a Delegacia de Polícia, prendendo seis policiais que ali se encontravam e recolhendo-os ao Hospital do Dr. Rubens Martins, líder civil da revolta.<sup>105</sup>

Acontece que o governador mandou um contingente de policiais da capital do Estado do Paraná<sup>106</sup>, a situação se agravou, pois o risco de confronto entre o Exército que defendia os colonos e a Polícia os interesses de Lupion tornou-se iminente.

Ao descrever os acontecimentos do dia 23/10/1957, Martins cita que um cabo do Destacamento do Exército conhecido por Pirituba, embarcado em um jipe, concitava a população a abandonar a cidade e refugiar-se nas proximidades do Quartel em virtude da chegada de um contingente de 167 homens da Polícia Militar, vindos de Curitiba. E por isso “*nas proximidades do Quartel, somando-se aproximadamente 2500 homens*” buscavam ajuda.<sup>107</sup>

José de Carvalho Leão (casado com a Sra. Zélia Tavares Leão, nascido a 13/04/1926 e chegado a Francisco Beltrão em 1945) ajudou a

[...] trancar todas as saídas da cidade com toras para o pessoal das companhias não sair enquanto que o povo poderia chegar, porque tinha quem guarnecia essas passagens permitindo o acesso de chegada do interior. Ai o exército da a proteção aos posseiros, orientando para que não houvessem brigas, pois seria um problema muito sério. O governador tinha mandado uma brigada que ficou no colégio Suplicy e o exército no quartel também estava pronto para reagir se fosse preciso, o que não ocorreu.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup>LAZIER, Hermógenes; *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*. Curitiba: Grafit, 2005, p. 228.

<sup>106</sup>Caderno Cultural nº 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007, organizado por Tânia Maria Penso Ghendin, Diretora do Departamento de Cultura do Município de Francisco Beltrão- PR no ano de 2007.

<sup>107</sup>MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986, p. 425.

<sup>108</sup>**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 529 do senhor José Carvalho Leão.

Essa ‘Brigada’ que José de Carvalho Leão se refere é Polícia Militar do Estado do Paraná. A população sudoestina tinha medo da repressão por parte da polícia estadual, haja vista a que esta, defendia os interesses do governador eleito e sabe-se que este possuía vínculos com as companhias imobiliárias. Um possível conflito com os jagunços poderia desencadear uma atuação policial.

Neste momento o quartel abrigava e protegia os colonos. Porém os ânimos foram contidos e apesar das duas tropas estarem preparadas, o Exército já havia colocado morteiros em posição para o confronto com a Polícia Militar, mas nada ocorreu além da agitação e alguns boatos. Contudo ressentimentos ficaram e por algumas décadas o *bom convívio* entre as duas forças não foi características em Francisco Beltrão.

Essa fase de agitação, dificuldade e incerteza vivida pelos “pioneiros” foi essencial para a construção de laços de boas convivências com os militares, originando o que pode ser entendido como cultura política em conjunto com uma auto-representação da sociedade colonizadora identificada como imaginário social.

### **3. CULTURA POLÍTICA E IMAGINÁRIO SOCIAL NO SUDOESTE PARANAENSE**

O objetivo deste capítulo é estabelecer uma relação entre a cultura política que se desenvolveu no sudoeste paranaense com o imaginário social, levando em consideração e em entendimento, a atuação militar do quartel de Francisco Beltrão no movimento social já referido. A idéia é identificar nesta relação como se desenvolveram valores através da socialização dos militares oriundos dos mais diversos lugares com os colonos ali fixados, como se deu a convivência local e a partir disto a identificar como fora a construção de identidades coletivas através destes sujeitos sociais.

Neste sentido foi trilhado um caminho que compartilha o ponto de vista de Viscardi, onde estudar o regionalismo sobre um novo enfoque nos permite perceber como este foi formado e qual a sua importância no imaginário coletivo da população.<sup>109</sup> Desta

---

<sup>109</sup>VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1994, p. 97.

maneira segue a análise das ações militares na região, desde a chegada dos contingentes militares, a atuação do Exército no Levante de 1957 e as ações políticas no pós-levante.

### 3.1 A socialização: o bom convívio local

Ao estudar a sociedade regional não deve deixar de levar em consideração as relações interpessoais, até por que as divergências constatadas neste meio durante a década de 1950 têm pouca significância e a grande parcela deste grupo social possuía visão de mundo semelhante, construída na mesma base de normas, crenças e valores sociais. Tal processo de socialização é definido por Carneiro pelo termo de cultura política, o qual tem lugar em espaços sociais distintos como à família, a escola e o trabalho, onde transitam valores e definem o comportamento político.<sup>110</sup>

O termo cultura política também pode ser entendido como um método de análise de certo grupo, que tenta articular um modelo de interpretação da sua rede de crenças<sup>111</sup>, cujo objetivo é contribuir para explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão política<sup>112</sup>.

A História nos mostra que faz parte do comportamento primitivo do homem agrupar para proteção e preservação da espécie onde o indivíduo desenvolveu seu “*instinto*

---

<sup>110</sup>KUSCHNIR, Karine; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

<sup>111</sup>RENNÓ, Lucio Remuzat. *Teoria da cultura política: vícios e virtudes*. BIB, Rio de Janeiro, n.45, 1. Semestre, p. 71-92, 1998, p. 86.

<sup>112</sup>BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: *Opinião Pública*. Campinas, vol.11, nº 1, p. 147-168, mar 2005, p. 151.

*gregário*<sup>113</sup>, formando inicialmente bandos (Australopithecus) os quais evoluíram formando grupos sociais. Tais grupos caracterizados pelo número limitado de integrantes, identificação grupal de pertencimento do indivíduo, regramento social ou normas de conduta, controle social ou sistema político orientado por uma hierarquia com níveis de distribuição de poder e com objetivos comuns na busca da satisfação de necessidades básicas da maioria.<sup>114</sup>

Colonos e militares mesmo exercendo atividades laborais tão diferenciadas trabalhavam em prol dos mesmos propósitos políticos: estabilização do conflito na área e desenvolvimento regional. Além do mais era conveniente essa aproximação, enquanto os militares garantiam a segurança pública os colonos retribuíam através de pequenos favores que facilitavam o cotidiano dos jovens milicos garantindo o acolhimento das tropas na região.

A amizade criada pelo convívio diário, a prestação de pequenos serviços, a mão que amparava em situação hostil e a autoridade representada no sertão de araucária sem lei que possibilitava uma futura ordem e calma social fez a moral das tropas elevarem-se perante a sociedade, o soldado do Exército encontrava-se no estágio de melhor instruído em analogia com muitos membros da comunidade, pois eram alfabetizados dentro dos quartéis. Os soldados da frente do Teatro de Operações de colonização estavam a realizar o que fora planejado pelos estudos da ESG: a interação social.<sup>115</sup>

Cito o caso da Dona Anilda Larssen Périco, agricultora de 68 anos de idade que teve o parto do primeiro dos sete filhos realizados por três soldados do Exército<sup>116</sup> em meio

---

<sup>113</sup>A expressão “*instinto gregário*” foi cunhada pelo psicólogo social francês, Gustave Le Bon, para designar um comportamento primitivo do ser humano de se agrupar para se proteger.

<sup>114</sup>BOCK, Ana Mercedes Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*, 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 57.

<sup>115</sup>Conforme visto no cap. I.

<sup>116</sup>Conforme coluna “No tempo da Revolta” do Jornal de Beltrão de 09/08/ 2007.



o caos da Revolta, os médicos da cidade de Pranchita haviam fugido, e como os soldados possuem conhecimentos básicos em pronto-socorrismo e atendimento de emergência prestaram este auxílio. Acontecimentos como este influenciam até os dias atuais, conceituando as tropas na região e conseqüentemente interferiram na formação da sociedade local e facilitando grandiosamente a interação social.

Além do mais havia ex-militares entre os colonos, que na busca por uma vida melhor, viram no Sudoeste a oportunidade de prosperidade.<sup>117</sup> Não fora essa a razão fundamental da intervenção das tropas federais no sudoeste, porém colaborou sobremaneira, de forma indireta para a perpetuação dos laços afetivos adquiridos na caserna e mantidos através do convívio agora estreitado pela presença fardada na área.

Em 1954 o tenente Augustinho José Rodrigues escreveu um documentário denominado o *Paraná na FEB*, onde relaciona os pracinhas paranaenses e seus feitos destes no Teatro de Operações na Itália. Através deste documentário pode ser percebido que do Estado do Paraná partiu um contingente considerável para a 2ª Guerra Mundial. Sendo que alguns foram imortalizados na História Militar como o sargento Max Wolff Filho, o qual chegou a ser condecorado por bravura pelo general americano Truscott, comandante do V Exército.<sup>118</sup>

O fato é que esses ex-combatentes após receberem os louros da vitória na capital paranaense<sup>119</sup>, muitos deles se transformaram agricultores e buscaram no sudoeste este ensejo.

A Revolta do Sudoeste ocorreu 12 anos após o fim da 2ª Guerra Mundial. Expedicionários da FEB (Força Expedicionária Brasileira) haviam se transformado em colonos. Na hora de enfrentar os jagunços, teve expedicionário

---

<sup>117</sup>Não deve ser desconsiderada a população cabocla existente na região.

<sup>118</sup>RODRIGUES, Agostinho José. *O Paraná na FEB* (Documentário). Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954, p. 127.

<sup>119</sup>Idem, p. 161.

que pegou em armas, como Leopoldo Preilipper, do Verê, que acabou morto; e teve quem se manteve neutro, como José Argenta, de Santo Antônio do Sudoeste, que continua vivo até hoje, em Pato Branco, aos 87 anos.<sup>120</sup>

O seu José Argenta lembra que vivia em Santo Antonio do Sudoeste quando eclodiu a Revolta de 1957, era proprietário de um bar, porém quando as tropas do Exército foram deslocadas para a cidade ele abriu uma pensão para soldados “às vezes tinha uns vintes que iam almoçar lá” conta sua esposa Thereza com 81 anos de idade.



**Figura 20.** Um velho de guerra. José Argenta e sua esposa Thereza Balestrin Argenta. Fonte: Jornal de Beltrão “No tempo da Revolta” 10 de agosto de 2007.

Se o ato de socializar é educar o indivíduo para a boa convivência com os demais integrantes do grupo, assimilando um conjunto de normas, crenças e valores transmitidos de geração para geração nem sempre pelo mais velho, mas pelo mais experiente,<sup>121</sup> pode se afirmar sem dúvida alguma que esse processo ocorreu no sudoeste paranaense através da

---

<sup>120</sup>JORNAL DE BELTRÃO “No tempo da Revolta”, 11 de agosto de 2007.

<sup>121</sup>BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 23 ed. Petrópolis, Vozes, 2003, p. 89.

presença fardada, e que isso reflete até os dias atuais refletido pelas boas relações da comunidade com o quartel.

Desta forma os laços desenvolvidos com a caserna e estreitados pela presença de tropas Verde Oliva na região, criaram elos fraternais, uma empatia, “*identidade política*”, originando uma cultura política que nitidamente é reconhecida em análise mais profunda.

Outra fonte a ser interpretada é a **Figura 21**, nela vimos o médico Walter Alberto Pécoits, acondicionando os armamentos apreendidos com os jagunços das companhias imobiliárias. Esta maneira de acondicionar armamentos longos fora de cabides é chamada dentro das fileiras militares de *zarrilho*. Um cidadão civil não teria acesso a costumes e técnicas militares se não fosse reservista, ou sido instruído.

A construção de barricadas, o sitiamento da cidade de Francisco Beltrão, a tomada de pontos estratégicos, realização de emboscadas, fechamento de estradas principais e aeroporto e demais ações desenvolvidas no levante de 1957 não são táticas ou conhecimentos inerente a lida agrícola. Acredito que este ponto seria um excelente tópico para um estudo futuro.

Os soldados chegados à região absorveram conhecimentos e valores dos colonos, da mesma forma transmitiram conhecimentos oportunizados por um espaço vivencial em um ambiente de luta. Ambiente que ofereceu experiências, tanto físicas como afetivas, aos dois segmentos.

No sudoeste do Paraná criou-se uma cultura política favorável em relação ao Exército brasileiro, mesmo em futuros tempos de repressão política. O campo da memória foi essencial para a criação, desenvolvimento e transmissão deste tipo de cultura ao longo das últimas cinco décadas.



**Figura 21.** O Líder civil da revolta. Doutor Walter Alberto Pecoits, líder do Levante de 1957 e nomeado delegado após o conflito.

### **3.2 A representação imaginada**

As experiências vivenciadas por um indivíduo e devidamente filtradas pelo sistema de crenças e valores ficam representadas na memória e vão configurar o seu modelo mental, permitindo a um indivíduo uma ‘visão de mundo’ idiossincrática.

A percepção do mundo possibilita ao indivíduo pensar de forma crítica, emitir seu juízo de valor, agir manifestando seu pensamento por atitudes e comportamento e ainda se imaginar dentro do contexto social. Desta forma dá-se o processo de construção da verdade influenciado diretamente pelo grupo social ao qual manteve contato.

Com a crise do marxismo e o enfraquecimento do positivismo na perspectiva de explicar a história social e cultural, inúmeros autores do campo da história e da antropologia entraram no horizonte do imaginário social. Se o imaginário faz parte de um campo de representação e expressão de pensamento, manifestado por imagens e discursos

com a finalidade de definir uma realidade; então, compreender o imaginário seria com ensina Barbier sentir o “*o perfume da flor*”.<sup>122</sup>

Para Moraes, o imaginário é

“[...] composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano [...] é através do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. E é nele que as sociedades esboçam sua identidade e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda organizam seu passado, presente e futuro.”<sup>123</sup>

O itinerário simbólico para a construção do imaginário social depende, portanto, do fluxo comunicacional entre o emissor (que irradia uma concepção de mundo integrada a seus objetivos estratégicos) e o receptor (que decodifica ou não).

O imaginário é entendido como representação global ou um conjunto orgânico de representações, interfere na prática dos indivíduos ou instituições, forja sentidos, identidades, define comportamentos, inculca valores, atribui mérito, corrobora ou condena atitudes, sendo uma poderosa força de instauração ou de legitimação do social. Além disso, propõe estereótipos e paradigmas que são apresentados como verdades, que muitas vezes tem o poder de produzir realidades/verdades, definindo papéis como naturais e desqualificando outros considerados inconcebíveis.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup>BARBIER, René. Sobre o imaginário. In: Em aberto. Ano 14, nº. 69, Brasília: INEP, 1994, p. 27 *apud* COSTA, Cléia Botelho; MACHADO, Maria Salete Kern (Orgs). *Imaginário e História*. São Paulo: Paralelo 15, 1999, p. 07.

<sup>123</sup>MORAES, Denis de. *O imaginário social e a hegemonia cultural*, 2002. Disponível em: Gramsci e o Brasil. <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>>. Acesso em 19 de outubro de 2007.

<sup>124</sup>SWAIN, Tania Navarro. *Você disse imaginário?* In: ----- (Org.). *História no plural*. Brasília: UNB, 1994, p.42-48.

Nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil vivia a conturbação política e ideológica refletida do contexto da Guerra Fria, e no sudoeste do Paraná o Exército como instituição federal, apoiou agricultores na Revolta de 1957, fez segurança pública, demarcou terras e encaminhou documentos de propriedade transformando posseiros em proprietários através da GETSOP como vemos a seguir.

Tais atuações do Exército moldaram visões de mundo e modelaram condutas e estilos de vida, dando continuidade à ordem vigente, o que diferenciou a região dos grandes centros do país durante o governo militar. Soldados eram visto como amigos, como parte da família regional e bem vindos, pois através de suas demarcações e presença estava garantido o direito da propriedade privada.

Em nenhum momento da história do sudoeste a população teve a percepção de que o Exército permanecia no local para garantir o interesse do Estado<sup>125</sup>. Fora criado no imaginário social da população uma visão estereotipada e romantizada dos soldados, que sua presença era para defender a população das barbáries cometidas pelos jagunços. Isso facilitou em muito a construção da memória política como veremos nos capítulos que seguem. O que era bom para o Exército era bom para o povo.

Pois de acordo com Moraes:

As instituições não se reduzem a dimensão simbólica, mas só existem no simbólico, pois são legitimadas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pela comunidade.<sup>126</sup>

Desta maneira o imaginário social da região comportou uma ligação entre as relações sociais da época com uma dimensionalidade irreal, e ao mesmo tempo atuou como

---

<sup>125</sup>Política desenvolvimentista de Getúlio Vargas e a geopolítica de ocupação do General Golbery, como já vistos no Capítulo I.

<sup>126</sup>MORAES, Denis de. *O imaginário social e a hegemonia cultural*, 2002. Disponível em: Gramsci e o Brasil. <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>>. Acesso em 19 de outubro de 2007.

força reguladora da vida coletiva, produzindo perfis e orientando condutas à forma de organização social necessária o momento histórico.

Por um lado, os militares do Exército conquistaram a antipatia da força policial estadual e de algumas autoridades estaduais, mas por outro, perante a população estes se estabeleceram através de um imaginário social onde se destacavam com bons, justos e confiáveis. É certo que isso não tenha se dado apenas pela participação na revolta, mas sim tido raízes ainda no processo de ocupação colonial.

Desta forma a intensa convivência ocasionou a mescla valores, conhecimentos, costumes e crenças na região, sendo explicado anteriormente pelo conceito de cultura política, permitindo que os militares se inserissem na comunidade tornando-se parte dela e sujeitos sociais ativos. Isso proporcionou o desenvolvimento do imaginário social, ou seja, uma auto-representação regional que pode ser percebido ainda nos dias atuais.

### **3.3 A instalação da tropa e o cotidiano social**

Como já citado, o quartel de Francisco Beltrão instalou-se nas dependências da CANGO, estas instalações não foram idealizadas para comportar um quartel, sem mencionar que a Colônia Agrícola continuava a funcionar mesmo com o quartel instalado. E em diversos relatórios de Inspeções da 5ª RM/DI foram apontadas as precariedades das instalações, pois era toda de madeira, inclusive o telhado, passíveis a infiltrações e goteiras, com *madeirame* e assoalho em decomposição que pela umidade devido à proximidade com o rio Marrecas acelerando o processo.



**Figura 22.** Reformas no aquartelamento. Soldados posando para a posteridade após reformarem o telhado de tabuinhas do Aquartelamento em 1959. Arquivo Particular do cabo da Reserva do Exército, o Sr. José Pedro de Almeida.

José Pedro de Almeida, cabo da reserva do Exército, veio para a cidade de Francisco Beltrão junto com a 1ª Companhia do 13º RI em 1959, ele fez parte do efetivo que se instalou definitivamente na região. Ao entrevistar o cabo da reserva Almeida, pode se comprovar o que Thompson<sup>127</sup> afirma ao referir-se que “*a entrevista propiciará, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados*”. Comprovando a afirmação, o contato com o cabo Almeida foi profícuo, pois, além do depoimento, algumas fotografias foram fornecidas pelo militar.

Se a maneira era improvisar, um exemplo disto foi a adaptação de uma enfermaria em Sala de Armamento. O material bélico do pelotão de infantaria destacado era basicamente o que apresenta a **Figura 23**, capacetes, morteiro (vistos no canto superior da foto), munições 7,62 mm e fuzis Mauser, que foram utilizados pelo Exército até meados da década de 1960.

---

<sup>127</sup>THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 25.





**Figura 23.** Sala d'armas. Instalação improvisada do Cia de Infantaria destacada em 1959. Arquivo Particular do cabo da Reserva do Exército, o Sr. José Pedro de Almeida.

Outra situação que houve necessidade de adaptação foi o alojamento dos soldados, sendo este escavado embaixo do Posto de Comando (PC)<sup>128</sup>, e lá pernoitavam 04 soldados, sendo que numa enfermaria transformado em dormitório acomodava-se 14 soldados. Os militares que eram casados recebiam uma casa, a qual tinha que dividir com outra família. Segundo seu José Pedro, cada família ocupava uma “*peça*” (repartição).

Um fogão a lenha que a Companhia possuía não era suficiente para atender a necessidade de demanda da tropa, pois ela era arranchada.<sup>129</sup> A alimentação das tropas neste período era confeccionada em uma grelha improvisada no pátio central da CANGO,

---

<sup>128</sup>Local onde permanece o comandante (escritório) seja em campanha ou na caserna.

<sup>129</sup>Arranchar-se significa solicitar refeição dentro do quartel com um determinado período de antecedência para que os gêneros sejam preparados em quantidade suficiente de modo que não falte alimentação e nem ocorra desperdício. O refeitório dos quartéis é denominado ‘*Rancho*’ e o local onde se limpa os pratos e talheres é denominado de ‘*Cocho*’.

protegida contra as intempéries apenas por uma lona. Para almoçar, cada um se ajeitava como podia pelo pátio, pois não havia mesa, tão pouco cadeira para a refeição.



**Figura 24.** Alojamento dos soldados. Triliche do alojamento de praças solteiros nas instalações da CANGO. Evidencia-se na foto que o dormitório servia também para armazenar materiais e utensílios pessoais, como podemos ver prato, cantil, caneco, rosário dentre outros. Foto extraída do Boletim de Inspeção da 5ª RM/DI de 1958.



**Figura 25.** Cocho ou lavatório. Soldado lavando os utensílios de cozinha em 1959. Foto extraída do Boletim de Inspeção da 5ª RM/DI de 1958.

Como ainda não havia sido construído refeitório no quartelamento, as refeições ao ar livre, conta o cabo Almeida, que cada um se “*virava como podia*”. E que o horário de almoço coincidia com o término das aulas do Colégio das Irmãs, hoje Colégio Nossa Senhora da Glória, e assim foi o primeiro contato da soldadesca com as moças da região.

Relata ainda que diversos soldados contemporâneos seus e outros que os sucederam, casaram-se ou criaram laços de família com filhas de colonos rio-grandenses na região estabelecidos. Comenta ironicamente, que entre os soldados havia uma fantasia que povoava seus pensamentos, seja, namorar uma das alunas de um colégio católico, o Colégio das Irmãs, onde em regime de internato, estudavam moças filhas de “pioneiros”. Foi assim que o cabo Almeida conheceu a sua esposa, casou-se teve filhos e permaneceu em Francisco Beltrão até os dias de hoje.

Entretanto como já mencionado havia mais duas unidades militares na região, a 2ª DL e o 5º BE, tais tropas encontravam-se acampadas nas proximidades da Praça Eduardo Virmond Suplicy, onde hoje se localiza a Padaria Liciane. Como essas tropas trabalhavam no campo em toda a região, eram dispensados apenas nos finais de semana quando retornavam a vila, retornando à vida civil de jovens de vinte e poucos anos.

Em Francisco Beltrão na década de 1960 havia apenas um clube social denominado Clube União onde se realizavam as festividades de carnaval. No tal clube de origem italiana, era expressamente proibida pela diretoria, a entrada e permanência de afro-descendentes em seus recintos. Como o Exército não faz distinção étnica na seleção de seus soldados, havia inúmeros soldados negros que vieram de União da Vitória e Ponta Grossa. Para resolver o impasse, o major Moraes que era o comandante da 2ª DL, assessorado pelo capitão Ney da Fonseca integrante da mesma unidade, intervieram de modo que os militares, sendo negros ou não, foram aceitos pela comunidade “*nós temos que deixar nossos meninos aqui! E tem bastante gente de cor!*”.

O relacionamento com o Clube e o Exército só melhorou a partir do momento em que as tropas construíram a primeira quadra de futebol de salão na vila, que ficava próximo ao clube. Através dos torneios realizados na comunidade aumentou cada vez mais a interação social, e por diversas vezes cozinheiros do Exército serviram festas civis no espírito de boa vizinhança.

Seu Manoel de Miranda, 61 anos, agricultor e comerciante, daquela época, conta que como morava a aproximadamente 20 km da Vila Marrecas saía muito cedo para vir à cidade, e por isso não tomava café em casa. Mas ao chegar à vila, logo se dirigia ao aquartelamento para realizar sua refeição junto com os militares. E assim faziam inúmeros colonos, pois não existia na época, nenhum tipo de restaurante ou lanchonete na cidade. Ainda hoje seu Manoel exclama: “*O Exército veio para por ordem na casa no Sudoeste do Paraná. O Exército era unido com o povo, um irmão. A gente era uma família!*”.

Segundo Oliveira, é por meio destes tipos de relações e interações que a cultura, os costumes, os valores e os comportamentos se configuram a “*argamassa*” que uni o indivíduo com a realidade social existente.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup>OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. *Cultura política e construção de identidades coletivas de sujeitos sociais*. Artigo apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia na UFPE - Campus de Recife-PE, 2007.



**Figura 26.** Refeitório dos graduados nas instalações da CANGO. Local onde seu Manoel e diversos colonos realizavam suas refeições quando vinha a vila. Hoje, instalações do Cassino dos Oficiais. Foto extraída do Boletim de Inspeção da 5º RM/DI de 1958.

Manoel de Miranda lembra sua amizade com um sargento chamado Stof, o qual era muito prestativo quando os colonos necessitavam solicitar ou encaminhar algum tipo de documentação antes da chegada do primeiro cartório na vila. Comenta ainda que nesta época, entre o final dos anos 50 e início dos anos 60 era o quartel que transportava os doentes que necessitavam de atendimento especializado até a capital do Estado, a cidade de Curitiba. Este transporte geralmente era feito em jipes militares.

Recordando da construção de capelas o qual participou o que ele chama de *igrejinhas*, recebiam a visita do Frei Deodato<sup>131</sup>, primeiro religioso a vir para a região.

---

<sup>131</sup>Frei Deodato era alemão. Suas visitas nas comunidades recém formadas de migrantes eram realizadas a cavalo, sendo que muitas vezes pernoitava na casa dos migrantes devido à distância percorrida. Sobre a influência do Frei alemão, cabe citar o trabalho de pesquisa desenvolvido pelo acadêmico Leomar Rippel da Unipar de Francisco Beltrão – PR, que relata indícios de intervenção por parte do Frei em relação aos casamentos da Comunidade do Jacutinga (imigração alemã), quando estes descendentes pretendiam casar-se com pessoas de outras etnias. Acredito que seja interessante acrescentar que em entrevista com o cabo José Pedro de Almeida, este fez questão de ressaltar a pressão exercida pela Igreja Católica, em especial a Diocese de Palmas - PR para que a

Essa relação de cooperação entre militares e comunidade pode ser considerada tanto um ideal como uma prática. Longe de uma generalização estereotipada, as relações aqui apresentadas foram planejadas antes que os próprios militares na região chegassem. Pois o general Golbery escrevera no início dos anos cinquenta, o “*Planejamento Estratégico*” é necessário. (Ver Capítulo I).

A amizade com os “pioneiros”, com os funcionários da CANGO e do INCRA<sup>132</sup> propiciaram caçadas, pescadas, torneios de futebol, jogos de canastras, festas e reuniões gastronômicas em conjunto com os militares presentes na região. A permanência do Exército por esse período levou seus membros a integrar-se à comunidade, onde, constituindo família, criaram raízes, fortalecendo ainda mais os laços comunitários, desenvolvendo concomitantemente com a sua função de Segurança Nacional.

Conta o cabo Almeida que naquela época, grande parte dos soldados, após a labuta diária, reunia-se em um “*boteco*” localizado nas proximidades de onde é hoje a loja de materiais de construção LIDER e ingeriam bebida alcoólica que lhe servia de sonífero, pois as condições dos alojamentos eram péssimas e a quantidade de insetos era tremenda.

O cabo Ivo Santos integrante da 2ª DL e há quarenta e cinco anos cidadão beltronense, nos conta que o período de instalação da tropa foi um tempo difícil; que na vila havia energia elétrica somente até as vinte horas e que, apesar da boa remuneração que recebiam devido às diárias de serviços, os jovens militares não queriam permanecer na região “*quem é que queria permanecer aqui? Quem é que ia sonhar que Francisco Beltrão ia se tornar o que é hoje?*”<sup>133</sup>

Conta ainda que com o passar do tempo e com o casamento que também foi com uma ex-aluna do Colégio das Irmãs, começou mudar suas idéias e a de seus companheiros,

---

guarnição de Francisco Beltrão permanesse por definitivo na região, no entanto tal Diocese tem ligação histórica com o latifúndio regional.

<sup>132</sup>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>133</sup>Entrevista com o Senhor Ivo Santos, Cabo da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro.

e entre os soldados surgiu o seguinte dizer popular: “*Quem bebe água do Rio Marrecas nunca mais vai embora*” e que “*muitos sargentos, cabos e soldados casaram se aqui nesta terra, eu vim aqui para ficar seis meses e enraizei aqui.*”

A primeira formatura cívica que ocorreu na cidade de Francisco Beltrão foi ao dia 07/09/1959, em comemoração ao dia da Independência, com imensa participação da população a tropa desfilou pela recém inaugurada Avenida Julio Assis Cavalheiro, a qual tinha sido a reaberta pelo Batalhão de Engenharia de Porto União.



**Figura 27.** Banda do Exército. Desfile cívico de 07/09/1959 na Avenida Julio Assis Cavalheiro. Arquivo Particular do Cabo da Reserva do Exército, o Sr. José Pedro de Almeida.

O entendimento como grupo comunitário fez surgir valores em comum, que regularam o comportamento social na região. Mas não de forma mecânica e com obediência cega a um sistema de normas, mas sim através de opção de cada indivíduo agindo em função da situação que lhe era própria e do seu entendimento do universo de possíveis e convenientes, O que não caracterizou “*costumes*” e sim casos de “*comportamento humano.*”<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> Baseado teoricamente em: ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederick Barth e a “microistória”. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 151-172.

### 3.4 A “Sentinela” do sudoeste

A presença militar na área além da real garantia de posse da terra proporcionava o descanso de espírito aos colonos passado à agitação social. À época surgiram cantigas, versos e modas de viola, cujas letras faziam alusão aos tempos de incerteza vividos, que nos permite fazer uma viagem pela trilhas do imaginário dos colonos do sudoeste paranaense na década de 1950/60.

Sabendo que a unificação de uma sociedade é dada pela unidade de seu mundo de significações<sup>135</sup>, pode se exemplificar através dessas cantigas que representavam a grande maioria do grupo que após lutar pela posse de suas terras tiveram que construir seu mundo, pensá-lo e elaborar um método de dizê-lo: a viola.

Dentre os versos que foram cantados na viola pode-se citar:

|                          |                             |
|--------------------------|-----------------------------|
| 1                        | 3                           |
| A polícia nada via       | No meio dessa balbúrdia     |
| Nessa cruel ocasião      | Chegaram os homens de farda |
| Essa morte aumentou      | Do nosso glorioso Exército  |
| A tristeza no sertão     | Das nossas Forças Armadas.  |
| 2                        | 4                           |
| O pobre do posseiro      | O Colono ficou alegre,      |
| Não podia reclamar       | Nessa gente ele confia.     |
| Comprava o lote obrigado | Veio o Exército preparado   |

---

<sup>135</sup>CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 404.



Através do conjunto de versos, torna-se evidente que houve uma sentimentalização do mundo do colono, mundo este hostil, impiedoso, que através da coesão afetiva com a Unidade Militar transformou-se num *santuário* de relações cotidianas. Tal sofrimento vivido torna hoje, os “pioneiros” ufanistas e com um passado em comum com os militares.

Desta maneira houve uma interação populacional entre os soldados e os “pioneiros”, um apego ou uma identificação emocional, que devem ser reconhecida em análise de uma história social. A construção de uma memória social foi fundamental para obter legitimação em lutas políticas que interessavam a nível nacional.<sup>137</sup>

O imaginário é uma peça efetiva no controle da vida coletiva, construindo identidades e representações de si e dos outros e assim o Exército contribui na formação de rótulos como amigos e inimigos, aliados e rivais, arrastando consigo os indivíduos comuns para a operação de contraguerrilha de 1965. Desta maneira o imaginário social foi eficaz para repelir qualquer introdução de mudança política tentado por “*subversivos*”, “*socialistas com ideologias estrangeiras de esquerda*”.

A partir da década de 1960 a Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão ficou conhecida com “nome de guerra” de “SENTINELA DO SUDOESTE”, somente com a chegada do Esquadrão de Cavalaria oriundo da cidade de Passo Fundo-RS foram repintadas as instalações, porém não se perdeu o vínculo histórico com a comunidade, sendo implantada a entrada do quartel a placa da **Figura 28**.

Apenas o termo ‘sentinela’ produzira incondicionalmente significação oportuna para o momento em que vivia a nação, pelo fato do aquartelamento ser ‘A Sentinela do

---

<sup>136</sup> Recorte tirado de MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986, p. 371.

<sup>137</sup> ZATTA, Ronaldo. O cheiro da rosa na formação da sociedade sudoestina. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. *História: conhecimento e prática social*. Francisco Beltrão: Grafisul, p. 222.

Sudoeste' estava incumbido este de guardar, vigiar e espiar em prol do bem estar da nação, sendo ele dentro de sua guarnição<sup>138</sup> e reconhecidamente apoiado pela população local.



**Figura 28.** Portão das Armas. É conhecida como Portão das Armas a entrada principal de todo ou qualquer acuartelamento, na primeira foto a entrada do quartel em Francisco Beltrão até 2000 e placa a direita da entrada do quartel depois de 2001 com a chegada do Esquadrão de Cavalaria de Passo Fundo - RS.

---

<sup>138</sup> Área de abrangência de uma OM, ou seja, neste caso a região do sudoeste paranaense.

#### 4. AÇÕES POLÍTICAS E IDENTIDADE SOCIAL

No campo social a integração da Unidade Militar de Francisco Beltrão com o meio civil da sociedade continuou após a Revolta e chega aos dias atuais ser uma característica desta Organização Militar. Consta no Livro de Registro Histórico da Unidade que no dia 15/12/1959, foi organizada uma formatura onde se comemorou o *Dia do Reservista*. Com direito a programação especial, esta solenidade foi mais um importante ato da política de boa vizinhança, onde se estreitaram os laços de convivência entre os migrantes colonizadores e os homens de farda.

Já no campo político o andar da carruagem foi mais lento. De acordo com proprietários, “*essa bandeira de luta uniu todo o Sudoeste*”.<sup>139</sup> Fora este mais um momento de reafirmação de um padrão particular de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros de uma comunidade, alvo principal de estudo da cultura política.<sup>140</sup>

Na campanha eleitoral de 1960 para a Presidência da República havia duas candidaturas de peso, o marechal Lott pelo PSD e PTB, e a de Jânio Quadros da UDN e pequenos partidos. Uma comissão de líderes regionais esteve na capital para conversar com os candidatos e solicitar a legalização das terras. O candidato militar marechal Lott não se comprometeu o que afirma ressalta que a instituição militar não é homogênea, apesar de se apresentar como tal. Porém Jânio Quadros sim, e prometeu resolver o problema dos posseiros na região.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup>LAZIER, Hermógenes; *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 69.

<sup>140</sup>ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in Five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1980[1963]. *Apud*: BORBA, Julian. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*. *Opinião Pública*. Campinas, vol.11, nº 1, p. 147-168, mar 2005, p. 149.

<sup>141</sup>CADERNO CULTURAL Nº 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007, organizado por Tânia Maria Penso Ghendin, Diretora do Departamento de Cultura do Município de Francisco Beltrão- PR no ano de 2007.

O que chama a atenção em 1960 é que, com a promessa de campanha de Jânio Quadros, todo o sudoeste apoiou a UDN, inclusive o PTB local. Ao dissertar sobre *Poder Local*, Santin<sup>142</sup> afirma que a noção de interesse local processa “alianças” e “confrontos” entre atores sociais, delimitando espaço, identidade e práticas políticas específicas. Também “*não se restringe a aquele assunto exclusivo do Município, mas sim abrange aquele em que predomina o interesse da população municipal ou da comunidade local*”.

#### 4.1 A criação do GETSOP

Uma vez eleito Jânio desapropriou a área em litígio, declarando de utilidade pública a Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim, através do Decreto nº. 50379 de 27/03/1961, mas devido sua renúncia fica em aberta a situação até João Goulart assumir o Governo Federal.<sup>143</sup>

A 19/03/1962, pelo Decreto nº 51431 o presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da desapropriação<sup>144</sup>.

A GETSOP estava subordinada diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República, constituído pelos seguintes órgãos: *Conselho de Segurança Nacional, Procuradoria Geral da República, Comissão de Faixa de Fronteira e Serviço do Patrimônio*.

---

<sup>142</sup>SANTIN, Janaina Rigo. *O Tratamento Histórico do Poder Local no Brasil e a Gestão Democrática Municipal*. Artigo apresentado no Congresso sobre Movimentos Sociais na cidade de Florianópolis, 2007.

<sup>143</sup>LAZIER, Hermógenes; *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 70.

<sup>144</sup>LAZIER, Hermógenes; *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 70.



**Figura 29.** Vista do Presidente da República. O Presidente João Goulart (esquerda), em pé, no jipe, ladeado pelo Governador Ney Braga, chegando à Praça Presidente Vargas, em 17/03/1962, para a abertura do processo de legalização das terras no Sudoeste do Paraná. Fonte: Revista 50 anos da Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente. Organizada pelo Departamento de Cultura do Município de Pato Branco - PR.

Com um acordo assinado em 1962 entre o governo federal e o governo estadual foi transformado a GETSOP um órgão misto, ou seja, com investimentos e responsabilidades de ambos. Que tinha entre suas missões a obrigação de medir e demarcar os lotes a serem entregue aos colonizadores, construir estradas para escoamento da produção e construir e instalar órgãos de ensino (escolas).

As normas de funcionamento da GETSOP seguem abaixo:

#### 5.2 – NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GETSOP<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup>A GETSOP funcionou plenamente no Sudoeste do Paraná que serviu de modelo na década de 1980 para um notável instrumento de intervenção militar que visava promover a reorganização fundiária numa área de duzentos mil quilômetros quadrados na região do Bico do Papagaio, ao norte de Goiás (Guerrilha do Araguaia). Tal órgão denominava-se GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) BATTISTI (2006, p. 74). “Ao mesmo tempo em que o General-Presidente criava o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, reconhecendo claramente que o eixo dos conflitos sociais do país passava perigosamente pelo campo.” LINHARES E SILVA, (1999, p. 192).

Nas Normas de Organização e Funcionamento do GETSOP, constam, entre outras, como atribuições do Órgão:

- Projetar e executar a colonização racional das glebas “Missões” e “Chopim”(parte);
- Medir, demarcar e dividir em lotes as glebas objetos da colonização, de acordo com os projetos aprovados;
- Vistoriar, estudar e decidir a situação dos efetivos ocupantes das terras;
- Estudar a situação jurídica e as pretensões dos efetivos ocupantes das terras, sugerindo as medidas aconselháveis;
- Estudar a situação das áreas em que se acham localizadas as sedes municipais e distritais para o fim de atribuí-las aos municípios reservando as áreas necessárias aos serviços públicos federais e estaduais;
- Estabelecer, de acordo com a qualidade de terras as condições de titulação;
- promover, de acordo, com a disponibilidade de meios, prioridades a serem estabelecidas;
- construção de estradas troncos, para escoamento da produção e estradas vicinais, e de acessos às áreas colonizadas e bem assim a abertura de arruamentos dos patrimônios;
- Construção de um aeroporto principal para a região;
- Instalação de serviços de abastecimentos de água e redes de esgotos nas sedes municipais;
- Construção e instalação de sedes escolares e outros estabelecimentos de ensino, de acordo com as necessidades da região;
- Instalação de Postos de Mecanização da Lavoura e assistência técnica agropecuária permanente;
- Financiamento para a produção agrícola;
- Elaborar anualmente, até 15 de fevereiro, o programa de ação para o exercício seguinte, incluindo a previsão de receita a despesa indispensável ao seu cumprimento, e solicitar a inclusão das verbas necessárias nos orçamentos da União e do Estado do Paraná;
- Firmar convênio ou acordos, objetivando coordenar a atividade competente, com quaisquer entidades de direito público, inclusive sociedade de economia mista, quer federais; quer estaduais, para o cumprimento de suas atribuições;
- Requisitar de repartições públicas federais ou estaduais os funcionários necessários ao atendimento dos serviços técnicos e administrativos;
- Solicitar, justificadamente, dos Governos da União e do Estado, abertura de créditos especiais para atendimento dos seus serviços; e
- Incentivar o espírito associativo entre os colonos da região Sudoeste.

## 4.2 O patrulhamento de fronteira

Quando se normalizou situação e cessou a agitação da revolta, como medidas preventivas dentro da *Doutrina de Segurança Nacional* o quartel de Francisco Beltrão ficou responsável, junto com os órgãos estaduais de manter a segurança pública na faixa de fronteira. Sendo assim todos os dias eram realizadas patrulhas compostas pelo oficial subcomandante da OM<sup>146</sup>, por um soldado motorista do jipe e por um sargento auxiliar.

---

<sup>146</sup>Variando o período, esse oficial ora era um capitão, ora um tenente.

Esta patrulha saía de Francisco Beltrão na parte da tarde e tinha a abrangência ou alcance até a cidade de Pato Branco a 54 km do aquartelamento. Neste contexto o Exército exercia também o poder de policiamento preventivo, podendo efetuar prisões e apreensões em flagrante<sup>147</sup>, o que qualquer cidadão pode fazer ao se deparar com um crime, porém sua maior finalidade era demonstrar a presença do Estado na faixa de fronteira e controlar as exorbitantes cargas de contrabando.

Portanto a crítica que Bernardi faz “*O exército desmobilizou os colonos, mas os responsáveis da Cidla não foram punidos*”<sup>148</sup> é verídica, mas deve ser analisado que a própria Constituição Federal não permitia que as Forças Armadas tivessem função de polícia. Pois esta só foi autorizada em agosto de 2001.<sup>149</sup>

Como fonte importante para a elaboração deste trabalho pode ser citado o contato com o Sr. Neri Tomazzi<sup>150</sup>, conta e que a partir do ano de 1967 até 1974 fora instalado na

---

<sup>147</sup>Não há documentos oficiais que registrem essa atuação, porém as fontes orais as descrevem. Tal citação foi retirada do cruzamento entre as entrevistas de José Pedro de Almeida, Néri Tomazzi e Manoel de Miranda.

<sup>148</sup>BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste(PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 100.

<sup>149</sup>O poder de polícia dada as Forças Armadas para cumprimento de missões relativas à manutenção da lei e da ordem somente foi legalizada constitucionalmente com DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001, mas esta ação se restringe através da autorização do Presidente da República. [...]Art. 5º O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, que deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível, abrange, ademais da hipótese objeto dos arts. 3º e 4º, outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado. [...]DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO 2001.

<sup>150</sup>O Sr. Neri Tomazzi é agricultor de Francisco Beltrão, reside na Comunidade do Jacaré. Neri incorporou no quartel de Francisco Beltrão em 1969, servindo nove anos, sendo que quatro destes foram no Destacamento de Barracão, pois problemas de convívio com outro militar solicitou sua

cidade de Barracão um destacamento do Exército. Tal destacamento era composto por doze homens, sendo o comandante um cabo.

O destacamento localizava nas proximidades de onde hoje se encontra o Hotel Província na cidade de Barracão. Fora construído pelos próprios militares que serviam em Francisco Beltrão, os quais se revezavam entre trinta a quarenta dias para ocupar o posto. A principal ação deste efetivo era, em conjunto com a Polícia Federal, controlar a aduana, evitando o contrabando internacional de erva mate, pinhão, legumes, mas principalmente madeira e armas<sup>151</sup>.

A cidade de Barracão teve seu destacamento do Exército desativado com a instalação do 14º Regimento de Cavalaria na cidade de São Miguel d'Oeste - SC, pois dentro de um novo planejamento de Segurança Nacional, esta unidade militar recém instalada e de maior porte seria responsável pela segurança de toda essa faixa de fronteira.

#### **4.3 As medições de terras**

Na entrevista com Manoel de Miranda, ele conta que ajudou na demarcação de terras na cidade de Francisco Beltrão e lembra-se de dois sargentos topógrafos, o que ele chama de “agrimensor”, que manuseavam os aparelhos de medição.

As divisões de terras eram feitas a partir da hidrografia da região sendo que os lotes deveriam ter fundos nos rios, mas baseadas nas fotografias aéreas tiradas pela Aeronáutica.

---

permanência no Destacamento a qual foi atendida pelo Comandante da Companhia. Neri foi reincorporado ao Exército como soldado reformado na década de 1990 por problemas de saúde que adquiriu durante o período em que servia através de batalha judicial.

<sup>151</sup>Entre os colonos da região é comum ouvir o termo “*vinte e doiszinho argentino*” ao fazer referência ao revólver calibre 22 com cabo em osso trabalhado de fabricação argentina. Ainda hoje, há preocupação das autoridades brasileiras em relação à entrada de armamento e munição, pois além de mais barato são vendidos sem ferrenha fiscalização dentro do país vizinho.



<sup>152</sup> A demarcação e o mapeamento eram feitos pelo Exército e pelo INIC em conjunto com a comunidade.

A 2ª Divisão de Levantamentos que estava adida a GETSOP, contando com o efetivo de 120 homens recebeu a missão de medir e lotear durante três anos seguidos 12 glebas na região do sudoeste do Paraná. Apesar de trabalharem desarmados, pois não constituíam tropa de combate, os 120 homens da DL com sua presença fardada na área em conflito, conseguiram impor limites de divisas dos lotes entre os posseiros, o que os agrimensores civis não haviam conseguido devido às pressões e ameaças de morte.

Assim quando as tropas chegavam para a demarcação, os próprios interessados ajudavam abrir as “*picadas*” na mata e transportar o material necessário, os aparelhos teodolitos que era a tecnologia de ponta para a época. Quando a trabalho era muito, reuniam-se vizinhos e realizavam o “puxirão<sup>153</sup>”. Pois a partir da demarcação do Exército era questão de meses para que esses passassem a ser proprietários.

Além das demarcações o Exército realizou serviços de mapeamento astronômicos, utilizando-se do teodolito, que durante a noite localizava pontos astrológicos em toda a região elaborando os mapas da região existentes e utilizados ainda hoje.

Manoel conta ainda que as tropas chegavam de jipes, mas na maioria das vezes o caminho tinha que ser feito a pé, pois não existiam estradas. Quando era necessário o pernoite, os sargentos dormiam na casa dos colonos e os soldados tinham que se instalar em barracas, mas a solidariedade dos colonos quase nunca permitia isso. Geralmente dava-se um jeito de instalar todo mundo dentro da casa, lembra.

---

<sup>152</sup>Havia demonstração de saltos de pára-quedistas da Força Aérea para a população civil. Um caso que ficou gravado na memória da população da década de 1960 foi uma demonstração de salto em que militares da Aeronáutica largaram um boneco sem pára-quedas do avião. Já em meio aos prantos que havia falecido um militar, a população foi avisada que se tratava de uma brincadeira.

<sup>153</sup>Reunião de vizinhos para realizar trabalho em terra de algum destes, não havia cobrança por isso, apenas o acordo de que na futura necessidade, o favor seria retribuído.

Sobre a alimentação era notada a hospitalidade dos migrantes rio-grandenses, que não permitiam que os militares se alimentassem com a ração de campanha, pois sempre confeccionavam, com simplicidade, a alimentação pra todos os envolvidos na demarcação.

Apesar da boa convivência, a colonização não pode ser romantizada, o trabalho era árduo, “*começava cedo*”, conta Manoel, e “*paravam apenas para almoçar e logo recomeçavam até cair à noite*”. Mesmo sob chuva os trabalhos de demarcação não cessavam dando origem a mais um dito milicoso da caserna: “*Eta São Pedro! Manda da grossa, por que da fina o capitão não gosta!*”.

Manoel informou ainda que os militares carregavam uma faixa com a frase “GETSOP PELAS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ”, que era transportada e colocada onde os trabalhos se concentravam. Ressalta que nunca teve contestação das medições feitas pelo Exército, muito pelo contrário, havia apenas comemoração aonde as tropas chegavam, pois segundo ele “*Acabou a briga!*”. Foi neste sentido que o Exército Brasileiro contribuiu para a demarcação do território do Sudoeste.

#### **4.4 Abrindo caminhos**

O quesito integração pode ser percebido nitidamente na abertura e desenvolvimento da malha viária municipal. Como na abertura da *Estrada do Picadão*, a qual ligava Francisco Beltrão à vila Ampére, hoje cidade de Ampére; somando à abertura de uma estrada que interligava o bairro Vila Nova com a região do horto florestal<sup>154</sup>, onde o quartel possuía granja para produção de alimentos destinados à caserna, obras estas realizadas pelos militares.

Sem esquecer-se de outras inúmeras obras, como a reabertura da Avenida Julio Assis Cavalheiro, avenida principal de Francisco Beltrão, a construção de pontes e de bueiros em toda a região.

---

<sup>154</sup>Parte do planejamento da GETSOP que foi instalado em Francisco Beltrão em 1963, e produziu a preço de custo cerca de três milhões e quinhentas mudas visando o reflorestamento nas áreas ocupadas anteriormente pelas araucárias nativas, exploradas na década anterior pelas madeiras. LAZIER (1998 p. 77).

Foi decisivo a participação do GETSOP na melhoria das estradas para um melhor escoamento da produção. Para esse fim assinou convênio com o 5º Batalhão de Engenharia, com o DER, com as Prefeituras. Foram construídos e melhorados 1.800 km de estradas, mais de 80 pontes e pontilhões e inúmeros bueiros.<sup>155</sup>

Desta forma o sertão de araucária paranaense foi tomando a forma desenvolvimentista tão sonhada por Getúlio Vargas na década anterior, a GETSOP criada por Jango e mantida por Castelo Branco, substituía a CANGO de Vargas.

#### 4.5 Aeroporto Regional

Pode-se comentar ampliação do aeroporto municipal, o qual havia sido construído pelas companhias imobiliárias, e foi readaptado para a aviação comercial pelo Batalhão de Engenharia de Porto União com o auxílio da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão.<sup>156</sup> Assim relata Lazier:

Um grande marco no progresso de Francisco Beltrão foi o asfaltamento do aeroporto municipal. No mesmo local já antes de 1957 aterrissavam aviões. Após a instalação do GETSOP, um destacamento do 5º Batalhão de Engenharia de Porto União – após exaustivo trabalho, deu ao município um bom aeroporto.<sup>157</sup>

#### 4.6 Telecomunicações na região

Sendo o Exército uma Instituição Nacional, havia a necessidade de interligação com a cadeia de comando, ou seja, o contato direto com os superiores hierárquicos

---

<sup>155</sup>LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 77.

<sup>156</sup>Conta o Senhor Ivo Santos que fora cabo da 2ª DL, que durante os trabalhos realizados no Aeroporto diversos cadáveres foram encontrados e que era comum ouvir entre os militares a frase: “*encontramos mais um no aeroporto*”.

<sup>157</sup>LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 25.

relatando os trabalhos, necessidades e dificuldades encontradas na região. Por este motivo, a Companhia de Infantaria instalada na cidade possuía dentro de seu quadro de pessoal um sargento telegrafista, hoje subtenente da reserva Sessuaf Mecissuaf Polanski.

Além de desempenhar seus trabalhos inerentes a caserna o sargento Polanski, motivado por sua paixão pelas comunicações, ajudou a instalar um rádio; e em 1962 tornou-se o primeiro rádio-amador da cidade de Francisco Beltrão. Através do rádio, Polanski atendeu socialmente toda a população da cidade e com sua locução avisa sobre parentes, amigos e conhecidos do Rio Grande do Sul. Muitas vezes deslocando até a casa de populares para transmitir avisos e recados do estado oriundo.

Essa interatividade fez estreitar os laços da Companhia de Infantaria com a política local, diversos projetos de desenvolvimento foram levados em frente através da parceria entre a caserna e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. O que podemos tomar como exemplo a chegada do sinal de televisão no Sudoeste do Paraná.

Em 1967 chega então o primeiro sinal de televisão na região, com total apoio do comando da OM de Francisco Beltrão representado pelo capitão Paulo R. Brightore Murias, o qual enviou soldados liderados pelo sargento Polanski para instalarem uma torre de 65 metros com finalidade de capturar o sinal. Comprovando então às autoridades locais, inclusive ao Prefeito Municipal o senhor Denir Lineu Schuatz, a possibilidade de assistir televisão no Sudoeste através do sinal VHF.

Desta maneira o sargento Polanski e sua equipe, apoiados pela administração municipal montaram torres de União da Vitória até Francisco Beltrão, sendo que a distância entre elas era de 100 km, e cada uma delas era equipada com aparelho de repetição de sinal, sendo que o primeiro destes aparelhos fora doado pelo Doutor Francisco Cunha Pereira proprietário do Canal 12 de Curitiba, antiga TV Gazeta.

Entretanto, esta ação regional fazia parte de um processo ideológico de construção do Estado, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação proporcionou fora dos centros urbanos um grande progresso no sentido de incorporar novos setores sociais à nação, com intuito de constituir um maior controle social.<sup>158</sup>

---

<sup>158</sup>REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

#### 4.7 Encerrando trabalhos

A GETSOP contribuiu para a legalização das terras, transformando os posseiros em proprietários, contribuindo conseqüentemente para a aplicação da justiça social no sudoeste. Mas foi mais além, este órgão misto forneceu condições para o assentamento dos migrantes, e para que estes se instalassem na região com prosperidade. Talvez este seja um dos pontos em que é atribuído o desenvolvimento regional perante ao Estado paranaense.



**Foto 30.** Ato de encerramento da GETSOP em 1974. Quando o secretário geral, o capitão Acácio lia o relatório ladeado pelo presidente da AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná) e pelo prefeito municipal de Francisco Beltrão, o Sr. Antonio de Paiva Cantelmo. À esquerda, de uniforme de gala, encontra-se presente o último presidente do órgão, o tenente coronel Luiz Barbosa Wolf. Fonte: LAZIER, 1982, p. 23.

A GETSOP permaneceu no Sudoeste até 1974 quando concluiu seu trabalho

[...] demarcou e dividiu em lotes 350 glebas, 8 patrimônio e 30 povoados, totalizando 545.249,64 hectares e 56.917 lotes com um custo total de Cr\$ 1.704.896,42. A medição efetuada revela a existência da pequena propriedade

rural. Dos 32.256 lotes rurais medidos, 7.133 (22,11%) possuem menos de 5 há.<sup>159</sup>

Por esse motivo é que Hermógenes Lazier afirma que houve uma verdadeira reforma agrária, pois além de distribuição de terras, houve o acompanhamento e foi fornecido o suporte para que os migrantes permanecessem na terra<sup>160</sup>.

#### **4.8 Investimentos civis no quartelamento**

Resultante de toda essa interatividade social o empresariado regional de certa forma soube retribuir anos mais tarde essa atuação do Exército no processo de colonização na área discutida através de investimentos civis dentro do quartelamento. Tais investimentos visavam à melhoria das condições de trabalho e conforto nas então deficitárias e antigas instalações da CANGO.

Neste sentido coube selecionar três comandos<sup>161</sup> da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão na década de 1990 que foram regados por investimentos civis: major Luiz Carlos de Aguiar Barbosa - 08/01/1993 à 12/01/1996, major Klauss Erich Klein - 12/01/1996 à 27/01/1999 e major César Augusto Abreu de Oliveira Lima 27/01/1999 à 30/06/2000.

O 3º sargento da reserva João Olivo nos conta que as obras iniciaram no ano de 1995, quando este assumiu o comando do Pelotão de Obras, com a construção do ginásio

---

<sup>159</sup>LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, p. 74.

<sup>160</sup>Contudo não se pode fazer vistas grossas frente às re-distribuições de terras no Sudoeste do Paraná que ocorreu na década de 1970 a 1990, a terra voltou a se concentrar em mãos de poucos; transformando sinônimo de poder.

<sup>161</sup>Período que pode variar de dois a três anos onde um oficial é destacado para exercer a função de comandante de uma OM.

poliesportivo e a reforma do almoxarifado. No mesmo período houve o asfaltamento do interior do quartel com massa asfáltica doada pelo empresário e amigo da Companhia o senhor Lucílio Cella.

Mas a intensificação das reformas se deu quando o major Klen assumiu o comando da subunidade, tal militar conseguiu concentrar um grande número de recursos civis para o melhoramento das condições de trabalho. Entre as obras de seu comando pode-se destacar a reforma do alojamento dos cabos e soldados, construção de uma nova garagem de viaturas, clubinho militar, troca da cobertura do pavilhão de comando<sup>162</sup>, aprovisionamento, cassino dos sargentos e enfermaria. Sabe-se que grande parte dessa madeira utilizada nas reformas foi adquirida com custos mais baixos, quando não era oriunda de doações do senhor Gentil Crestani, empresário e proprietário de uma madeireira na cidade de Palma Sola-PR.

Neste período houve um processo de informatização onde através de doações de empresários locais foram adquiridos diversos computadores, rádios VHF que permitiram ao comando militar montar uma repetidora rádio no KM 30 a qual possuía alcance até a divisa com o Paraguai na cidade de Guaíra - PR.

Já no período de tempo em que o major Oliveira Lima esteve à frente da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão-PR, as obras se concentraram na granja de treinamento do exército com o intuito de melhorar a alimentação da tropa. Destacam-se a construção do açude para piscicultura, pomar, horta e criação de gado bovino e caprino.

Também houve a construção de campo de futebol com terraplanagem para pista de atletismo oficial, que através de um acordo com a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão se deram os trabalhos de terraplanagem, no entanto as leivas de gramas foram doações vindas de empresários da cidade de Marmeleiro - PR.

Outros dois itens de merecem serem mencionados pelo investimento que receberam são a construção do bem estruturado estande de tiro o qual recebeu o nome de Estande de Tiro Gentil Crestani e a Pista de Pentatlo Militar Nelson Sanderson. O empresário Nelson

---

<sup>162</sup>O pavilhão de comando do quartel de Francisco Beltrão é o mesmo desde 1942, quando estas instalações eram utilizadas como sede da CANGO.

Sanderson de Francisco Beltrão foi condecorado com o diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro expedido pelo comando do Exército em Brasília - DF. Seus investimentos no quartel foram diversos e intensos, porém cabe ressaltar a constante reforma de viaturas e motores em sua retífica.

Os patrocínios e doações civis para com o Exército na região ainda se mantêm conforme informou o 3º sargento Josué da Costa Gama, Auxiliar de Relações Públicas do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado no período de 2003-2007, e pode ser publicamente percebido na confecção da revista anual da OM, no baile da Cavalaria, na festa junina do quartel e nos mais diversas confraternizações militares.

#### **4.9 Então, qual é a identidade social do sudoeste?**

Dentro da concepção do imaterial, que volto a citar *pode ser involuntária ou não*, a sociedade sudoestina criou seus “*anciões*” identificados pelos “*pioneiros*”, e os “*guardiões*” representados pelos soldados. Também, o manejo de suas representações e símbolos que pode ser nitidamente percebidos nas comemorações do Cinquentenário da Revolta de 1957 que está recheado de mito, idealização e memória. Desta forma o imaginário tornou-se uma peça essencial no controle do poder político para o funcionamento da sociedade regional.

Até então foi afirmado que o imaginário social além de informar sobre o real suscita a adesão a um sistema de valores constituindo um apelo a comportar-se de determinada maneira, e através de um campo simbólico forma identidades de grupos, percepções internas, tipificações e inúmeras percepções que organizam a vida coletiva, fundamentando ações e pensamentos.

No entanto, qual a identidade social da população do sudoeste? Possui algum tipo de interferência a presença de uma OM na região? Tomando como referência que o Exército Brasileiro é uma instituição federal, e que possui suas bases o *nacionalismo* exacerbado; juntamente com o histórico de sua presença no sudoeste e a interação social como resultante disto, é certo que o nacionalismo seja um dos componentes mais importantes neste fomento.

Apesar de aparentemente paradoxal a utilização do nacionalismo para interpretar uma sociedade regional, seguiu-se os conselhos de Thiesse onde o “*regionalismo*” é o



“cimento” para identidade nacional, e segue que este não “*se desenvolve em oposição ao sentimento de identidade nacional, mas como forma consensual da reunião nacional*”.<sup>163</sup> Desta forma o regionalismo desempenha um papel de consolidação da identidade nacional.

Guibernau ao estudar sobre o nacionalismo e o estado nacional destaca o papel crucial do discurso nacionalista<sup>164</sup> na *legitimidade política*. Este tem a função de ampliar sua dimensão política através da interlocução com seus aspectos menos “*racionalis*”, relacionados aos sentimentos e a emoções que deve ser considerado importante.<sup>165</sup>

A exaltação dos símbolos nacionais durante a Revolta de 1957 (**Conforme foto que segue**), a participação das tropas militares nesta revolta que é reconhecida até os atuais dias pela população local, a proximidade com a fronteira da Argentina, a extrema ligação com o território e as ritualizações públicas-políticas organizadas pelo governo militar na década de 1960-70, são algumas exemplificações que comprovam esta afirmação.

---

<sup>163</sup>THIESSE, Anne Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 03-16, 1995, p. 3.

<sup>164</sup>“Por “nacionalismo”, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum.” GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismo. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 56.

<sup>165</sup>GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismo. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, cap. 2 e 3.



**Figura 31.** Ostentando a bandeira do Brasil. Esta cena foi fotografada durante a Revolta de 1957, na praça da cidade de Francisco Beltrão e se tornou um símbolo do movimento social. O Sr. Olívio Giusti (segurando a bandeira), Sr. Luis Lorenazeti e o Sr. Nelson Meca. Fonte: Acervo do Departamento de Cultura Memorial de Francisco Beltrão-PR

Assim através de um senso de pátria ligado a um território, o nacionalismo no sudoeste teve a capacidade de proporcionar direcionamentos para a construção de uma ação política que interessava no âmbito nacional.

Desta forma, enquanto outras formas de ideologias,

[...]como o marxismo ou o liberalismo, requerem a doutrinação de seus seguidores, o nacionalismo emana desse apego emocional básico à terra e à cultura das pessoas. A teoria social e política tende a colocar as emoções e sentimentos fora da esfera de sua pesquisa, considerando o irracional inevitavelmente inferior ao racional. Minha posição é de que a força do nacionalismo procede não do pensamento racional apenas, mas do poder

irracional das emoções que se originam dos sentimentos de pertencer a um grupo determinado.<sup>166</sup>

Cabe aqui um paralelo com os estudos de Bauer, onde considera que a população fornece os indivíduos para o Exército nacional, o serviço militar arranca o filho do colono que era restrito ao mundo rural, junta com os companheiros da cidade e de outros cantos do país, influenciando-o com seus valores e conceitos. Desta forma a vida militar revoluciona a cabeça das pessoas, a despeito de qualquer intenção, juntamente com a cidade em que fica localizada a guarnição militar.<sup>167</sup>

Também é verdade que este recrutamento é bem visto pela população local, ao menos no sudoeste que é a região deste estudo, pois os valores nacionalistas dos militares são bem visto pela comunidade, além do mais a carreira das armas é a oportunidade de reconhecimento e ascensão social para os oriundos de berços pobres, sem nenhuma distinção de raça, credo ou escolaridade.

Além do mais, quando assumiram o poder em 1964 os militares buscaram novos apelos ideológicos para legitimar o governo e fortalecer o “*indivíduo coletivo*”, a pátria. Ainda que a “*expansão dos sistemas de comunicação e transporte propiciou a amplos segmentos da população um sentimento de pertencimento a um todo territorial mais amplo*”.<sup>168</sup>

Sendo que os imaginários sociais têm uma forte contribuição na construção da identidade de uma sociedade, constrói um senso comum em torno de códigos de “boa conduta” e instala mitos e modelos de comportamento. Compreender essa função do

---

<sup>166</sup>GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismo*. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 86.

<sup>167</sup>BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 51.

<sup>168</sup>REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988, p. 198.

imaginário social na sociedade permite analisar a problemática da legitimação do poder. Desta forma toda ou qualquer movimentação política esquerdista fora vista por várias décadas como atitude *errada* pelo senso comum regional, perdeu força consideravelmente, mas ainda hoje mantém seus resquícios.



**Figura 32.** Comemorações do Cinquentenário da Revolta de 1957. Na Praça Eduardo Virmond Suplicy no dia 10/10/2007. Com a presença do tenente Kocheborger da Polícia Militar, o padre Lisandro, o prefeito de Francisco Beltrão Vilmar Cordasso, major Zucco do Exército, demais autoridades políticas; e discursando a secretária de Cultura do município Tânia Penso Ghedin. Fonte: Jornal de Beltrão, 11/10/2007.

Tal processo de identificação que envolveu os indivíduos da região<sup>169</sup> mantém-se num fluxo contínuo, dando novas re-energizadas constantemente em rituais políticos e sociais. Os indivíduos que partilham da mesma cultura, ligados a uma determinada terra, um passado em comum e com projeto de futuro, necessitam criar ocasiões para enfatizar tal ritual “*nestes momentos o indivíduo esquece de si mesmo e o sentimento de pertencer ao grupo ocupa a primeira posição*”.<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup>Referindo-se novamente aos “militares” e aos “pioneiros”, que formavam a grande maioria da população local.

<sup>170</sup>GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismo*. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 94.

Esse contexto pode ser percebido na foto acima que departamentos e entidades municipais promovem ações para nutrir e valorizar a memória que representa o caráter coletivo de identidade étnica (do migrante-rio-grandense-colonizador), religiosa (católica), enfim, de uma nação narcisista. Tal memória coletiva contribui na construção do imaginário social através do enraizamento das origens e dos pensamentos romantizados por um tempo antecedente de luta e opressão, desta maneira a “*memória histórica ou coletiva é fundamental para o sentimento nacional*” e para a edificação de uma “*consciência de classe*” que os diferenciam<sup>171</sup>.

#### **4.10 Reflexões acerca do ‘imaginário nacionalista regional’**

Há quase que um consenso dentre os últimos estudos historiográficos de que o nacionalismo é uma construção da modernidade e que se desenvolveu na Europa devido à evolução da classe média. Ele se legitimou com governos autoritários combatendo doutrinas de nível nacionais como o integralismo e o socialismo, da mesma forma atuaram contra as divergências regionais representadas pelas elites com interesses diversos. Porém sua finalidade era substituir as entidades englobantes medievais, a igreja e o império. Deste modo para defender interesses modernos e privados o nacionalismo foi a maneira encontrada para unir diversas classes num mesmo ideal, passando a ser aceito como natural.<sup>172</sup>

É evidente que se teve uma construção da imaginação nacionalista que ocorreu através da divulgação nem sempre só simbólica, de discursos da história que se desenvolveu a região. Desta maneira indivíduos que nem se conhecem compartilham idéias, produzindo um senso de identidade mobilizável útil para resolver problemas coletivos construídos na individualidade. Operando na razão ou na emoção do indivíduo é

---

<sup>171</sup>LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 16-28, 1989, p. 16.

<sup>172</sup>SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

que o nacionalismo consegue uma ação em conjunto, em cima de elementos construídos cotidianamente, ofertando a comunidade uma projeção otimista onde ritos e mitos possuem sentidos.<sup>173</sup>

Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêm ligados por uma rede de significações onde são criados símbolos, reconhecidos, aprendidos e apreendidos dentro de um conjunto de sentidos para serem utilizados coletivamente como dispositivos orientadores ou transformadores de práticas, valores e normas. Quando estes possuem a capacidade de mobilizar afetos, emoções e desejos é possível falar da existência de um *imaginário social*.<sup>174</sup> No caso do sudoeste por esses valores e emoções das comemorações do cinquentenário da Revolta dos Colonos possuírem características de *nacionalismo* pode se considerar que perpetua um ‘imaginário nacionalista’.

Sabemos que o nacionalismo homogeniza as pessoas, e que este serve aos líderes e às elites para despertar o apoio das massas.<sup>175</sup> É certo que o Exército deixou de ser a elite pensante ou política deste o fim do Governo Militar. Ao vê-lo tão presente nas comemorações do cinquentenário da Revolta de 1957, resta-nos duas perguntas: a quem o nacionalismo está servindo atualmente? Existem motivos para buscar essa continuidade?

Analisar o imaginário social nacionalista da região é aceitar que a constituição do social e o conjunto de relações de poder não se dão apenas pelo concreto/real. Desta maneira temos a explicação da origem do *saudosismo* e do *ufanismo* expelido pelos “pioneiros”, e esta ligação intensa com a Unidade Militar de Francisco Beltrão. É o cheiro

---

<sup>173</sup>BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 209-226.

<sup>174</sup>CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.) *Representações: contribuição para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 227-268.

<sup>175</sup>SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 198.

da rosa que Barbier<sup>176</sup> ensina que nos propõe a noção de uma História consistente, não-racionalista e interativa.

## 5. O HERÓI DA GUERRILHA DE 1965

Em março de 1965 quando iria completar um ano de Ditadura militar instaurada no Brasil, deu início no Estado do Rio Grande do Sul uma tentativa fracassada de contragolpe em nosso país, comandada pelo ex-coronel de artilharia do Exército Jefferson Cardim de Osório tendo como seu principal assessor Albery Vieira dos Santos, ex-sargento da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>177</sup> Planejada no Uruguai a guerrilha se articulou na cidade de Três Passos-RS.

Existe a versão de que o ex-sargento Albery, um dos exilados mais corajosos e radicais, procurou Brizola solicitando dinheiro para realizar a incursão armada e este não forneceu.<sup>178</sup> Encontrando-se depois com Jefferson Cardim nasceu o movimento. Cardim era parente remoto de Castelo Branco e ligado ao PCB, veterano militante de esquerda, despertava ódio aos militares do Exército, por quebrar a ética militar em casar-se com a mulher de um companheiro e depois se amasiar com sua enteada.<sup>179</sup>

Com rapidez os dois começaram a se articular, mesmo sem apoio de Brizola conseguiram juntar mil dólares, três fuzis tchecos semi-automáticos e alguns revólveres.

---

<sup>176</sup>BARBIER, René. Sobre o imaginário. *Em aberto*. Ano 14, n. 69, Brasília, INEP, 1994 *apud* COSTA, Cléia Botelho; MACHADO, Maria Saete Kern (Orgs). *Imaginário e História*. São Paulo, Paralelo 15, 1999.

<sup>177</sup>MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, p. 51.

<sup>178</sup>SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editores, 1987, p. 189.

<sup>179</sup>ARAÚJO, Maria Celina de, CASTRO, Celso. (Orgs) *Ernesto Geisel*, Editora FGV, RJ, 1997, p. 124.

Em solo brasileiro arrumaram um caminhão e com vinte e três homens iniciaram ações na madrugada do dia 19/03/1965, na tentativa de conseguir armas e recursos.<sup>180</sup> Com tal efetivo, em sua maioria reunida em território rio-grandense, surgiram as FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional.<sup>181</sup>

As FALN dominaram algumas unidades da Brigada Militar gaúcha, recolhendo armas e munições destes quartéis e fazendo breves proclamações revolucionárias pela rádio local.<sup>182</sup> O grupo então se dirigiu para o sudoeste do Estado do Paraná onde seus integrantes acabaram sendo aprisionados, pela OM que viria a ser a “Sentinela do Sudoeste”, a 1ª Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, e encaminhados ao 1º Batalhão de Fronteira localizado em Foz do Iguaçu.

Foi no dia 27/03/1965 por volta das 11hs00min na região de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques que ao pressentir a aproximação das tropas do Exército,

---

<sup>180</sup>GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 192.

<sup>181</sup>USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser. 2006, p. 139-140. Há divergências até na própria denominação do grupo guerrilheiro, a história oficial a apresenta como “FALN-Forças Armadas de Libertação Nacional”, no entanto estudos que buscam perceber a ação através dos integrantes da guerrilha a denominam de “Operação Três Passos”. Como este estudo pretende perceber a influência da presença militar na região através do seu exercício de poder apresentando uma visão crítica dos interesses políticos neste contexto foram utilizadas fontes oficiais para análises, sendo denominado neste trabalho como FALN; pois assim as fontes documentais oficiais se referem a esta ação guerrilheira. Com a intenção de evitar a fuga do tema proposto não se desenvolveu nesta pesquisa uma análise profunda da guerrilha nem de suas inúmeras divergências apresentada pelos variados autores que a discutem. É apresentada apenas uma contextualização para interpretar através dos estudos de memória a construção do “herói” militar.

<sup>182</sup>MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, p. 51.



vindos de Francisco Beltrão, o grupo guerrilheiro realizou uma emboscada.<sup>183</sup> No entanto não é factível a tese da “emboscada”, além de ser desmentida pelos depoimentos dos guerrilheiros, contraria a racionalidade da ação empreendida pelo grupo naquela conjuntura, quando o objetivo fundamental é fugir dos confrontos e empreender fuga o mais rápido possível. Pois o grupo guerrilheiro estava fugindo, sendo buscado por várias unidades militares desde o estado do Rio Grande do Sul; e já possuía mais armas do que homens não tendo nada a ganhar com um confronto.

Tal confronto produziu uma vítima fatal que mais tarde também se transformaria em herói militar: o 3º sargento Carlos de Argemiro Camargo. Esse militar servia na Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão e o qual foi alvejado várias vezes ao desembarcar da viatura.<sup>184</sup> O que ocorre que na confusão dos disparos não ficou definido quem atirou, também não houve perícia balística, o que dá brechas para alguns questionamentos e interpretações apresentadas neste estudo.

Desta forma, orientado pelos estudos de *memória* nos capítulos que seguem, será dada ênfase a investigação de como se deu a construção deste herói e sua institucionalização que serviu para legitimar e condicionar uma memória política na região em prol dos interesses do governo militar no conturbado momento político em que vivia a nação. O culto ao herói, os monumentos e as formaturas não tinham somente a finalidade de exaltar o militar falecido, mas, sobretudo eram direcionados aos vivos.

### **5.1 Morre um soldado, nasce um herói...**

O sargento Carlos de Argemiro Camargo, é filho de Rômulo Camargo e Leontina Rodrigues, nasceu em Ponta Grossa, no Estado do Paraná em 15/04/1938, incorporando as fileiras do Exército no dia 20/06/1957, no então 13º Regimento de Infantaria com sede na cidade de Ponta Grossa. No dia 17/12/1957 concluiu o Curso de Formação de Graduados, sendo promovido à graduação de cabo na mesma data.

---

<sup>183</sup>Relatório do Tenente Lemos Transcrito no Livro Histórico da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria de Francisco Beltrão - PR. **Anexo 02.**

<sup>184</sup>AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex Ed. 2002, p. 169.

No dia 22/08/1959 deslocou-se de Ponta Grossa para o então conturbado sudoeste do Paraná vindo acantonar na cidade Francisco Beltrão com a 1ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria, hoje o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Em 31/03/1960 foi promovido à graduação de 3º Sargento e seu comportamento militar era classificado como “ÓTIMO”. Vindo a falecer no dia 27/03/1965 durante as operações de contraguerrilha que visavam abafar o movimento liderado pelo ex-coronel de Artilharia do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, sendo promovido Post-Mortem ao posto de 2º tenente.

Em aproveitamento da situação, o governo militar soube usar o falecimento do sargento Argemiro Camargo para defender o sistema e difamar a guerrilha. Foi explorada ao máximo a sua imagem de militar cumpridor do dever, o qual deu sua vida para defender o interesse da nação.

Após o falecimento do sargento Camargo fora divulgado à imprensa uma fotografia de seu casamento realizado um ano antes do ocorrido. **(Figura 33)** A divulgação de tal foto, tirada junto com a noiva, Maria da Penha Correa Soares. Tal foto era acompanhada da informação de que o sargento Camargo deixava sua esposa grávida no sétimo mês de gestação de seu primeiro filho. Deve ser compreendido que numa sociedade de migrantes rio-grandenses, em que sua grande maioria composta por católicos praticantes, tal informe era carregado subjetivamente de valores. Iniciara-se neste momento a construção do carisma do herói regional.

Não se tem a pretensão de afirmar que o sargento Camargo *não* tenha praticado suas obrigações militares com fervor e aplicação, tão pouco realizar um julgamento sobre a pessoa e/ou seu caráter, muito menos sequencializar juízos de valor sobre sua dignidade. O que se pretende compreender é a maneira como foi construída a figura do herói regional e mártir, que serviu como exemplo de nacionalidade e atitude contra a ameaça política comunista em momentos de instabilidade que vivia a nação.



**Figura 33.** Foto do casamento. Camargo com a senhorita Maria da Penha Correa Soares. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

## 5.2 O sentido do herói

Em toda parte “*sagram novos heróis, um em cada dia, em cada povoado[...] voando tão rápido quanto às andorinhas*”<sup>185</sup>, e apesar das peculiaridades do caso em estudo, segue o processo de heroicização já reconhecido pela História. Como vimos a unidade militar da região teve sua história confundida com a própria história da população local, e os membros do Exército também eram membros ativos na comunidade, desta

---

<sup>185</sup>RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 10.

forma facilitou a sua heroização, além do mais já é sabido que “*a condição humana está atrelada a existência do herói. No fundo se trata de um arquétipo cultural [...]*.”<sup>186</sup>

As novas tendências das pesquisas em História Política nos conduzem a busca do sentido do herói, a sua função ou o seu papel para aquele momento histórico. Para isso existem algumas interpretações da função do herói, intitulando-o como “*mecanismo de controle social*” que se desenvolve no campo do desconhecimento, e é nele que o herói transita.<sup>187</sup>

O ponto essencial e que deve ficar explícito nesta pesquisa histórica é o fato que o herói regional fora patrocinado pelo poder, representado neste instante pela Organização Militar, que retirou a sua individualidade de sargento Camargo e transformou-o em um exemplo coletivo através da história a ele agregada. Foi no enredamento da história agregada, do ser heroizado e na sucessão de acontecimentos destinados a glorificá-lo que se firmou o reconhecimento popular massificando a ‘verdade’ dos fatos.

Assim é necessário fazer três perguntas básicas para iniciarmos o estudo da imagem de um herói: Quem vê? Qual é o grupo social que esta se desenvolvido a heroização deste herói, quem será a ‘clientela’ deste herói. De onde provêm? Qual ou quem é a fonte das informações narrativas que alimentam o enredamento da história a ele agregada. E por fim, quem fala? Quem é o seu narrador de memória, quem fala por ele e com que interesse.<sup>188</sup>

No campo das ciências sociais e das ciências humanas as análises sobre memória sempre se mostraram presentes, mas foi somente a partir da década de 1970 que acentuou uma grande tendência historiográfica interessada em estudar grupos em seus espaços de

---

<sup>186</sup>LUCCHESI, Ivo. O declínio da heroização no Ocidente. *Revista Saberes*. Rio de Janeiro, Universidade Estácio de Sá, nº 1, mar-ago 2008, p. 54- 63, 2008, p. 61.

<sup>187</sup>Idem, p. 56.

<sup>188</sup>MACHADO, Lacy Guaraciaba. A construção da imagem do herói: Uma abordagem inicial. *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 3/4, p. 253-270 Mar-Abr/2007.

mudanças socioculturais. Pois a “*memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade*”.<sup>189</sup>

Por este motivo que os capítulos que seguem se baseiam teoricamente nos estudos de memória, acredito que esta seja a ferramenta historiográfica mais apropriada para trabalhar com a figura de um herói regional, que intencionalmente ou não, corroborou para a construção de identidade política que iniciara ainda na década de 1950. Desta forma, os estudos de geopolítica, cultura política, imaginário social e memória são vistas diferenciadas de um mesmo objeto: a interferência/influência da instituição militar na construção da sociedade regional no sudoeste paranaense.

### **5.3 A construção ideológica de um herói regional**

Ao dissertar sobre “*memória e identidade*”, Tedesco expõe que através do acúmulo de lembranças é que a memória constrói valores e idéias que irão moldar a personalidade de uma pessoa, e que neste seguimento, que a memória é o componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social. Lembrando ainda que a lembrança do indivíduo se forma com o contanto com outros, no âmbito de relações formais ou informais mediante comunicações lingüísticas ou culturais diversificadas.<sup>190</sup>

Neste sentido se percebeu que cada vez mais os elementos “*mediadores de memória*”, individual ou coletiva, política de lembrança e de esquecimento servem de suporte para a organização e formação de cultura, identidade social, tradição e materialização de formas simbólicas de vidas cotidianas, e subsequentemente os fatos históricos.<sup>191</sup>

---

<sup>189</sup>FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 33.

<sup>190</sup>Idem, p. 93 e 94.

<sup>191</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 28.

Todas as sociedades ao longo do tempo construíram para si um elaborado sistema de representações e idéias coletivas e através destas, construíram sua *identidade*. Tal sistema acaba por articular todo um complexo *imaginário social*, que inclui: uma visão de si mesmas sobre o passado, a construção de personagens símbolos com a atribuição de valores a estes, características e hábitos delimitados por uma determinada região.<sup>192</sup>

De acordo com Tedesco os estudos da memória estão auxiliando as análises do cotidiano presente tanto do passado como

[...] uma forma de fazer o tempo passado se presentificar analítica e oralmente; de construção e reconstrução social de vividos; de entender formas e representações simbólicas históricas e educacionais; de entender tempos e espaços que necessitam de valores e significados culturais nem sempre em harmonia entre vividos e concebidos, expressos nas condições de existência passada, atuais e projetivas.<sup>193</sup>

Pode ser compreendida como uma expressão deste desenvolvimento o estudo da construção do herói regional sargento Camargo no Sudoeste paranaense, sendo exemplificado como um elemento mediador de memória, originário de um drama histórico que contribuiu maçicamente na formação da identidade social e política da região. Neste contexto de raciocínio, o estudo de memórias individuais e coletivas pode ser uma chave para compreender grupos sociais e os indivíduos que os integram, produzindo e transmitindo narrativas sobre sua história e de espaços vividos.<sup>194</sup>

Com a morte em campanha nas operações de contraguerrilha no ano de 1965, o sargento Camargo se tornou símbolo da luta política de seu tempo. É praticamente impossível analisar sua construção como ‘herói’ e não ligar com a conjuntura política nacional daqueles tempos.

---

<sup>192</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 87.

<sup>193</sup>Idem, p. 29.

<sup>194</sup>ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 92.

Sendo que “a invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e sim num campo de possibilidades histórica e culturalmente limitado”<sup>195</sup>, através do personagem militar simbolizado fora recriada uma atitude política considerada apropriada para o cidadão da região no período supracitado. Castro nos ensina que “[...] das características centrais dos processos de criação de novas tradições é justamente a tentativa de estabelecer continuidade com um passado histórico considerado apropriado”<sup>196</sup>.

O que ocorreu no sudoeste paranaense foi uma construção de um herói regional, pertencente a uma instituição nacional, herdeira de tradição específica que por sua vez, estava naquele instante designada a cumprir uma missão: construir uma Nação brasileira segundo seus ideais. Pode-se considerar que a constituição do herói sargento Camargo fora uma das mais importantes e duradouras iniciativas no campo simbólico elaborada pelo Exército na região. Pois símbolos são linguagens, linguagens de consciência e de formulação de consciência.<sup>197</sup>

Suas homenagens fora a ritualização simbólica que expressavam o pertencimento das tropas e da população sudoestina vinculadas a valores profundos de identidade nacional e postura política no momento conturbado que vivia a nação.

Tedesco nos ensina que ao se institucionalizar a memória de um grupo demonstra interesses e reconhecimento para que esta se torne a memória oficial do mesmo, e que

[...] a experiência individual pertence a um grupo. Noções de reconhecimento, testemunho, lembranças intercambiadas, membro/pertencimento, engajamento,

---

<sup>195</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 11.

<sup>196</sup>Idem p. 48.

<sup>197</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 49.

unidade interna da consciência, representações coletivas e influencia social são fundamentais para a compreensão do olhar externo da memória [...].<sup>198</sup>

#### 5.4 A institucionalização do herói

O sargento Camargo virou uma “*representação coletiva*”, primeiramente entre a tropa e mais tarde na sociedade regional, uma imagem do passado que moldou consciências não mais do indivíduo, mas do social. Pois as representações coletivas “[...] *funcionam como elemento de correspondência entre a experiência do indivíduo e a dos grupos; constituem a esfera de confluência dos valores, das crenças, dos modelos de comportamento [...]*”.<sup>199</sup>

A memória também é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja,

[...] pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos (tradições) e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas; inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, assumindo formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e que pode ser separadas analiticamente.<sup>200</sup>

Neste contexto o Exército Brasileiro promoveu e oficializou através de seus atos o que neste estudo denominamos de *institucionalização do herói* regional. Pois a memória coletiva pode assumir uma aparência ou caráter institucionalizado, representando-se na prática de cultos em níveis comunicativos, pois sua função principal é fortalecer a coesão do grupo garantindo a sua identidade.

Logo depois da prisão dos guerrilheiros na região de Capitão Leônidas Marques, soldados da 1ª Companhia de Francisco Beltrão sob o comando do tenente Sávio ficaram responsáveis pela escolta destes até o quartel de Foz do Iguaçu, o 1º Batalhão de Fronteira.

---

<sup>198</sup> TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 50.

<sup>199</sup> Idem, p. 156.

<sup>200</sup> Ibidem, 2004, p.169.



Então foram agraciados pelos oficiais-generais, principalmente pelo general Justino Alves Basto<sup>201</sup>, o qual comandou pessoalmente as operações finais de apresamento do chefe do grupo de guerrilheiros no Sudoeste paranaense.

Justino Alves Basto pronunciou um pequeno discurso em elogio à tropa ainda no aeroporto, e fez uma referência especial ao sargento Camargo, dizendo que “*infelizmente a Pátria exige este sacrifício*”, acrescentando: “*Assim como foi o sargento Camargo, poderia ter sido qualquer outro soldado ou este que vos fala, o sacrificado no cumprimento do dever*”.<sup>202</sup>



**Figura 34.** O reconhecimento do chefe. O general Justino cumprimenta o oficial e o sargento que realizaram a prisão do ex-coronel Jefferson Cardim. Soldados que participaram da operação estão sobre o caminhão. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

---

<sup>201</sup>O general Justino Alves Basto também coordenou as movimentações para neutralizar as Ligas Camponesas (1955-1964) lideradas pelo ex - deputado pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula.

<sup>202</sup>Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

O discurso do general por si só já fez incorporar identificações ressignificadas no sentido coletivo entre seus homens, motivados imensamente pela dimensão emocional oriundas do sentimento de perda de um companheiro. Certamente isso fortaleceu o sentido de *corpus* e identidade coletiva entre a tropa.

O Relatório do tenente Juvêncio descreve da seguinte maneira o encontro com o corpo desfalecido do herói e seu transporte até Francisco Beltrão. “*Por este tempo alguém encontrou o corpo do Sgt Camargo, já morto. Não quis olhar o corpo. Dei ordem ao Sgt Ricieri para retornar com o corpo para Francisco Beltrão*”<sup>203</sup> o que mais tarde foi confirmado pelo próprio sargento Ricieri em seu Relatório de Operações<sup>204</sup>.



**Figura 35.** Chega o ‘herói’. Chegada do corpo do sargento Camargo ao Cemitério Municipal de Francisco Beltrão, onde foi velado por seus companheiros profundamente comovidos com sua morte. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

---

<sup>203</sup>Relatório das Operações do 1º tenente Juvêncio Saldanha Lemos comandante do 1º Pelotão de Infantaria o qual estava o Sargento Camargo. Lemos estava a um mês na Subunidade de Francisco Beltrão, tinha vindo do Canal de Suez onde se encontrava como integrante da Força de Paz, a primeira Missão de Paz do Exército Brasileiro.

<sup>204</sup>Relatório das Operações do 2º sargento Ricieri Franzon comandante do 2º Pelotão de Infantaria.

A população beltronense compareceu maciçamente do sepultamento do sargento Camargo<sup>205</sup>, sendo acompanhado através da imprensa nacional. A população civil prestou todo apoio moral e material ao sepultamento, Camargo além de militar era professor de voleibol em estabelecimento de ensino católico, conhecido como Colégio das Irmãs, hoje Colégio Nossa Senhora da Glória.



**Figura 36.** O sepultamento. Guarda de honra no sepultamento do sargento Camargo, ao fundo vê-se a multidão que acompanha compadecida com a morte do militar beltronense. Fonte: Livro de Recortes em memória ao Sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

---

<sup>205</sup> Conforme Foto 36, ao fundo se percebe a presença maciça de populares.

Seu sepultamento seguiu o ritual militar com a presença de uma guarda fúnebre, um corneteiro executou o toque de silêncio, que por si só é triste, e os companheiros do sargento morto dispararam uma salva de tiros, rendendo-lhe a última homenagem militar e confirmando o reconhecimento da instituição e de seus pares pelo seu sacrifício em “*nome*” da nação. **(Conforme figura 36).**

A cerimônia no cemitério municipal foi oficializada pelo capelão Frei José Maria e tiveram como expectadores o prefeito municipal Antonio de Paiva Cantelmo, o tenente Ubirajara Vieira das Neves demais autoridades civis e militares sediadas no município e na região.

Na mesma semana do sepultamento, duas coroas de flores foram colocadas na sepultura<sup>206</sup> em nome da 5ª RM e da Força Aérea, caracterizando a última homenagem ao sargento Camargo. Tais coroas foram postadas pelo general Álvares Tavares Carmo, Comandante da 5ª Região Militar e o brigadeiro Artur Carlos Peralta, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica.

Estes oficiais-generais além de expressarem a homenagem das Forças Armadas à família do militar falecido, em formatura geral dentro do aquartelamento de Francisco Beltrão falaram à tropa que participou da campanha contra os guerrilheiros.

Ao se dirigir as componentes da companhia de Francisco Beltrão, o Comandante da 5ª Região Militar pronunciou que estava ali para conhecer aqueles que tomaram parte das Operações, os quais “*desbaratarem o bando de subversivos*” e que a 5ª RM encontrava-se orgulhosa da maneira como foi conduzida aquela situação por seus comandantes. Ao finalizar sua oração declarou que

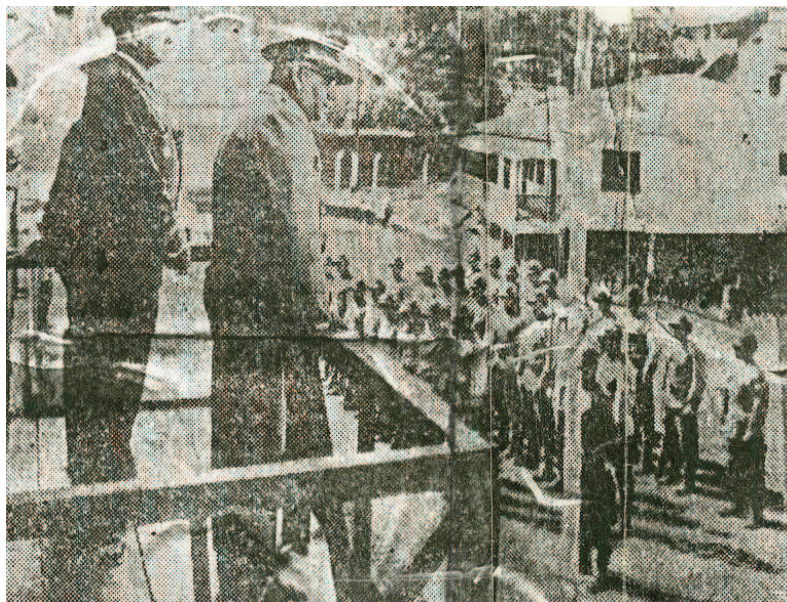
[...] vocês, oficiais, sargentos, cabos e soldados, são o orgulho da 5ª RM, do III Exército e do Exército Nacional e da própria Pátria Brasileira. E o Sargento Camargo, que tombou na defesa de sua Pátria, será para nós todos, o símbolo da 5ª RM do soldado que cai no cumprimento do dever.<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup>Na figura 36 retrata que o tenente Camargo fora enterrado em cova, seu túmulo foi construído somente no ano de 1967.

<sup>207</sup>Relatório do pronunciamento do general Álvares Tavares Carmo, Comandante da 5ª RM ao pronunciar-se a tropa no quartel de Francisco Beltrão-PR. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Em seguida o general Álvares dirigiu-se para a sala de reunião da unidade militar, onde os tenentes Sávio e Lemos que comandaram os pelotões que prenderam os guerrilheiros fizeram um completo relato das operações que culminaram com o desbaratamento total da guerrilha pré-matura.



**Figura 37.** Formatura geral. No aquartelamento de Francisco Beltrão o general Álvares Tavares Carmo fala à tropa que participou das Operações de contraguerrilha. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Porém a simples presença de tais autoridades na região significava muito mais naquele momento conturbado, era a presença do Estado militarizado preocupado com a situação nacional.

Por determinação do Sr. Ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva, o 3º sargento Carlos Argemiro de Camargo, qualificado como infante-fuzileiro recebeu a promoção *Post-Mortem* para a graduação de 2º tenente, bem como o processo de concessão da “Medalha Pacificador com Palma”.<sup>208</sup> Por este motivo a partir de agora o

---

<sup>208</sup>Art. 2º do Decreto 4.207, a Medalha do Pacificador com Palma será concedida pelo Comandante do Exército aos militares e civis brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de suas funções ou

‘herói’ regional será tratado neste trabalho como tenente Camargo, pois foi assim que ficara conhecido através de suas homenagens após seu falecimento.

O Ministro da Guerra também ordenou que em todas as organizações militares do país fosse realizada a missa de 7º dia em homenagem ao tenente Camargo. Na cidade do Rio de Janeiro, o I Exército por intermédio do general Octacílio Terra Uruguai convocou o povo carioca em geral e autoridades civis e militares com sede no Rio para comparecerem a solenidade religiosa em homenagem ao tenente Camargo que ocorreu às 12 horas do dia 02/04/1965 na Igreja Cruz dos Militares.<sup>209</sup>

Na missa de 7º dia que ocorreu na cidade de Francisco Beltrão foi lida a seguinte mensagem que pode ser compreendida como uma liturgia política:

Ao saber dos acontecimentos que se multiplicavam incessantemente, no correr dos dias em direção ao futuro, os fatos vão devagar e perdendo os contornos e lentamente se integram no passado sem memória. Mas há os que viveram os fatos, e os que participaram do seu calor, de sua palpitação de vida e de presença, não esquecem tão cedo o que passou, hoje será a missa de 7º dia pela alma do sargento Carlos Argemiro Camargo, promovido póstumamente ao posto de 2º Tenente, há sete dias, ele tombou, primeira vítima de um bando de alucinados. É assim que começa, é assim que termina. A foto foi colhida no cemitério de Francisco Beltrão. Um soldado ora diante do túmulo que não se esquece, e, sob a cruz, mantém erguido o seu fuzil.<sup>210</sup>

---

no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida.

<sup>209</sup>Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

<sup>210</sup>Leitura da Missa de 7º dia do falecimento do sargento Argemiro Camargo. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. A foto que a mensagem faz referência é a figura 38.



**Figura 38.** Soldado orando no túmulo do tenente Camargo. Sobre esta foto que a homenagem lida na missa de sétimo dia fazia referência. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

A apresentação da **Figura 38** na homenagem da missa de 7º dia de falecimento do militar, intencionalmente ou não, teve uma prospecção enorme na estruturação do conjunto simbólico do episódio. Pois, a memória precisa de imagens e seu esquecimento é, contudo dificultado, “*Neste caso, a memória é parte de uma consciência simbólica, é um sentir mais profundo da vida, do tempo e da identidade*”.<sup>211</sup>

‘*Herói!*’, assim o general Itiberê Gouvêa do Amaral se referiu ao tenente Camargo ao ser o porta voz da Instituição Militar ao explanar o caso a imprensa. Disse ainda em tom

---

<sup>211</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 49.

ameaçador que os “*bandoleiros comunistas*” do coronel Cardim acertariam contas com a Justiça Militar pela morte ocorrida.

Todo povo tem sempre seus mártires. No momento da sua morte, o saudoso sargento Camargo entrou para o Pantheon dos heróis do Brasil, vítima dos comunistas. Mas, o exemplo do sargento Camargo produzirá frutos e permaneceremos como sempre estivemos prontos para darmos aos comunistas a guerra sem tréguas que é necessária em todos os momentos.<sup>212</sup>

Nota-se perfeitamente no discurso dos oficiais-generais, nas ações do Ministro da Guerra o general Artur da Costa e Silva e na homenagem na missa de sétimo dia, a intenção da caserna de que o episódio não caísse no esquecimento e consequentemente perdesse no passado.

Estes são indícios de que estava para surgir uma *memória coletiva*, ancorada e fundamentada na morte de um militar que em breve viria a ser o herói regional. E num contexto político onde o Estado militarizado detinha a manipulação e controle dos meios de comunicação, esta ação ficou facilitada. O Exército se encarregou de ser o agente na operação da memória coletiva na região, transformando o tenente Camargo no herói regional contra os inimigos da pátria.

Pois segundo Martinez,

La utiización de los enemigos como afirmación del grupo es un elemento muy utilizado [...] En el siglo XX la definición de los enemigos de la nación están más claros, ellos son los políticos, los “subversivos”, los partidos internacionales (léase comunista, socialistas) y estudiantes que no respetan la autoridad.<sup>213</sup>

Os militares são caracterizados como defensores da pátria na questão de território quando falha os embates diplomáticos, convivendo com uma construção ideológica da nação diariamente dentro de seus quartelamentos. Entretanto esse discurso ideológico

---

<sup>212</sup>Discurso do general Itiberê Gouvêa do Amaral para a imprensa nacional. Fonte: Livro de Recortes em memória ao sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

<sup>213</sup>MARTÍNEZ, Maria Ximena Alvarez. Brasil y Uruguay: la historia regional em el discurso militar uruguayo. Revista de História Regional. Curitiba, vol. 11, nº 1, p. 29-52, Verão/2006, p. 44.



nacionalista que os distingue se uniu juntamente com aqueles valores destacáveis da vida militar na tentativa de moldar conduta e identificar toda a região (nação). Tal possibilidade de explicação resulta da aproximação do termo Pátria ao ato heróico, guerreiro e de sacrifício vinculados e identificados com o corpo militar.

O sargento Camargo reunia condições que poderíamos considerar o herói *politicamente* correto, militar de comportamento *ótimo* dentro do aquartelamento, casado, religioso, bem visto e quisto perante a sociedade civil e sem militância política. Pois dentro da reestruturação da Academia Militar das Agulhas Negras elaborada na década de 1940 por José Pessoa, a *política* deveria ser deixada de lado pelos militares – pois divide – enquanto a *disciplina* deveria ser enfatizada – pois une<sup>214</sup>. Era perfeitamente um militar idealizado pela ESG golberyana de 1952.

Creio que a principal meta a ser alcançada pela heroicização regional era a afirmação do governo militar perante os civis, enquanto dentro da caserna via se a possibilidade de aumentar a coesão, o espírito de corpo e a unidade interna. Evitando assim o surgimento de novos *lamarcas*, ou seja, evitar a indisciplina e a atuação partidária de militares. Pois pela memória coletiva, o lugar recebe a marca do grupo e o grupo recebe a marca do lugar.

No entanto comportamentos modais revelam uma organização social de uma determinada região e que a noção de valores é indissociavelmente ligada às ações, pois os cânones de julgamento que as pessoas fazem sobre os fatos são empíricos.<sup>215</sup> Ainda, se deve ter em mente a história de colonização que ocorreu quinze anos antes da ação da guerrilha e na qual o Exército auxiliou os colonos não somente na ocupação do espaço, mas no movimento social que se eternizou como o *Levante de 1957*.

---

<sup>214</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 41 e 42.

<sup>215</sup>ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Frederik Barth e a “microistoria”. In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 160.

A morte do sargento Camargo para a sociedade beltronense foi conseqüentemente a perda de um membro da comunidade. Se levada em considerações as circunstâncias, que em uma cidade pequena, onde relações e pessoas se tornam mais próximas, a interação do militar com a sociedade e o próprio histórico do Exército na região durante o período de colonização. Neste sentido, notório e facilitado fica o entendimento da presença da população civil no sepultamento conforme **Figura 36**.

Para Rémond “há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles...”<sup>216</sup>. Desta maneira, podem-se analisar os reflexos da ideologia anticomunista entre a população da região.

Esta ideológica criação do herói regional (tenente Camargo) com diversas homenagens pós-morte, fez com que o povo se sentisse parte do combate, criando-se no Sudoeste o que Pollack chama de *memória coletiva*, pois de acordo com este mesmo autor, “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional a forma mais completa de uma memória coletiva.”<sup>217</sup>

No dia 27/03/1967 foi prestada mais uma homenagem da Organização Militar de Francisco Beltrão ao militar falecido. Desta vez, não era apenas mais uma singela homenagem ao mártir. A mando do Comandante capitão Sebastião R. de Moura<sup>218</sup>, fora construído o túmulo de concreto sobre a sepultura do herói e a cerimônia se caracterizou pela colocação de uma coroa de flores em cima do túmulo pelo sargento Ricieri, o mesmo

---

<sup>216</sup>RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Ed. da FGV, 1996, p. 449.

<sup>217</sup>POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 03-15, 1989, p. 03.

<sup>218</sup>O capitão Sebastião R de Moura era conhecido entre os militares pelo seu apelido, “capitão Curió”, que denunciava o seu gosto pelos treinamentos em selva, sua pessoa fora associada ao pássaro. Porém não se trata da mesma pessoa do major Curió que comandara as Operações de contraguerrilha no Araguaia na década de 1970.

militar que fez o transporte do corpo já falecido do local do combate até a cidade de Francisco Beltrão no ano de 1965. (Figura 39)

Faz-se questão de novamente ressaltar a presença do corneteiro militar tocando no final da solenidade o toque de *silêncio*, tais notas musicais são o diferencial que emociona a maioria das pessoas que presenciam uma solenidade fúnebre militar. Desta maneira ia se moldando, passo a passo, o imaginário social de acordo com o interesse militar na construção de uma imagem confiável e de abnegação de seus homens e da própria instituição.



**Figura 39.** Homenagem do amigo. O sargento Ricieri depositou a coroa de flores no túmulo do tenente Camargo em 1967 com o Comandante o capitão Sebastião R de Moura à direita e com o capacete embaixo do braço o cabo corneteiro. Fonte: Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

As comunidades devem ser distinguidas pela forma que são *imaginadas* e uma maneira é através da exaltação da tradição guerreira, que constitui larga duração no discurso militar vinculados com caracteres mitológicos da comunidade nacional, do povo, da tribo guerreira. Pois nacionalidade se desenvolve com um histórico de “*lucha*”.<sup>219</sup>

---

<sup>219</sup>MARTÍNEZ, Maria Ximena Alvarez. Brasil y Uruguay: la historia regional em el discurso militar uruguayo. Revista de História Regional. Curitiba, vol. 11, nº 1, p. 29-52, Verão/2006, p. 39.

A presença do sargento Ricieri como depositário da coroa de flores no túmulo do tenente Camargo no ano de 1967 pode ser interpretado como uma atitude de resignificação de vivências, haja vista, que foi ele próprio que trouxe o corpo falecido do tenente para a cidade de Francisco Beltrão. O sargento Ricieri naquele momento era mais que um ator social, mas devido o contexto político da época, passava a ser um narrador ativamente capaz de dar testemunho do vivido com detalhes movidos de emoções e sentimentos.

### 5.5 O enquadramento da memória coletiva no Sudoeste

Ao se estudar memórias coletivas que estão fortemente constituídas, como *memória nacional*, deve se aplicar preliminarmente a análise de sua função. A operação coletiva dos acontecimentos e a interpretação do passado que se quer salvaguardar se integra na tentativa consciente de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade.

Assim,

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências.<sup>220</sup>

Baseando-se ainda nos estudos de Pollack, o trabalho de *enquadramento da memória*, ou seja, forjar uma memória comum em um determinado grupo social se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser interpretado e combinados com diversas referências associadas “*guiado pela preocupação de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las*”.<sup>221</sup> A morte do tenente Camargo foi utilizada como uma ferramenta na luta contra a esquerda política que ameaçava o Governo

---

<sup>220</sup>POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 03-15, 1989, p. 09.

<sup>221</sup>Idem.

Militar, por isso a construção do herói e mártir. Esta é a explicação mais lógica para entender a mutação de um homem simples transformado em herói sem disparar um único tiro, e sem ter nenhuma participação destacada na operação de contraguerrilha.

Em uma análise da memória coletiva, devem ser enfatizados diferentes pontos de interatividade que estruturam a nossa memória e inserindo-a na memória da coletividade a que pertencemos. Entre esses pontos podem ser incluídos os monumentos, patrimônios arquitetônicos, datas, personagens históricas, tradições, costumes, folclore músicas e até regras de interação. Desta maneira, acentuam-se as funções e articulações desempenhadas pela memória comum, reforçando a coesão social, não pela forçadamente pela coerção, mas pela adesão afetiva de um grupo, a *comunidade afetiva*.<sup>222</sup>

Assim há um processo de negociação para poder conciliar a memória coletiva com a memória individual. Pois precisa haver pontos de contatos entre elas, a construção da memória sobre uma base comum. No caso do sudoeste do Paraná, houve uma construção de pontos de interligação entre a pessoa do tenente Camargo com a região. Como visto nos capítulos anteriores, a região sempre esteve em constante luta pela posse da terra, essa associação do personagem com o lugar, foi o ponto fundamental para absorção da memória coletiva sobre continuamente em construção.

## 5.6 Alguns lugares de memória

A expressão *lugares de memória* fora criada pelo historiador francês Pierre Nora no final da década de 1970 e início da década de 1980 para abordar e por em evidências práticas culturais, representações coletivas e heróis franceses, sendo logo apropriada por historiadores e cientistas sociais de todo o mundo.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup>POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 03-15, 1989, p. 03.

<sup>223</sup>NEVES, Margarida de Souza. *Lugares de memória da medicina no Brasil*. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm>>. Acesso: 25 de novembro de 2007.

Os lugares de memórias, sobretudo são lugares carregados de memória, representativos perante um grupo expressando sua história e identidade. “[...] *os lugares de memória são simultaneamente (apenas em graus diferentes) nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional.*”. Têm eles a função de desempenhar o papel de manutenção dos liames sociais, de fugir à ameaça do esquecimento.<sup>224</sup>

Podemos dizer que lugares não se limitam a fixar as lembranças e as fixa-las, mas também encarnam uma continuidade de tempo que vai além dos indivíduos e das épocas. A memória dos lugares fixa em um local preciso do qual não se pode separar, gerando representações e auto-identificação.<sup>225</sup>

Segundo Felix, o

[...] temor do esquecimento gera a obsessão pelo registro, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, aniversários, processos verbais, monumentos – santuários associações associados à processos que dão ilusões de eternidade.<sup>226</sup>

### 5.6.1 A rua

Em 1966, portanto aproximadamente um ano após o falecimento do militar em questão, foi aprovado através de uma Lei Municipal que a antiga Rua Londrina que cruza a cidade de Francisco Beltrão iniciando no Bairro Miniguaçu, seguindo pelo Bairro Presidente Kennedy, Centro da cidade, ultrapassando o Bairro Nossa Senhora Aparecida e findando no Bairro Nova Petrópolis, tivesse sua denominação substituída por Rua Tenente Camargo.

---

<sup>224</sup>FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 50.

<sup>225</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 260-261.

<sup>226</sup>FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 50.

Tal denominação constituiu uma linguagem não-verbal de transmissão de memória às gerações futuras, transformada num “*bem simbólico*” ou um “*mediador de memórias*”, representa a resistência ao tempo para que a memória coletiva não se perca. Infelizmente não se poder consultar a Lei Municipal, pois ela se encontrava com os arquivos da antiga Prefeitura Municipal que incendiou no ano de 1966.

### 5.6.2 A lápide

O confronto ideológico da Guerra Fria também deixara vestígio no sudoeste paranaense. Analisando a **Figura 40**, o próprio epitáfio do túmulo do tenente Camargo é uma constatação disto, ela era uma campanha a favor das qualidades de ordem, subordinação, camaradagem e principalmente sacrifício, que foram ameaçados pela “*ação subversiva*” dos guerrilheiros.



**Foto 40.** O epitáfio. Túmulo ornamentado dentro do Cemitério de Francisco Beltrão onde se encontrava sepultado o tenente Camargo até 2005. Fotografado em dezembro de 2004 para este estudo.

Sendo o nacionalismo uma das maiores fontes de identidades para indivíduos contemporâneos, o conceito de nação deve ser ligado as suas cinco dimensões: cultural,

territorial, política, histórica e psicológica.<sup>227</sup> A dimensão territorial-espacial é apresentada no epitáfio, porém dimensão psicológica que se caracteriza pela consciência de formar um grupo, pode ser analisada juntamente, fazendo a junção do espaço-lugar com a ação militar. Essa ligação do Exército e a sociedade pela mesma causa (lugar/espaço) foi o veículo natural para a busca de objetivos coletivos durante toda a estruturação do sudoeste.

Fora colocado pela OM de Francisco Beltrão o epitáfio na lápide do militar falecido o qual fazia alusão à luta contra os subversivos, tal mensagem exaltava seu sacrifício em nome da Pátria, que no imaginário social da comunidade regional pode está compreendida como *terra*.

Os ânimos se sentimentalizaram ainda mais na comemoração do primeiro decênio de falecimento do herói regional quando o comandante da Companhia, o capitão Jorge Batista Ribeiro, resolveu prolongar a solenidade fazendo uma visita ao túmulo juntamente com a tropa e a mãe do falecido Sargento, a senhora Leontina Rodrigues. **(Figura 41)**



**Foto 41.** Homenagem no cemitério. Após a missa dentro da corporação militar, a homenagem terminou com a ida da mãe do sargento Falecido juntamente com a tropa até o cemitério municipal. Leontina Rodrigues em prantos ao lado do Comandante da Unidade Militar de Francisco Beltrão, o capitão Jorge Batista Ribeiro. Fonte: Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

---

<sup>227</sup> GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos*. O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 55 e 56.



Neste instante era importante manter a comemoração como uma maneira ou forma de evitar o esquecimento; lembrar ou relembra que a instituição estava ainda vigilante pela Segurança Nacional contra aqueles que conluíram contra o sistema vigente.

### 5.6.3 Um monumento no quartel

Em 1967 o capitão Sebastião R. de Moura em solenidade pública inaugurou um monumento em memória ao tenente Camargo dentro da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão. **(Figura 42)** Este evento contou com a participação de toda a comunidade, compostas por autoridades regionais com sede no município, radialistas, professores, estudantes do ensino fundamental e população civil em geral.

Através de uma aparelhagem de som improvisada o capitão Moura reviveu a história do tenente Camargo contando-a na forma de narrativa. Em sua locução para com a comunidade, ele expôs novamente os conturbados acontecimentos que agitaram as matas paranaenses no mês de março de 1965, a população mais uma vez revivia o episódio através da versão construída oficialmente. É através da dimensão da oratória lida socialmente como profecia que ocorre a *socialização* através dos imaginários sociais.<sup>228</sup>

Sentir e contar histórias em comum possui o significado de dar possibilidade de criação e fortalecimento comunitário, assim continua Tedesco; a memória coletiva reafirmada

[...] por narrativa, reafirma sua força de transmissão, pois, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita o fato passado para que possa se inserir nova vida em uma tradição comum. [...] O ato narrativo, na medida em que é possível sua elaboração e apropriação, constrói um sentimento de identidade coletiva do grupo e um sentido de pertencimento dos indivíduos, ajuda a conhecer o grupo e a organizar as próprias relações internas.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup>FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação de carisma: a construção mítico-heróico na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998. p. 144.

<sup>229</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 36.

Deste modo a *invenção*<sup>230</sup> do herói não foi movida apenas, pelo interesse histórico, mas estava inserido no processo de construção de *espíritos* daqueles que viviam as conturbações políticas, constituído de elementos que deveriam ser valorizados, apreciados e considerados fundamentais para a construção de uma identidade nacional. Assim se moldou o subconsciente da alma coletiva regional.



**Figura 42.** Monumento no quartel. Inauguração do monumento em homenagem ao tenente Camargo em 1967. Fonte: Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Hoje tal monumento já não existe mais, o aquartelamento teve suas instalações remodeladas conforme a necessidade da tropa por diversas vezes com o passar das décadas, outra hipótese, e mais provável, é que este tenha sido substituído pela construção da Praça Tenente Camargo. O Capitão Moura, consciente ou não, fazia concretizar as palavras que o Ministro da Justiça Francisco Campos proferira em seu discurso em 1940 ao

---

<sup>230</sup>O termo *invenção* usado também usado por Castro, 2002, não possui o sentido pejorativo de inverdade ou mentira. Utiliza-se o conceito de Hobsbawm que o definiu como “tradição inventada” o conjunto de práticas reguladas impostas ou abertamente aceitas, ritual ou simbólica que pretendem injetar certos valores e comportamentos através da repetição, vinculada a um passado legitimador. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

se referir ao monumento em homenagem aos mortos na luta contra os comunistas da Intentona de 1935: “*Este monumento é apenas um sinal. Dele não precisavam os mortos. Ele se dirige sobretudo aos vivos*”<sup>231</sup>.

De acordo com Tedesco,

As comemorações, os monumentos de memória podem auxiliar na formação de uma identidade individual no sentido coletivo do pertencimento, enquanto testemunho concreto de um passado pessoal e familiar.<sup>232</sup>

Desta forma deu início a uma tradição da Companhia de Infantaria de homenagear o tenente Camargo anualmente na data de seu aniversário de falecimento. Havia uma narrativa prevista conforme **Anexo 02**, a qual era lida ano a ano, com pequenas alterações no decorrer destes. Consistia basicamente numa explanação da importância da solenidade, uma breve biografia do herói e descrição do episódio ocorrido no dia 27 de março de 1965 quando o tenente Camargo fora assassinado. Encerrando a narrativa, a fala enfatizava a necessidade de manter-se em alerta e estar pronto para o sacrifício em nome da pátria, ressaltando a importância dos heróis nacionais que com o seu sangue irrigaram a coesão da nação brasileira.

Assim segue um trecho da narrativa:

[...] 31 anos já se passaram e não poderia a 3ª Cia, SENTINELA DO SUDOESTE, deixar de mais uma vez homenagear e externar um profundo respeito à alma de um herói brasileiro morto em combate. [...] Nesta oportunidade em que se comemora o aniversário da morte do 3º Sgt Camargo, concita-nos ao permanente estado de alerta, lembrado que o ini está ativo e não nos poupará o sacrifício da própria vida em qualquer oportunidade.

Assim, não devemos esquecer jamais o dignificante gesto do Sgt Camargo, pois o mesmo encarna a espiritualidade heróica das palavras de um militar brasileiro, no passado: SEI QUE MORRO, MAS O MEU SANGUE E DE

---

<sup>231</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 55.

<sup>232</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 75.

O militar do passado que proferiu a frase referenciada acima foi um dos principais heróis da Guerra do Paraguai, o tenente Antonio João Ribeiro, que morreu numa trincheira junto com onze companheiros resistindo a investidas das tropas paraguaias durante a guerra no atual município de Dourados – MS.

#### 5.6.4 A praça: a sala de visitas e oração do quartel

Já a Praça Tenente Camargo foi construída no início dos anos setenta, à direita da alameda de entrada do aquartelamento de Francisco Beltrão, seu designer imita em auto-relevo, o brasão do Exército, o mesmo que as tropas utilizavam no ombro direito de seu fardamento no período. A praça foi mais um instrumento utilizado para conservar, transmitir, sobreviver, difundir e memorizar o patrimônio cultural, e serve de base também para analisar a história social, que repassada de geração para geração.

Ao centro do monumento, encontra-se um mosquetão Mauser, armamento utilizado pelas tropas do Exército até o início da década de 1970, cravado através de sua baioneta no cimento e com o capacete sobrepondo sua coroa: símbolo do falecimento de um soldado em combate. **(Foto 43)** Tais objetos destacados tornam-se portadores de significados memoriais e devem ser associados a características universais.

A narrativa política doutrinava não só cidadãos adultos, mas também crianças e adolescentes formando memórias infantis, essa memória infantil foi repetida sem mudança ao longo das cinco décadas passadas pelo ator social já adulto, contribuindo para a formação da memória contemporânea. Através da formalização e patrimonialização simbólica um acontecimento individual transformou-se numa auto-representação social da comunidade regional, oriunda da construção ideológica e institucional transmitindo significados simbólicos de pertencimento.

---

<sup>233</sup>Narrativa lida no dia 27 de março de 1996, durante a formatura em homenagem ao herói dentro do aquartelamento de Francisco Beltrão-Pr. **Anexo 02.**



**Figura 43.** Crianças no quartel. Quinhentas crianças das Escolas Municipais brincaram na Praça tenente Camargo em 12 de setembro de 1973 durante as comemorações da Semana da Pátria. Fonte: Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Dentro de uma luta (trabalho) simbólica pelo reconhecimento, a visita de escolas na Praça foi uma ação de mobilização para produzir a unidade real e a crença nesta unidade, tanto no seio do ensino básico como em outros determinados grupos sociais regionais. Portanto, “*as ações de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tende a gerar unidade real.*”<sup>234</sup>

Havia uma exaltação extrema, quase mística do ato heróico, mas nunca direcionada a *pessoa* do tenente Camargo, mas sim ao *militar* tenente Camargo que deixara de ser vítima da ação guerrilheira para ocupar uma posição elevada na condição de modelo a ser seguido, símbolo entre seus pares, tendo acepção tanto dentro do meio militar como no meio civil.

Do ano de 1965 até a redemocratização no início da década de noventa era realizada anualmente uma formatura no quartel de Francisco Beltrão, onde se prestava

---

<sup>234</sup>BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 120.

homenagem ao herói regional e se forjava o espírito dos militares e civis ali presentes, como um exemplo a ser seguido por cidadãos brasileiros. Esse evento sempre contou com a presença maciça da população sudoestina e de seus representantes políticos e judiciários.

Tal recordação cultural servia para reafirmar a própria existência no passado, reforçando a identidade no presente, pois

O papel das datas, dos lugares, dos objetos simbólicos, símbolos externos... é justamente este: garantir a continuidade, a legitimidade, o enraizamento espaciotemporal e confirmar da própria identidade dos grupos.<sup>235</sup>

Ao completar o primeiro decênio de falecimento do tenente Camargo, no ano de 1975, o comandante da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, organizou com o pároco do município uma missa que foi realizada na Praça tenente Camargo, nela compareceram todos os militares e familiares do homenageado. **(Foto 44)**

A Igreja Católica, juntamente com o Exército, sempre se fez presente no Sudoeste do Paraná desde os primórdios da colonização, originando significações através de rituais tanto no campo político como no campo religioso. A fronteira entre a política e a religião sempre foram tênue, pois as duas canalizam a vida social, organizando comportamentos e organização produzindo dinâmicas na construção de identidades.

Muitos grupos têm “*o senso de identidade local promovido por afiliação religiosa*”<sup>236</sup>, isso intensifica quando é uma comunidade imigrante basicamente composta por italianos e alemães como é o caso estudado. Neste contexto um militar cristão morto por “*subversivos, esquerdistas e pagãos*” causou um grande e generalizado impacto na elaboração de juízos de valor do povo sudoestino.

---

<sup>235</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 81.

<sup>236</sup>STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. In BARROS, João Rodrigues (Coord.) *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 51-52.

O que não pode passar despercebido é que a Igreja Católica também foi uma nascente produtora de valores, normas e sistemas de representações sociais, não tão somente na região. Com certeza a presença da igreja dentro do aquartelamento, operando no imaginário religioso através de suas tradições ritualísticas agregada de significados, fundamentou a representação militar na área. Desta maneira o imaginário religioso ganhava dimensão política, usada como um reforço efetivo pela instituição, servindo de agregação e fortalecimento do coletivo regional.

Desde a intentona Comunista de 1935 se desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista dentro e fora das Forças Armadas. Desta maneira em alguns momentos do governo militar havia a constante participação da Igreja Católica na propagação de tal ideologia.

Castro nos ensina que

Católicos, liberais, militares, empresário, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do “perigo comunista”, geralmente de curta duração.<sup>237</sup>



**Figura 44.** Uma missa. Em memória ao tenente Camargo realizada na Praça tenente Camargo dentro do aquartelamento de Francisco Beltrão fora realizada uma missa, onde os militares com seus capacetes acompanhavam nos folhetos a leitura do cerimonial católico. Fonte: Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

---

<sup>237</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 51.

A OM de Francisco Beltrão tomou por iniciativa realizar as formaturas e solenidades públicas na Praça Tenente Camargo, somente as formaturas de caráter interno foram realizadas no interior do aquartelamento, a praça tornou-se um ponto de referência para o encontro com o público externo. **(Foto abaixo)**



**Figura 45.** Formatura na praça. Em 1985 a passagem de comando do capitão Vicente Carlos Marques para capitão Nilton Nunes Ramos. Solenidade pública realizada na Praça Tenente Camargo. Fonte: Álbum Histórico do museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Tedesco afirma que

A tradição necessita da rememoração, de um fato importante vivido por uma ou várias pessoas para ganhar corpo e continuidade no tempo. A reconstituição de uma tradição geralmente é feita com recursos mediadores dos ritos e dos símbolos. As pessoas ou grupo que recorrem à tradição normalmente o fazem com a intenção de dar sentido ao presente, objetivando responder às provocações do tempo presente.<sup>238</sup>

Tais cerimoniais permitiram uma evocação do passado que permaneceu além das mudanças sociais das últimas décadas, e seu ponto culminante foi à construção de uma identidade social do Exército na região. Talvez isso ajude explicar o motivo que a

---

<sup>238</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 67.



população civil aprecia com tão bons olhos a instituição militar e a incorporação de seus filhos e descendentes na Subunidade Militar de Francisco Beltrão.

Castro analisa da seguinte forma os cerimoniais militares:

Comum a todos os casos seria a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico.<sup>239</sup>

Além do mais, teóricos do nacionalismo afirmam que as nações precisam de uma narrativa com a qual se identificar, uma narrativa que seja apoiada e revivida pelos rituais comemorativos, desta maneira surgem as identidades fortes oriundas quase sempre de lutas e oportunidades. Assim sendo os atos de apropriação seletiva de significados habilitam a construção de símbolos que marcam identidades.<sup>240</sup>

### 5.6.5 O patronato

No ano de 1978, a EsSA - Escola de Sargentos das Armas localizada na cidade de Três Corações - MG formava uma turma de 3º Sargentos que tinha como patrono<sup>241</sup> e

---

<sup>239</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 11.

<sup>240</sup>STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela j. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. In BARROS, João Rodrigues (coord.) *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 44-45.

<sup>241</sup>No ano de 1923, surgiu no Exército brasileiro a tradição de batizar a turma recém formada. O General Aurélio de Lyra Tavares em depoimento diz que a idéia original de “batizar” a turma foi do coronel francês Pierre Béziers La Fosse, que se encontrava na Escola Militar do Realengo como conselheiro da Missão Militar Francesa, que chegara ao Brasil em 1920. Conversando com esse militar os alunos brasileiros haviam aprendido tradições e costume militares da França, como o de serem as turmas das escolas militares identificadas não apenas pelo ano de sua formatura, mas principalmente pela denominação de um patrono, em geral o nome de um grande chefe militar ou de uma batalha famosa, escolhidos para servir de inspiração aos novos oficiais. A idéia, segundo Lyra Tavares, teria sido acolhida com entusiasmo pelos alunos em 1923. A palavra francesa “*patron*” tem

nome histórico “*Tenente Camargo*”. Entre os integrantes dessa turma encontrava-se o 3º sargento de Infantaria Lourenço Rômulo Innocêncio Junior, que por força do destino 28 anos após sua formatura, ocupando o posto de 1º tenente viria a ser o curador do Museu Tenente Camargo e chefe da equipe que executou a exumação dos restos mortais do herói.

#### 5.6.6 À vista dos viajantes

Outro elemento simbólico importante fora erguido no início do ano de 1985, o monumento em memória ao tenente Camargo, na Rodovia Estadual 182 entre a cidade de Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia, exatamente no local do combate com as tropas guerrilheiras e por consequência, onde faleceu o referido militar. A manutenção e limpeza deste monumento são de responsabilidade da OM de Francisco Beltrão. Tal monumento é facilmente avistado por quem se desloca no sentido Francisco Beltrão - Cascavel, no lado esquerdo da rodovia. **(Foto a seguir).**

Além de ser um ponto de produção visual a localização e identificação específica do monumento o transformou num patrimônio de memória cívica, tendo dimensão de construção histórica sendo simbolizado e caracterizado como patrimônio coletivo pertencente ao grupo. Tomando forma de uma representação social e herança, é pronúncia de uma expressão política de forma imagética.

---

o duplo sentido de “patrono” (protetor) e “padrão” (modelo). O termo patrono não existia até então na tradição militar brasileira. CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 18.



**Figura 46.** Monumento em memória ao tenente Camargo. Foi construído na década de 1980, localizado na estrada que liga Francisco Beltrão a Capitão Leônidas Marques, local do confronto com as tropas do ex-coronel Cardim onde ocorrera a morte do tenente Camargo.

O monumento ao tenente Camargo é um sinal do passado que evoca ao tempo presente posturas através do legado histórico nacionalista. A ligação entre monumento e memória se dá pela tentativa de materializar uma forma simbólica aliada a implícita utilização de um lugar preciso, por isso os

[...] os monumentos são sempre mediadores de memória. Glória, fama, alegoria, valor cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas... são algumas das expressões medianas pelo monumento de memória.<sup>242</sup>

Entretanto no mesmo período/data de construção do monumento na rodovia, mudava as ações no cenário nacional. Em 1983, houve o primeiro sinal de mutação que transformava a ameaça comunista em apenas um episódio histórico, não sendo vista como algo presente. Com a reabertura democrática e a transição para o governo civil fizeram

---

<sup>242</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 79.

entrar em declínio as comemorações anticomunistas, havendo um relaxamento dos ideários políticos tanto na esquerda como na direita brasileira.

Um fato interessante a este respeito foi o ocorrido na comemoração da Intentona Comunista de 1935 no ano de 1983 quando

[...] a surpresa e sensação da cerimônia foi a presença do governador do Rio, Leonel Brizola, que assistiu á cerimônia ao lado do presidente, general Figueiredo, e dos ministros militares. Entrevistado, Figueiredo declarou ser favorável à legalização do Partido Comunista.<sup>243</sup>

A suspensão gradativa das comemorações anticomunistas possuía um intuito claro e evidente, “*apaziguar os ânimos e desarmar espíritos*”.<sup>244</sup> Neste instante a história mística já havia perdido a função de estabilizar politicamente uma nação, não havendo mais a necessidade de puxar símbolos do passado para o presente.

De acordo com os escritos de Castro, em 1996 em uma iniciativa que partiu dos próprios militares, através de uma ordem do dia afirmou-se que o comunismo havia chegado ao fim. E, portanto, os heróis que serviram de exemplo ao “*sentimento anticomunista*” poderiam descansar em paz, pois sua missão havia sido cumprida. Como a luta havia sido vencida não havia motivos para a continuação ou renovação das cerimônias.  
245

Tal intenção fora afirmada pela ordem do dia do general Gleuber Vieira que no ano de 1999, por ocasião da comemoração da Intentona Comunista se pronunciara da seguinte maneira:

Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atizar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas.

---

<sup>243</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 62.

<sup>244</sup>Idem, p. 63.

<sup>245</sup>Ibidem, p. 64.

É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos.<sup>246</sup>

Aos poucos os cerimoniais anticomunistas foram dando espaços a uma nova formatura, o Dia do Exército; comemorado em 19 de abril, data da Batalha de Guararapes (19/04/1648), que foi a principal batalha no processo de expulsão dos holandeses do Brasil. Agora se trata não de um inimigo interno, mas de um invasor estrangeiro.

Pelo que se pode apurar em análise iconográfica do Álbum Histórico da Unidade de Francisco Beltrão, essa tradição de cerimoniais, apesar de vir perdendo força gradativamente ao longo dos anos, só foi quebrada definitivamente com a substituição da tropa de infantaria pela cavalaria oriunda de Passo Fundo-RS no ano de 2000. Ao se instalar em Francisco Beltrão o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado possuía tradições próprias e não estava integrado com a história das tropas de infantaria que ocuparam a cidade desde 1954.

### 5.6.7 A criação do museu

No ano de 2005 a OM de Francisco Beltrão estava sob o comando do Major de Cavalaria Marcílio Muniz da Silva, dentro das prioridades deste comandante estava a construção do Museu Militar do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Para isso foi recondicionada uma das casas da antiga Colônia Agrícola Nacional General Osório, construída ainda na década de 1950.<sup>247</sup> Esta casa foi transportada para as proximidades da Praça Tenente Camargo e assim transformada em museu. **(Foto 47).**

---

<sup>246</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 67.

<sup>247</sup> A cidade de Francisco Beltrão possui dois museus: O museu dos “pioneiros”, localizando no Parque de Exposições Jaime Kanner Junior é organizado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Francisco Beltrão, e o museu Tenente Camargo localizado dentro das instalações do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, organizado pelo próprio quartel. Uma curiosidade sobre essas casas é que as duas casas fazem parte das antigas instalações da CANGO, foram transferidas inteiras do local original para a sede atual.

Hoje o museu encontra-se ainda em processo de autorização do escalão superior do Exército esperando sua legalização. A proposta de criação do museu, a qual foi elaborada pelo historiador e militar 1º tenente Rômulo Innocêncio Junior e despachada pelo major Marcelo Lorenzini Zucco sugeriu a denominação de “Museu Tenente Camargo”.

No contexto da política atual a criação do museu pela OM não possui mais a intenção de eternizar a figura do tenente Camargo no Sudoeste paranaense como mártir da luta contra o comunismo, nem dentro da ideologia militar, um *exemplo* a ser seguido pelos militares e cidadãos brasileiros, o herói já cumpriu essa função.

Acredito que hoje essa ação que, no entanto não deixa de ser uma ação política, tem mais a intenção de reafirmar os militares como grupo perante a comunidade local.<sup>248</sup> Por este motivo apesar de concordar com Santos(1998), desconsidera-se o seu apontamento de que o “Estado brasileiro tem sido, ao longo dos anos, o principal mentor e “feitor” das instituições museais”<sup>249</sup>, sendo uma política oficial do governo, utilizando museus como suporte utilizado pelos chamados “*intelectuais do patrimônio*” para evocar a idéia de uma nação unificadora.<sup>250</sup> Talvez, este não seja o caso local.

O museu militar recebe frequentemente visitação de escolas, que além de conhecerem seus acervos as crianças visitam o restante do aquartelamento.   evidente em que todos os museus militares possuem viés ideológico por se tratar de um grupo de identidade forte e distinto, tendo suas fun es celebrativas e evocativas. No entanto não deve ser compreendido como um *doutrinador* de crian inhas, se analisar como se

---

<sup>248</sup>Deve ser considerado que dentro do atual plano de carreira do Exército o comandante que defende os interesses da institui o, entre eles o regate histórico através da cria o de museus e estandartes históricos, possui um melhor conceito perante seus pares para a futura promo o, isso explica o esforço incessante de alguns comandos.

<sup>249</sup>SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na constru o de uma “identidade nacional”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: constru o de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998. p. 179.

<sup>250</sup>Idem, p. 181.

“produzem os mitos, memórias e identidades, com que elementos, que efeitos provocam, que motivações o acionam, por que transformações passam [...]”<sup>251</sup> a análise de seu acervo constitui uma excelente aula sobre memória patrimonial, portanto deve ser aproveitada.



**Figura 47.** Acervo do museu. Parte do acervo do Museu tenente Camargo e o quadro em tela da imagem do tenente Camargo. Montado para este estudo.

No entanto o trabalho sobre o herói tem que ser consideravelmente analisado, pois é “*um homem extraordinário por seus feitos guerreiros, seu valor e sua magnanimidade*”, é aquela pessoa com que as crianças se identificam e desejariam “*ser*”.<sup>252</sup> Deve ser entendido e analisado o processo que erige indivíduos em centros de responsabilidades, decisão e ação, pois não “*esqueçamos que a maioria dos heróis termina sua vida muito mal, e muitas vezes muito cedo*”<sup>253</sup>.

---

<sup>251</sup>MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Mito e Museu: reflexões preliminares. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998. p. 51.

<sup>252</sup>SEFFNER, Fernando. O herói e o mito no espaço da sala de aula de história: algumas impressões. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998. p. 195-199.

<sup>253</sup>Idem, p. 204.

### **5.6.8 O Clube sargento Camargo**

No dia 01/06/2006 fora criado através do consenso entre os graduados do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado de Francisco Beltrão-PR o CERB- Clube Esportivo Recreativo e Beneficente Sargento Camargo, tendo como primeiro presidente e sócio fundador o 2º tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais Ney Armando Ribeiro. Apesar da grande maioria dos clubes militares serem basicamente formado pelos subtenentes e sargentos, este abrangia o círculo hierárquico dos oficiais e soldados, devido o aquartelamento possuir um efetivo reduzido se comparado a outras Organizações Militares.

Utilizando-se das antigas instalações do clubinho militar o CERB oferece aos militares e civis no centro da cidade de Francisco Beltrão uma pista de atletismo, campo de futebol, quadra de voleibol de areia, quiosque para churrasco e salão para festas e confraternizações. É em suas instalações que ocorrem a maior festa aberta da região, a festa Julina do Quartel, que chegou a atingir em seus três dias de festas um pico de nove mil pessoas diariamente.

O CERB não possui fins lucrativos, por isso todo o retorno financeiro é aplicado nas suas instalações e ou nas instalações do próprio aquartelamento. É eleita anualmente uma diretoria composta por militares do esquadrão, os quais acumulam funções com as que já exercem. Em verdade é uma maneira legal encontrada pelos militares de amenizar as faltas de verbas para manutenção das instalações, as quais estão cada vez mais constantes nas Forças Armadas.

## **6. O HERÓI RETORNA A CASA**

A partir de agora segue um relato narrativo das atividades que presenciei e ajudei a executar que foram um dos motivos dos quais me instigaram a procurar desenvolver esta dissertação, pois o olhar de historiador e o papel de analista social nos despertam para determinadas coisas e estava nítido que por trás de desta solenidade militar havia significados que regularam as relações sociais de uma época determinada.

Estava tudo pronto e acertado com os conformes da lei e autorização da família, então no dia 10/11/2006 a equipe liderada pelo tenente Rômulo executou a exumação do corpo do tenente Camargo. Tal atividade exercia um caráter quase místico, significava tira-lo do túmulo e transportá-lo ao seu “templo sagrado”: o quartel.



Por volta das oito horas da manhã do dia 10/11/2006 encontrávamos no Cemitério Municipal para realizar a exumação, o tenente Rômulo levou consigo a urna funerária a qual ele mesmo havia fabricado em madeira de lei, vernizada e selada para resistir por longa data a ação do tempo. Nela ir-se-ia depositar os restos mortais do herói.

### **6.1 A exumação aponta uma zona de sombra**

Os trabalhos de exumação foram iniciados logo após o contato com o responsável e os funcionários do Cemitério Municipal, os quais até certo momento acompanharam os trabalhos. O pontapé inicial foi a quebra dos ornamentos que estavam em cima do túmulo. **(Foto 48)** Todos os momentos deste episódio foram registrados através de fotografias e gravações realizadas pelo 3º sargento da Reserva João Olivo, eis ai, a origem do material utilizado como fonte de pesquisa.

Nos instantes iniciais de escavação surgiu a primeira surpresa, o tenente Camargo havia sido enterrado em uma cova, ou seja, o túmulo era superficial, e isso significava que a nosso trabalho poderia durar bem mais do que havia sido planejado.



**Fig. 48**



**Fig. 49**



**Fig. 50**



**Fig. 51**



**Fig. 52**

E assim se cumpriu, com o passar dos anos o Cemitério Municipal havia sido reestruturado três vezes, encontramos três níveis de calçada antes de chegarmos ao caixão, e pairava entre nós o medo de que o corpo estivesse embaixo de outra capela mortuária que havia sido construída atrás do túmulo na década de 1980. Já esta já ultrapassava de 1,5 metros de profundidade e a dificuldade aumentava. Ao se aproximar das onze horas da manhã o tenente Rômulo resolveu pedir reforços ligando para o cabo Leomar Rippel, o referido militar encontrava-se em férias, mas atendeu o chamado apresentando-se prontamente para ajudar em questão de minutos.

Por volta do meio dia o tenente Rômulo encontrou o primeiro pedaço de madeira da tampa do caixão, neste instante o trabalho se tornou mais minucioso ainda. Com o cuidado de um arqueólogo, o tenente Rômulo fez questão de remover pessoalmente a terra e os restos mortais. Porém, 41 anos enterrado em terra fofa não nos apresentava muitas expectativas de encontrar ossadas em perfeitas condições.

Os primeiros ossos surgiram juntamente com a madeira em decomposição, não havia mais fundo, nem lateral do caixão, apenas a tampa e as alças de transporte, misturando-se com terra e fragmentos de farda. Os únicos ossos de grande porte encontrados inteiros foram os fêmures.

Neste momento o trabalho de exumação se dava da seguinte maneira, o tenente Rômulo dentro do túmulo recolhia o material, alcançando-me para que fosse acondicionado dentro da urna. Enquanto isso o cabo Rippel realizava a seleção dos fragmentos de ossos, dentes e vestuários que estavam misturados com a terra através de uma peneiragem ao lado do túmulo.

Os trabalhos se prolongaram até aproximadamente às 14h00min horas, reunindo alguns curiosos que passaram por ali. A cada instante o cabo Rippel e o tenente Rômulo encontravam mais um fragmento misturado com a terra. Não queríamos, nem nos permitimos deixar nada para trás; sapatos, meias, botões, dentes, dentaduras, tudo era acondicionado na urna, enquanto os restos do caixão em decomposição foram destinados à lixeira do cemitério.

Inspecionando novamente todo o ambiente e a terra removida, demos por encerrados os trabalhos, o tenente Rômulo junto com sargento Costa Gama lacraram a urna

com parafusos. Restou a mim e ao tenente Rômulo transportar a urna até o *ossário*<sup>254</sup> do cemitério, onde lá ficou guardada até o dia do traslado.

Félix em seus estudos sobre História e memória já nos alertara sobre as *zonas de sombras*, ou seja, os silêncios e não-ditos, originados pelos discursos que são decorrentes da angústia de não encontrar escuta, demonstrando o medo dos indivíduos ou dos grupos sociais de serem punidos ou de se exporem a mal entendidos. Por isso o historiador deve estar vigilante quanto a “[...] o uso do esquecimento com a possibilidade de manipulação da memória e suas apropriações por interesses políticos”.<sup>255</sup> Além do mais o trabalho de construção do esquecimento pelos grupos é fundamental por que se trata da eliminação de lembranças individuais que os grupos não interessam mais.<sup>256</sup>

A segunda surpresa na exumação foi uma marca no fêmur. **(Figura 53)** Já era sabido que o tenente Camargo havia sido alvejado por dois tiros, um no abdômen e outro na perna, sendo a causa de sua morte. Para ser caracterizada uma decomposição óssea a proporção da deformação deveria ser maior e não tão delineada; considera-se também que não há indícios de decomposição no restante dos dois ossos. Numa análise sumária leva-se a crer que seja o arrebentamento de um projétil.

Na **Figura 53** em que aparece o fêmur, observa-se o orifício e do mesmo lado fica evidente a presença dos côndilos medial e lateral, sendo que estes se localizam na parte posterior, podendo-se concluir que o projétil foi lançado por trás. O tenente Camargo fora assassinado pelas costas.

---

<sup>254</sup>Depósito subterrâneo onde ficam os ossos acondicionados em caixas, é uma espécie de albergue, ou seja, o destino dos restos mortais quando os familiares não continuam contribuindo para a manutenção do cemitério através das taxas municipais.

<sup>255</sup>FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 45.

<sup>256</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 210.

Segundo Castro ocorre algumas *batalhas da memória* o que proporciona uma diversidade de passados; e a história nacional nem sempre é a única ou a melhor medida daquilo que as pessoas sabem sobre seu passado. Neste sentido, segue o autor, a formalização de *uma memória oficial*, opera fazendo *seleções*, deixando de lado outras possibilidades, talvez menos (ou mais) convenientes para o momento.<sup>257</sup>



**Figura 53.** A “zona de sombra”. Fêmures, sendo que o esquerdo encontra-se com uma marca de arrebentamento.

---

<sup>257</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 37-57.

Sempre houve relato dentro do aquartelamento do Exército de Francisco Beltrão, vindo particularmente dos militares mais antigos, de que o tiro que matara o tenente Camargo fora tiro amigo. No entanto nunca ninguém se manifestou formalmente sobre o assunto, talvez pela complexibilidade do mesmo, pois ao se tratar em um caso político que ocorreu durante o governo militar, os participantes ainda estão vivos, medo de represálias ou punições, tudo isso ainda possui reflexo no tempo presente.

Evidentemente que se este fato por ventura ocorreu não fora intencional, e provavelmente tenha sido um acidente. Mas tens a convicção de que fosse verdadeira esta hipótese não vazaria em pleno governo militar. Admitir uma notícia (erro) deste porte no contexto de conturbação política em que o país vivia era admitir a incompetência das forças militares nas operações de contraguerrilha.

O que se apresenta aqui são apenas hipóteses baseadas nas conversas informais que perambulavam dentro do aquartelamento de Francisco Beltrão. O fato do fêmur do tenente Camargo ter sido atingido pela retaguarda não comprova que este tenha sido alvejado por tiro amigo. Poderia muito bem este militar encontrar-se em fuga durante o combate.

Porém como descreve o vago Relatório do tenente Lemos<sup>258</sup>, o então sargento Camargo durante o deslocamento, ocupava a cabine do primeiro caminhão do comboio, quando foram alvejados pelos disparos da emboscada guerrilheira, os soldados que se encontrava na carroceria desceram atirando, ficando o tenente Camargo entre o fogo cruzado das tropas guerrilheiras e dos seus próprios companheiros. Não pode ser descartada completamente a hipótese da morte por fogo amigo, porém, é praticamente impossível comprovar uma afirmação deste nível.

No entanto, sabemos que uma das funções da memória política e coletiva de um grupo é a de ajustar *ciclos e tempos históricos de ações*. E que nestes processos políticos e históricos das sociedades sempre se fizeram presentes as “*memórias condicionadas, reprimidas, não enquadradas e não lembradas no coletivo histórico*”. Sendo assim, “a

---

<sup>258</sup>Comandante do Pelotão de Infantaria que o sargento Camargo estava subordinado durante o combate guerrilheiro.

*memória coletiva pode ser induzida a esquecer e/ou a não ser justificada pela lembrança e por ações de ordem política, jurídica, criminal e ideológica”.*<sup>259</sup>

## **6.2 O translado e o cerimonial de inumação**

No dia 17/11/2006, em formatura geral no 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, fora realizado translado dos retos mortais do tenente Camargo que se encontravam no ossário do Cemitério Municipal de Francisco Beltrão até a Praça tenente Camargo no interior das instalações do quartel.

O quartel se preparou para receber o herói, sua praça foi limpa, repintada; efetuados também alguns serviços de jardinagem e ao centro do Brasão das Armas onde ficava o fuzil Mauser foi remodelado pelo pelotão de obras um local para que fosse acondicionada a urna funerária.

Antes de sair do cemitério a solenidade já estava sendo acompanhada pelos meios de comunicação regional: rádios e emissoras de tv sucursais. Em nome do Comando da Unidade o tenente Rômulo concedeu várias entrevistas, tanto antes como depois da cerimônia, explanando e relembando o contexto que envolvera a morte do herói. **(Figura 54)**

Um tópico importante que deve ser ressaltado é que em todas as entrevistas foram excluídos os termos “Brizola” e “comunistas”. Houve um pedido do Comandante major Zucco que não fizesse referencia a estes termos, segundo ele não havia intenção de alimentar antigos conflitos políticos, mas sim lembrar o ato heróico do militar que cumpriu o juramento de “DEFENDER A PÁTRIA, SE PRECISO FOR, COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA!”.

Ao término das entrevistas concedidas pelo tenente Rômulo, juntamente com algumas fotografias para registrar o fato, ajudei a transportar a urna funerária até o portão do cemitério onde os restos mortais do tenente Camargo foram carregados numa Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – URUTU. **(Figura 55).**

---

<sup>259</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 33.





O itinerário percorrido na realização do translado da urna funerária teve a escolta de três viaturas da Cavalaria Mecanizada, uma Viatura Blindada de Reconhecimento-Cascavel guiada pelo 2º sargento Andrei Albertus Otto Von Trompczynski e eu como chefe de viatura, éramos a ‘testa’ da escolta. **(Figura 56)**

Seguido por nós vinha a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal guiada pelo cabo Tiago José Fernandes de Mattos que trazia além da urna funerária o tenente Rômulo como chefe de viatura e a guarda de honra. Fechando o comboio, mais uma Viatura Blindada de Reconhecimento guiada pelo cabo Evandro Carlos Flores tendo como chefe de viatura o 2º sargento Luis Sidnei Barcelos Pereira.

Na entrada do quartel continuou o cerimonial militar, desembarcamos a urna e transporte-i-a pela alça esquerda enquanto o tenente Rômulo a segurou pela alça direita, fechando um quadrado a nossa volta ficou a guarda de honra composta por quatro lanceiros, o cabo Paulo Ricardo Rafagnin e o cabo Cleverson Burati postaram-se a nossa frente, enquanto o soldado Josimar Suchenski e o soldado Gilcemar Granela tomaram posição à retaguarda da urna. **(Figura 57).**

No portão das armas, entrada principal do quartel, o ‘herói’ recebeu a continência da guarda composta por um sargento e quatro soldados que executaram o movimento de ‘*ombro arma*’. Continuamos marchando e seguimos em direção a praça, e mais uma vez uma atitude nos surpreendeu.

Quando chegamos à Praça Tenente Camargo, um senhor grisalho nos comoveu abraçando fortemente a urna funerária contra o próprio peito, chorando, murmurava “*meu amigo*”. Mais tarde fomos saber que o senhor grisalho era na verdade o cabo Sérgio Bonetti, que havia servido o Exército desde 1959, o militar que aparece na **Figura 57** é o mesmo da **Figura 27** segurando o bumbo com a bandeira do Brasil na coluna do meio na Banda Militar em 1959.

O ex-cabo Bonetti era um dos militares que acompanhava o pelotão de 1965 na cruzada pelo Sudoeste em perseguição ao grupo guerrilheiro, portanto, estava ao lado do tenente Camargo no momento de seu falecimento.



**Fig. 58**



**Fig. 59**



**Fig. 60**



**Fig. 61**

Quem presencia uma cerimônia militar dificilmente não se sente envolvido pela onda de tradição que rege o evento. Tais construções culturais possuem diversos elementos que resgatam o passado. Esta, porém, ainda possuía um quesito ainda mais especial, tratava-se da inumação de um militar do “*tempo presente*”<sup>260</sup>, que possuía amigos e conhecidos entre os convidados.

Identificações sociais, nostalgias, superações, narrações e reproduções de vividos se mesclavam e se ritualizavam através da representação presentificada durante o cerimonial de inumação do tenente Camargo. Costurou-se sobre um eixo simbólico o fato; tempo-espço, narrativas e objetos legitimaram a trajetória e a realização do evento militar com valorização reconhecida pelo grupo de militares e população civil. Tal cerimonial de inumação dos restos mortais do *herói* regional prosseguiu após alguns instantes de comoção. Ainda não recuperado e em prantos, o cabo Bonetti assistiu o restante da formatura passivamente. **(Figura 59)**

A formatura movimentava a seção de Relações Públicas do quartel a uma semana de antecedência. O 3º sargento Costa Gama e o cabo Rafael Mello, que trabalhavam nesta seção, ficaram responsáveis para mobilizar autoridades civis, jurídicas e militares da região, bem como os meios de comunicação regional, professores de história, alunos do ensino fundamental, acadêmicos e militares que vivenciaram os conflitos da época. **(Figura 58)**

Foi convidado e compareceu ao evento o Professor Jackson, Coordenador pedagógico do Colégio Nossa Senhora da Glória, fazendo se acompanhar de professores e alunos da 7ª e 8ª Série do Ensino Fundamental. Fora no Colégio Nossa Senhora da Glória, antigo Colégio das Irmãs, onde o tenente Camargo ministrara aulas de voleibol durante a primeira metade da década de 1960. De maneira diferenciada é claro, mas ainda em 2006, a instituição continuava realizando a *paidéia* regional, utilizando como instrumento de produção: a memória. **(Figura 59)**

---

<sup>260</sup>O conceito de história do tempo presente se refere aos acontecimentos das últimas quatro ou cinco décadas, onde atitudes e atores ainda regem influência na sociedade atual e seu estudo “*constitui um lugar privilégio para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social.*” FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Perópolis, v. 94, n° 3, p. 111-124, maio/jun., 2000, p. 122. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/)> Acesso em: 25 de julho de 2006 as 14hrs00min.

Segundo Lovisolo (1989) a sociedade aceita algumas instituições e costumes os quais julgam positivos, selecionam hábitos que consideram bons e os inculcam nas suas crianças, no entanto nem sempre estes hábitos são produtos do discernimento da consciência de cada um. A formação do cidadão é trabalhada através da formação de consciência histórica e cívica; modelos, vidas exemplares, rituais cívicos entram nesta formação constituindo um ser nacional, de classe e regional, munido com noções de valores, ordem, lei e justiça. <sup>261</sup>Assim que ocorre a valorização da memória como identidade.

A esposa do tenente Camargo, Maria da Penha de Camargo, foi convidada, mas recusou o convite de participar da cerimônia alegando não estar em condições de saúde para se deslocar de Curitiba para a cidade de Francisco Beltrão. Seu filho também residente na capital do Estado do Paraná, Carlos Argemiro de Camargo Junior<sup>262</sup>, médico patologista, agradeceu a atitude do Comando Militar de Francisco Beltrão, mas por motivo de trabalho não pode comparecer.

É evidente que Maria da Penha também possui motivos financeiros para não comparecer ao aquartelamento, pois esta ainda recebe a pensão do falecido, mesmo constituindo união estável, o que não é permitido por lei.

Representando a família do militar homenageado compareceu a formatura a Senhora Marines Bósio, sobrinha do tenente Camargo, com seu filho adolescente. Marines é professora do Ensino Fundamental na escola municipal do Bairro Cango em Francisco Beltrão. **(Figura 60)**

Terminada a dobragem da bandeira, esta foi entregue ao soldado Rudinei Hellmann Kammer, então baixamos a urna funerária ao centro do brasão das armas. Enquanto esta cena ocorria, o 3º sargento Fernando Bezerra dos Santos executou 03 (três) tiros de festim com sua guarda fúnebre compostos por seis soldados. Era a segunda vez que o herói

---

<sup>261</sup>LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 16-28, 1989, p. 16-28.

<sup>262</sup>Formado em Medicina, Pós-Graduado no Canadá e Doutor em Medicina nos Estados Unidos, fora convidado a permanecer nos EUA como pesquisador, mas por motivos pessoais decidiu clinicar no Brasil, trabalha na cidade de Curitiba-PR.

recebia a mesma homenagem, uma em 1965 (conforme **Figura 36**) e neste instante, quando retornava ao quartelamento 41 (quarenta e um) anos depois. (**Figura 61**)

Ao lado direito da banda militar encontrava-se o restante da tropa, a qual assistia ao cerimonial, ouvindo o toque de silêncio executado pelo clarim do cabo Joel Couto Dias.

Dando seqüência, baixamos a tampa de concreto construída para obstruir o descanso do herói, o cabo Rippel trouxe a tampa da lápide confeccionada em mármore que contia o epitáfio. (**Figura 62**) Ao mesmo instante o sargento Costa Gama colocou o fuzil Mauser e o capacete, agora restaurado pelo tenente Rômulo, e cravando-o novamente sobre a placa de mármore.



**Figura 62.** Lápide, em mármore que cobre a urna funerária onde repousa os restos mortais do tenente Camargo.

O exército como instituição nacional promoveu e idealizou ações com o intuito de valorizar e nutrir a memória regional. Tal memória foi fundamental para o sentimento nacional e elaboração de consciência política e identidade comunitária dentro de um pensamento romântico da construção do herói, utilizando para isso uma série de conjuntos simbólicos.

### 6.3 Narrativa e testemunhos no cerimonial

As narrativas possuem uma imensa potencialidade na construção de identidades e de processos históricos quando estes são elaborados por sujeitos engajados e envolvidos, é através delas que as lembranças deixam de serem vivências fragmentadas sendo incorporadas pelos atores sociais. Principalmente quando se apossam da dimensão do sofrimento ou da violência vivida.

Desta maneira, a narrativa também consiste em organizar materiais em seqüência cronológica, concentrando o conteúdo em uma única história coerente, assim torna-se descritiva analisando o homem, rumo a valores e rituais políticos, se manifestando através do tempo através de imagens produzidas e ao mesmo tempo produtoras de influências de grande peso na memória política de uma coletividade.<sup>263</sup>

O tenente Rômulo apresentou-se no púbcio da formatura militar onde realizou a leitura da biografia do herói enfatizando seu ato de bravura e o cumprimento do juramento que todo soldado faz ao assumir o compromisso no dia do ‘Soldado’, de “*defender a Pátria com o sacrifício da própria vida*”. A leitura proferida por este militar não tinha apenas a intenção de divulgar conhecimento sobre o tenente Camargo, mas sim, estabelecer uma relação entre o passado, representado pelo herói, com o presente, pois, “*a retórica empregada no uso de capital simbólico deriva-se de um conjunto paralelo de retóricas usadas na criação de consciência histórica*”<sup>264</sup>

Ao mesmo tempo Rômulo estava sendo em 2006, o porta-voz de uma causa política que mobilizou as Forças Armadas do Brasil por um longo período de Guerra Fria, e através de sua linguagem a memória estava sendo mais uma vez socializada e evocada, porém agora não havia mais a intenção de mobilizar massas contra a ameaça comunista, mas sim heroicizar novamente o tenente Camargo.

---

<sup>263</sup>VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus: Revista de História*, v. 3, n. 1, p. 84-97, Juiz de Fora, 1994, p. 93.

<sup>264</sup>STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 56.

Era um discurso de linguagem engajada, mobilização, de ativismo, de dimensão ufanista, legitimação de ações e de uma memória política que brotava e emergia de testemunhos dentro de um quadro de sociabilidade, que foi capaz de reconstruir fundamentação comum afetivamente entre a memória individual dos soldados e dos “pioneiros”, pois “*o poder quase mágico das palavras resulta do efeito que têm a objectivação e a oficialização de facto que a nomeação pública realiza à vista de todos [...]*.”<sup>265</sup>

A agregação de valores, normas, resíduos históricos e transmissão de saberes e fazeres fez com que essa biografia sucinta tornasse uma narrativa intergeracional de transmissão de domínio público representativo tanto no horizonte simbólico como cultural.

Sobre o passado que é comemorado em rituais e cerimônias, Castro diz que:

É o resultado de seleções que privilegiam certas narrativas em detrimento de outras. Além disso, a memória que esses rituais celebram não é simples narrativa sobre eventos e personagens que habitam um passado muitas vezes remoto, nem fruto de um mero interesse de antiquário: ela estabelece uma relação *presente* com o passado. Através da *re-presentation* do passado, a narrativa torna-se novamente presente, o evento mítico torna-se contemporâneo. [...].<sup>266</sup>

A narrativa lida no cerimonial militar era embasada subjetivamente de aconselhamento e fortalecimento comum, articulada ao sacrifício do militar e recheada de mensagens de identidade cívica e cidadania social que emocionou os presentes. Mas o mais interessante foi adaptação da narrativa ao tempo presente, as exclusões dos termos, como já referenciado: “Brizola” e “comunistas”. Assim,

Costuma-se dizer que as narrações imitam a vida, mas, no fundo, é a vida que imita as narrações. As narrações formam esquemas que permitem entender a realidade e que auxiliam na produção da percepção do mundo.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup>BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 117.

<sup>266</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 80.

<sup>267</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 252.

Não se trata de uma forma de reconstruir um passado histórico dito *apropriado*, mas sim de uma nova forma de contar o velho e de adaptação do discurso às necessidades do presente e da sociedade contemporânea. Pois as identidades mudam com as gerações, transformando seu conteúdo representativo, muitas vezes afrouxando as suas raízes.

Com o término da leitura, a posição de sentido fora tomada pelos militares cumprindo a ordem emanada pelo clarim, e com o tom vibrante e altivo, fora cantado o Hino Nacional como maneira de coroar o retorno do herói a caserna.

O Comandante major Zucco convidou a Senhora Marinês, para colocar uma cesta de flores junto ao fuzil, e como agradecimento a presença da família lhe presenteou com a bandeira que envolvera a urna funerária de seu tio durante todo o cerimonial. **(Figura 60)** Já é sabido que símbolos e imagens auxiliam na narração de uma memória. A entrega da bandeira, o símbolo máximo da Pátria aos familiares do militar falecido é o reconhecimento extremado da instituição. Pois o

[...] soldado que morre por sua bandeira assim age por identificar a bandeira com país. Mediante essa associação, ele perde de vista o fato de que a bandeira é apenas um sinal. Como um símbolo, a bandeira é valiosa: representa o país.<sup>268</sup>

No entanto esta atitude era mais um ingrediente do cerimonial, e estava também dirigida aos espectadores da formatura. Ela faz parte de uma representação imagética, uma linguagem não-verbal que estava intencionada de aumentar ou adubar o sentimento nacionalista que sempre foi bem intenso na região de fronteira que possuíam ou possuem bases militares durante a Ditadura Militar em nosso país.

A bandeira, propriamente dita, adquire um significado especial para cada indivíduo tendo o poder de evocar lembranças ou sentimentos particulares. Como símbolo ela representa “coisas” que são partilhadas pelos membros de um grupo, mascarando

---

<sup>268</sup> GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos*. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 91.



diferenciações pelo revestimento ideológico de “*comunidade*”; os símbolos são eficientes por serem imprecisos.<sup>269</sup>

Com o término da formatura se sequencializou uma série de fotos de alunos, civis e militares junto à lápide, que se estenderam logo mais para a visitação do Museu Tenente Camargo.

As cerimônias com perfil público tomam dimensões políticas, tal formatura de inumação além de ser um reencontro entre militares da reserva que estavam fora do convívio diário do aquartelamento de Francisco Beltrão, fora uma transmissão de testemunhos. A memória se alimenta pelo saudosismo, nostalgia e pela dimensão afetual.<sup>270</sup> O reencontro serviu para revalorizar os rituais e laços considerados importantes do grupo como identidade própria, curiosamente transmitindo um significado nada particular e sim social.

Neste caso *lembrar* pode ser interpretado como um ato social, mas também político. Pois a ação de testemunhar pode ser uma forma de indivíduos e grupos transmitirem sua biografia coletiva, e é através do testemunho que se transmite e se mantêm uma determinada cultura política ou determinadas condutas de ações gerais, podendo ser percebida nesta cerimônia não mais o anticomunismo, mas ainda sim, uma postura política de direita.

O elo fraternal entre os militares da reserva anunciados pelas palavras “*aprendi muitas coisas boas no exército*” produziu significados socializáveis, movidos pela saudade de um tempo, de um espaço de trabalho, de uma ação em conjunto com a sociedade e se distinguindo enquanto grupo diferenciado. Foi fruto de um processo alimentado por rituais moldadores de imaginário social, que promoveu uma identidade política resultando na hostilidade em relação aos militantes de esquerda por mais de cinco décadas.

---

<sup>269</sup>GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos*. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 92.

<sup>270</sup>TEDESCO, João Carlos. *Festas e saberes: artesanatos, genealogias e memória imagerial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 70.

A presença dos reservistas em visita a OM foi agraciada pelo comandante da unidade durante os anos de 2006 e 2007. Talvez como uma forma de interagir o moderno com o passado, e não se perder a narração, os conselhos e as experiências aumentando o potencial social da memória militar. Porém neste cerimonial, os reservistas eram o *fascínio* do vivido, ou seja, a representação de um passado concreto de uma história política comunitária que regulamentada por uma instituição regulou padrões de sociabilização em uma determinada época. Podemos considerá-los como “*narradores de memória*”.



**Figura 63.** A visita dos mais antigos. Febianos e militares da reserva que serviram na década de 1960.

Além do mais, a linguagem é um elemento fundamental na organização da memória, é através dela que a memória se manifesta como prática narrativa, daí a importância das vozes que fazem da experiência um potencial de narração. Sendo que as lembranças vividas e narradas são expressas sempre como comprometimento, como referenciais em torno de um objetivo comum e desejáveis, podendo ser mediados pela memória através das relações de gerações.<sup>271</sup>

O restante da manhã fora preenchido por entrevistas concedidas pelo major Zucco e o tenente Rômulo para com as emissoras de rádio e televisão locais. Também foram

---

<sup>271</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 154-306.

proferidas as saudosas histórias dos militares da reserva faziam referência ao tempo conturbado que vivera o sudoeste durante as décadas de 1950, 1960 e 1970.

Quando a visitação ao museu se encerrou e os convidados já tinham ido embora já passara das 13h00min, então o tenente Rômulo, acompanhado por mim e pelo o soldado Gelson Alípio Quoss, retornou a Praça para lacrar a sepultura. Vedamos com silicone com o intuito de evitar infiltrações, desde então os restos mortais do tenente Camargo repousa dentro das instalações do 16º Esqd C Mec.

#### **6.4 O herói já cumpriu sua missão**

Algumas abordagens em volta da memória coletiva e da identidade social faz compreender aspectos tradicionais, nacionais, a interferências das instituições e grupos, o papel dos símbolos agregadores de memórias, as estruturas sociais épicas e presentes e os interesses dos grupos formadores de opiniões.<sup>272</sup>

A construção do herói tenente Camargo pode ser encarada como um exemplo bem sucedido de criação de *novas tradições* como prova pode ser citada a sua permanência durante cinco décadas movimentando a memória regional. E ao examinar-mos podemos perceber e entender a presença dos elementos simbólicos que estiveram presentes no Exército Brasileiro durante um determinado período do século passado. Moldou-se uma memória grupal ao decorrer de inúmeras ocasiões de narrativas formalizadas centradas e estruturadas num tema político, objetivando um controle social.

Mas o interessante é identificar que em nenhum momento o Exército personificou o ‘herói’, não formou *personalismo* que é muito comum em ditaduras tanto de extrema direita como de extrema esquerda. O que foi construído no sudoeste paranaense foi um representante da instituição, exemplo que serviu para moldar mentalidades uniformes na formação de uma homogênea geração. E juntamente com outros fatos históricos da região, ajudou a materializar as duas naturezas da memória: o conjunto de lembranças e imagens

---

<sup>272</sup>Disciplina: História, memória e patrimônio, ministrada pelo Professor Pós-Doutor João Carlos Tedesco no curso de Mestrado – Pós graduação em História da UPF.

de um grupo e o conjunto de representações associadas a valores e normas de comportamento.

Todas as sociedades instalam seus “*guardiões*” do sistema que dispõem de certa técnica de manejo das representações e símbolos.<sup>273</sup> O Exército produziu no Sudoeste um “*sistema de representações*” que traduziu e legitimou uma ordem e para isso se utilizou da força do heroísmo, “*que tem a finalidade moralista, servindo para avaliar e dirigir capacidades e condutas*”.<sup>274</sup>

Deve ser levado em consideração também que o Estado, durante o governo militar, avocou para si o papel de criador da identidade nacional, responsável simultaneamente por promover o progresso e manter acesa a memória nacional.<sup>275</sup>

Percebendo a importância do relato histórico no processo de criação, desenvolvimento, transformação e gradativo esquecimento do herói regional, tentou-se reafirmar o que Castro expõe quando escreve que rituais como o examinado estabelecem narrativas entre pessoas através de performances coletivas; e que estes não são “*fenômenos acessórios e superficiais*”, mas que devem “*ser vistos como elementos essenciais à existência de qualquer grupo*”.<sup>276</sup>

E ainda ressalta que

---

<sup>273</sup>FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação de carisma: a construção mítico-heróico na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998. p. 142.

<sup>274</sup>MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1997, p.10.

<sup>275</sup>OLIVEN, Ruben G. Nação e região na identidade brasileira. In: ZAUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina. Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília e São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 80.

<sup>276</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 79.

Não basta que indivíduos pensem que fazem parte de uma determinada coletividade: é preciso agir, e agir em comum. É preciso também *comemorar* - lembrar em conjunto. Através dos rituais, as crenças tornam-se efetivamente sociais para seus participantes. É a repetição regular e coletiva dos rituais que cria e recria a própria coletividade enquanto tal, renovando em seus participantes o sentimento de pertencerem a algo em comum – no caso, o Exército Brasileiro.

<sup>277</sup>

A consciência de formar uma comunidade é desenvolvida através da apropriação de símbolos e da repetição de ritos que fortificam seus integrantes, assim estes se sentem unidos e seguros para carregar emblemas e insígnias que representem essa unidade ou caráter que se destingue dos “*outros*”.<sup>278</sup> Ou seja, a construção de “*identidades em qualquer nível é seletiva, simbólica e historicamente influenciada*”.<sup>279</sup>

Desta forma memória no sudoeste do Paraná foi institucionalizada através da presença militar na área, construindo bens simbólicos e moldando imaginários sociais na perspectiva de padronizar uma identidade grupal nacionalista, através da apropriação de um passado histórico comum, signos, produção de ritos e narrativas direcionadas a construção de um herói, o tenente Camargo. Neste sentido é correto afirmar que a memória do sudoeste do Paraná foi um instrumento de governo utilizado em tempos de Ditadura Militar no Brasil.

Mas deve ser considerada que havia condições sociais para que se desenvolvesse um herói regional, pois o processo de “*construção*” do herói não ocorre sem a aprovação

---

<sup>277</sup>CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 79.

<sup>278</sup>GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos*. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 91.

<sup>279</sup>STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 61.

da comunidade. Se a sociedade não se identifica com ele, ocorre o processo de desconstrução do herói, típico de lutas sociais<sup>280</sup>.

Pois a heroicização na *política* necessita da aprovação social e

[...] o processo de consagração está presente sempre que as relações sociais e os esquemas de classificação operadores estejam baseados no reconhecimento [...] embasados em busca de sentido.<sup>281</sup>

Sem mais nenhuma formatura de exaltação, os restos mortais do herói repousam dentro do quartelamento, inclusive no dia 27 de março de 2007, quando completou quarenta e dois anos de seu falecimento, o quartelamento em ritmo frenético de Período Básico de Instrução dos novos recrutas nem se lembrou dele.

Talvez esta situação seja explicada por Tedesco quando este estuda Halbwachs, e conclui que um pensamento só toma consistência se possuir uma duração suficiente. E os excessos de eventos oriundos da pós-modernidade, produzem novos tempos, novas identidades, novas experiências passageiras e novas invenções, dificultando a possibilidade de sedimentar a memória.

Nas sociedades atuais, a memória coletiva

[...] está muito enfraquecida, pois não está mais totalmente regida pela tradição ou pelo religioso. A informação contínua e a eternidade do presente anulando toda a referência ao passado imediato e mediato levam a que o indivíduo esteja cada vez menos dependente de grupos sociais. Tanto a memória quanto o indivíduo apresentam-se fragmentados em muitos espaços, tempos e grupos.<sup>282</sup>

Daqui por diante, o futuro do herói é inseguro, sem a existência real do comunismo, os militares e comandantes que viram servir em Francisco Beltrão podem interpretar de forma diferente esta “*narrativa de memória*”: com aceitação, indiferença ou rejeição. A

---

<sup>280</sup>CORADINI, Odacir Luiz. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 212.

<sup>282</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 16.

memória coletiva é o resultado de um trabalho permanente, no qual seus conteúdos de tempos em tempos são conservados ou abandonados.<sup>283</sup>

Porém estou certo que no *imaginário social* ele ainda vai perpetuar por muito tempo, de vezes em quando, um soldado recruta durante o seu serviço noturno de guarda ao quartel, vê vulto ou ouve ruídos nas proximidades da Praça Tenente Camargo, onde por enquanto, é o seu leito eterno.

Para Charles Chaplin “*a vida e a morte são determinadas demais, e por demais implacáveis para que sejam puramente acidentais*”, acrescento-lhe que o simbolismo, direcionados à vida ou à morte, também, é muito determinado para que sejam encarados como acidentes ou lembranças de um passado romantizado, tudo na vida tem um *por quê?* Cabe a nós, tentarmos entender!

---

<sup>283</sup>TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 152.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a história de ocupação e colonização do sudoeste paranaense foi diferente por se dar a terra como símbolo de poder econômico e não político, diferenciando-se do restante do país, pode-se afirmar que também se deu a atuação do Exército de forma diferente. As tropas que foram enviadas para a região tinham a finalidade de prover segurança, garantindo pela força do fuzil que as enxadas trabalhassem; mas ao mesmo tempo a sua própria permanência na área tinha a importância de ocupar fisicamente.

Com a intenção de identificar o processo de formação da sociedade regional através da presença militar na área, sem se apegar a uma simples descrição da forma que isto ocorreu, buscou-se inicialmente análise no pensamento geopolítico-militar brasileiro. Sendo o Sudoeste do Paraná uma área fronteira considerada de importância estratégica do ponto de vista de segurança nacional, reservistas que haviam saído do campo para prestar serviço militar obrigatório foram enviados para a área em litígio para efetuar a colonização, sendo “pioneiros” na fronteira.<sup>284</sup> Ao mesmo tempo em que estes ocupavam faixas de fronteira despovoadas, serviam com sentinelas avançados da Pátria, prontos e fáceis de serem mobilizados; ainda motivados por causa reconhecida: a terra.

A presença e atuação do Exército foram eficazes dentro do pensamento de Segurança Nacional, ainda idealizado pela ESG no início da década de 1950, o qual permanece até os nossos dias e tem sua história desenvolvida nesta região caracterizada pela íntima ligação com a vida da sociedade, sendo que seus membros fixaram-se na região, constituíram família e criaram amor pela terra.

Entretanto ao se considerar que um grupamento social é complexo, obteve-se o entendimento de que o desenvolvimento regional não é o resultado de uma ação militar somente, mas sim que esta ação fez parte decisivamente de um todo, apoiado em parâmetros sociais, políticos e econômicos que a nação vivia em cada momento histórico.

A criação da CANGO na década de 1940, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, tinha a função de implantar colonos rio-grandenses com o intuito de desenvolver e ocupar demograficamente a região. Porém tal órgão se distinguia das outras

---

<sup>284</sup>Deve se considerar que já existissem caboclos na região.



colônias implantadas pelo governo<sup>285</sup>. A CANGO não foi uma “*Colônia Militar*”, mas podemos dizer que desenvolveu um caráter de ‘Colônia Militarizada’ em face dos acontecimentos das décadas de 1950-1960. Por esse motivo que a história da colonização regional se confunde com a própria história dos destacamentos militares que foram destinados para área em questão.

A exploração por parte das Companhias Imobiliárias resultou na crescente animosidade com iminência de conflito entre os posseiros e os jagunços. Aliado a ineficiência da Polícia Militar fez com que o Presidente da República ordenasse ao Comandante da Região Militar que destacasse tropas para uma ‘Operação Presença’. Tais tropas serviram como instrumentos mediadores na constante efervescência dos ânimos na região.

O Exército presente na região apoiou os colonos, defendeu-os, mediaram conflitos, e amparou interesses do Governo Federal durante a conhecida Revolta dos Colonos ou Levante de 57. Este apoio é notoriamente percebido pelo simples fato de não atuar como aparelho repressor do Estado, o que é comum em movimentos sociais armados, já que as Forças Armadas são o *braço forte* do Estado e acionados na falência das forças militares estaduais.

Como força de segurança empregada em operações de Garantia da Lei e da Ordem o Exército teve participação efetiva no Levante de 1957, sua atuação teve como efeito uma situação que permitiu a pacificação do conflito. Desta forma o Destacamento Militar de Francisco Beltrão-PR recolheu os jagunços ao quartel e retirando-os da cidade em segurança garantindo sua integridade em face do sentimento hostil manifestado pelos posseiros.

Passado as agitações do Levante de 1957 o Exército atuou dentro de um planejamento estratégico do governo federal de desenvolvimento regional, alfabetizou, promoveu integração através da construção de estradas, pontes, aeroporto, forneceu documentação, evacuou doentes das regiões isoladas e promoveu uma política de *camaradagem* sendo um aparato mais que formal do Estado, muito bem compreendido pelo conceito de cultura política.

---

<sup>285</sup>Podemos citar aqui a Colônia Militar de Dourados no Mato Grosso.

A presença do Exército com efetivos no sudoeste paranaense, especificamente em Santo Antonio do Sudoeste e Capanema e na cidade de Francisco Beltrão com uma Companhia de Infantaria, não se ateve a simples missão constitucional de defesa externa, mas também de desenvolver ações de controle interno garantindo o desenvolvimento, objeto de interesse do Estado ao longo das décadas estudadas.

A presença da instituição militar, através de sua atuação nos tempos da colonização com seus símbolos e rituais simbólicos, marcou com estilhaços de nacionalismo a base social da região. Todos os anos aproximadamente 110 recrutas são selecionados na região para serem treinados e doutrinados, sendo que o número de voluntários sempre excede o da necessidade de incorporação.

Quando os reservistas retornam ao meio civil, enraizaram-se e seus filhos vêm incorporando às fileiras do Exército quase que tradicionalmente, prestando o serviço militar obrigatório ou mesmo seguindo a carreira das armas, estreitando ainda mais os laços entre aquela instituição e a comunidade local. Este bom convívio oportunizou o surgimento de uma rede de crenças dando significado e legitimidade a um comportamento político homogêneo, facilmente identificável como normas do grupo e valores sociais de toda a coletividade.

Toda essa interação exposta neste trabalho fez nascer uma ideologia e afinidade favorável em relação à instituição “Exército”, facilitando o entendimento da postura e atuação populacional anos mais tarde, em momentos de repressão do Governo Militar do general Castelo Branco.

Em 1965 quando a coluna guerrilheira do ex-coronel Cardim cruzou o à faixa sudoestina, bem na “*área fronteira, já prevista por Golbery*”<sup>286</sup> as tropas do Exército perderam um militar, o sargento Camargo. Em cima desse episódio fora construído o herói regional ‘tenente Camargo’, símbolo da luta anticomunista e exemplo a ser seguido apresentado pela caserna. Camargo foi uma representação da postura política, da resignação, da moral, do ideal e de nacionalismo defendido pelos militares.

---

<sup>286</sup>GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 195.

O “herói” tenente Camargo foi um símbolo de uma nação em instabilidade política, ele originou ritos que simbolicamente recriaram o senso de “grupo” ou “comunidade”, ou seja, uma espécie de ligação entre os atores sociais regionais. Desta maneira formou-se uma identidade coletiva com a capacidade de reconhecerem uns aos outros como integrantes de um mesmo grupo utilizando-se de estruturas cognitivas e investimentos emocionais, assim foi direcionada uma visão de mundo político.

Revivendo o fato anualmente através do culto a este herói durante décadas moldaram-se sentimentos, ações e intenções políticas na região; foi alimentando o imaginário social de que os militares foram os guardiões regionais. Por isso fora criada a nomenclatura e denominada a Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão até o ano de 2000 como sendo a “SENTINELAS DO SUDOESTE”.

Esta pesquisa não teve o objetivo tão somente de re-comprovar que no sudoeste do Paraná ocorreu a um processo de colonização amparada por instituições do Estado; e que entre estes aparatos estatais se encontrava o Exército o qual se fez presente durante todo o processo, pois era uma área de fronteira, portanto se tratava de uma região de interesse da *Segurança Nacional*. Mas sim, fornecer uma contribuição para o entendimento das tradições políticas, pensamento da coletividade e senso comum que move a mentalidade regional por mais de quarenta anos, a qual teve em sua concepção a influência direta da caserna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGMANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Acervo on-line do Banco de Dados Folha disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_29mar1965.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm)>. Acesso em: 7/01/2007 as 21hrs30min.

ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in Five nations. Princeton: Princeton University Press, 1980[1963]. *Apud*: BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*. Campinas, vol.11, nº 1, p. 147-168, mar 2005.

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso, (Orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Mestrado Programa de estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC, São Paulo, 1999.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 2002.

BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBIER, René. Sobre o imaginário. In: Em aberto. Ano 14, nº. 69, Brasília: INEP, 1994, p. 27 *apud* COSTA, Cléira Botelho; MACHADO, Maria Salete Kern (Orgs). *Imaginário e História*. São Paulo: Paralelo 15, 1999.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BATTISTI, Elir. Disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: *Campo e Território: revista de geografia agrária*. Clevelândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-83.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 23 ed. Petrópolis, Vozes, 2003.

BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste(PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola. *Dicionário de Política*. V. 1 A-J. Espanha: Siglo XXI Editores, 1981.

BOCK, Ana Mercedes Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*, 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: *Opinião Pública*. Campinas, vol. 11, nº 1, p. 147-168, mar 2005.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana. Representação Política: O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.) *Representações: contribuição para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. *A Trama da Integração: soberania e identidade no Cone Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

CASTELLI, Cerli Terezinha; QUADROS, Miguel; BONAMIGO, Carlos Antônio. Ocupação e Colonização: o conflito pela posse da terra no Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. *Revisitando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, Grafisul, 2007, p. 83-106.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORADINI, Odacir Luiz. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 209-236.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira; SANTOS, Cezar Luiz dos. Pedrinho Barbeiro. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Claídes Rejane. *Revisando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, Grafisul, 2007.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio/Ed. Unicamp, 1992.

Dumont, F. *Jefferson Cardim e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)*. Disponível em: <[www.ternura.com.br](http://www.ternura.com.br)>. Acesso em: 07 de Janeiro de 2008 19hrs30min.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação de carisma: a construção mítico-heróico na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 141-162.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n° 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. Disponível em:<[www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/)> Acesso em: 25 de julho de 2006 as 14hrs00min.

FONTANA, Luciana *et al.* A colonização do sudoeste do Paraná e a atuação do Getsop. In: BONAMIGO, Carlos Antonio *et al.* *História: construção de múltiplas interfaces*. Francisco Beltrão: Grafite, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, Iria Zanoni. *1957, Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1987.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o Espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismo: o Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HEINSFELD, Adelar. *As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Tese de Doutorado em História – PUCRS. Porto Alegre, 2000.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas de Alexandre Gusmão à Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina/e o início da colonização alemã no Baixo Rio do Peixe SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JÚNIOR, Amaury Ribeiro. Os matadores. *Revista Istoé*. Nº 798, 24/03/2004.

JUNIOR, Lourenço Rômulo; ZATTA, Ronaldo. Presença fardada na Revolta de 1957. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Claídes Rejane. *Revisitando a História: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, Grafisul, 2007, p. 215-236.

KOSSOI, Boris. *Fotografia e História*. 2. Ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

KUSCHNIR, Karine; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*. Curitiba: Grafit, 2005.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*, Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LAZIER, Hermógenes. *Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso - Edição Histórica*. Francisco Beltrão: Editora Folha do Sudoeste Ltda, 1982.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escala: a experiência na micro análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 77-102.

LINHARES, Maria Y. L.; SILVA, Francisco C. T. da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org) *Jogos de escala: a experiência em micro análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

LUCCHESI, Ivo. O declínio da heroicização no Ocidente. *Revista Saberes*. Rio de Janeiro-Universidade Estácio de Sá, nº 1, mar-ago 2008, p. 54- 63, 2008.

LUCA, Tânia R. de. Relatos autobiográficos: possibilidades e perspectivas. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido. (Orgs.) *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: Unesp, 2003, p. 133 -154.

MACHADO, Lacy Guaraciaba. A construção da imagem do herói: Uma abordagem inicial. *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 3/4, p. 253-270 Mar-Abr/2007.

MARTÍNEZ, Maria Ximena Alvarez. Brasil y Uruguay: la historia regional em el discurso militar uruguayo. *Revista de História Regional*. Curitiba, vol. 11, nº 1, p. 29-52, Verão/2006.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. 1 Ed. Curitiba: S/Eitora, 1986.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Mito e Museu: reflexões preliminares. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 41-52.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papiros, 1995.

MIR, Luis. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.



MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MORAES, Denis de. *O imaginário social e a hegemonia cultural*, 2002. Disponível em: Gramsci e o Brasil. <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>>. Acesso em 19 de outubro de 2007.

NEVES, Margarida de Souza. *Lugares de memória da medicina no Brasil*. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm>>. Acesso: 25 de novembro de 2007.

OLIVEN, Ruben G. Nação e região na identidade brasileira. In: ZAUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. *Cultura política e construção de identidades coletivas de sujeitos sociais*. Artigo apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia na UFPE - Campus de Recife-PE, 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PESSOA, Mário. *O Direito da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Bibliex e Revista dos Tribunais Editora, 1971.

PIMENTEL, Fernando *et al.* Revolução à Brasileira. *Superinteressante*. São Paulo, ed. 226, p. 38, maio 2006.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 03-15, 1989.

RENNÓ, Lucio Remuzat. *Teoria da cultura política: vícios e virtudes*. BIB, Rio de Janeiro, n.45, 1. Semestre, p. 71-92, 1998.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Ed. da FGV, 1996.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, p. 15-38.

REVISTA GENTE DO SUL, Francisco Beltrão, n.41, 1997.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RODRIGUES, Agostinho José. *O Paraná na FEB (Documentário)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1954.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROLIM, Rival Carvalho. Reestruturação da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950. *História Regional*. Maringá, nº 5, Verão, p. 153-166, 2000.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederick Barth e a “microistória”. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 151-172.

SANTIN, Janaina Rigo. *O Tratamento Histórico do Poder Local no Brasil e a Gestão Democrática Municipal*. Artigo apresentado no Congresso sobre Movimentos Sociais na cidade de Florianópolis, 2007.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 179-194.

SEFFNER, Fernando. O herói e o mito no espaço da sala de aula de história: algumas impressões. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 1998, p. 195-208.

SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editores, 1987.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

SIRINELLI, Jean François. El retorno de lo político. *História contemporânea*. Bilbao, v. 9, 1993, p. 26-36.

SOUZA, Nelson Rosário de. Espaço e Poder. In: CARVALHO, Leonardo Arquimimo (Org.). *Geopolítica & Relações Internacionais*. Curitiba: Juruá, 2005.

STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela J. “Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes”. In: BARROS, João Rodrigues (Coord.) *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 51-52.

SWAIN, Tania Navarro. Você disse imaginário? In: *História no plural*. Brasília: UNB, 1994.

TEDESCO, João Carlos. *Festas e saberes: artesanatos, genealogias e memória imagerial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

THIESSE, Anne Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 03-16, 1995.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TIBOLA, Ana Paula Lima. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2006.

VANINI, Ismael. História e fotografia. In: BONAMIGO, Carlos Antonio *et al.* *História: construção de múltiplas interfaces*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2006, p. 129-148.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus: Revista de História*, v. 3, n. 1, p. 84-97, Juiz de Fora, 1994.

ZAGO, Luciana Grespan. A visão de geopolíticos brasileiros sobre fronteira. In: *Semina: Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História/Universidade de Passo Fundo*, Instituto de Filosofia e ciências Humanas, v. 3 – n 1, 2005, Passo Fundo, Editora UPF, 2005.

ZAGO, Luciana Grespan. *Fronteira e Segurança Nacional do Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Candido Rondon*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007.

ZATTA, Ronaldo. O cheiro da rosa na formação da sociedade sudoestina. In: BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane. *História: conhecimento e prática social*. Francisco Beltrão: Grafisul, p. 219-230.

ZATTA, Ronaldo. O Exército e o Levante de 1957 no Sudoeste do Paraná. In: *Anais do II Seminário de História Regional 2007*. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgh/download/Ronaldo%20Zatta.prn.pdf>>. Acesso em: 15 Nov 08 às 14h00min.

## **FONTES**

Boletim Interno número 122 de 30/06/2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Boletim Interno número 143, de 27/06/1957, do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 127 de 05/06/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 128 de 06/06/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 136 de 18/06/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 140 de 24/06/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 143 de 27/06/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 147 de 02/07/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 149 de 04/07/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 153 de 09/07/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 189 de 20/08/1957 do 13º Batalhão de Caçadores. Joinville SC.

Boletim Interno número 160 de 16/07/1956 do 13º Regimento de Infantaria. Ponta Grossa – PR.

Boletim Interno número 207 de 11/10/1956 do 13º Regimento de Infantaria. Ponta Grossa – PR.

Boletim Interno número 5 de 07/07/1957 do 13º Regimento de Infantaria. Ponta Grossa – PR.

Boletim Interno número 77 de 02/04/1957 do 13º Regimento de Infantaria. Ponta Grossa – PR.

CADERNO CULTURAL N° 1 Projeto Memória intitulado Revolta dos Possesiros: Cinquentenário 1957-2007, organizado por Tânia Maria Penso Ghendin, Diretora do Departamento de Cultura do Município de Francisco Beltrão- PR no ano de 2007.

Fotocópia da Revista O Cruzeiro de 12/10/1957.

Livro de Recortes em memória ao Sargento Camargo Museu do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Ofício nº 477 do Conselho de Segurança Nacional de 16/06/1941, Rio de Janeiro.

Registro Histórico do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa - PR, 1º Semestre de 1956.

Registro Histórico do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa - PR, 2º Semestre de 1956.

Registro Histórico do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa - PR, 1º Semestre de 1957.

Registro Histórico do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa - PR, 1º Semestre de 1958.

Registro Histórico do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa - PR, 1º Semestre de 1959.

Resolução do Conselho de Segurança Nacional de 04/04/1956.

Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do Exército na faixa fronteiriça do Brasil com a República Argentina, Rio de Janeiro, 22/07/1942.

Resumo histórico do 13º Regimento de Infantaria que no dia 01/06/1956, por ordem do EXMO. SR. General Comandante das 5 RM/DI.

JORNAL DE BELTRÃO, 09/07/2007. Coluna “No tempo da Revolta”.

JORNAL DE BELTRÃO, 13/07/2007. Coluna “No tempo da Revolta”.

JORNAL DE BELTRÃO, 09/08/2007. Coluna “No tempo da Revolta”.

JORNAL DE BELTRÃO, 10/08/2007. Coluna “No tempo da Revolta”.

JORNAL DE BELTRÃO, 11/08/2007. Coluna “No tempo da Revolta”.

## **ENTREVISTAS**

**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 081 do senhor Bonfilio Perussato Marchiori.

**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 226 do senhor Manoel Ribeiro dos Santos.

**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 235 do senhor Frederico Berdenask.

**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 245 do senhor Olindo Barbieri.

**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 725 do senhor Valdomiro Cavichon.

**Projeto Memória Cultural** da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 753 do senhor Adelino Pereira Ribas.

Entrevista com o senhor José Pedro de Almeida, militar da Reserva (cabo).

Entrevista com o senhor Neri Tomazzi, militar da Reserva (soldado reformado).

Entrevista com o senhor Manoel Miranda, agricultor e comerciante (pioneiro).

Entrevista com o senhor Ivo Santos militar da Reserva do Exército (cabo)

Entrevista com o senhor Nelson Behne, empresário e reservista do Exército.

Entrevista com o senhor Sessuaf Mecissuaf Polanski, militar da Reserva do Exército (subtenente).

Entrevista com o senhor João Olivo, militar da Reserva do Exército (sargento).

Entrevista com o senhor Josué da Costa Gama, reservista do Exército (sargento).

## **Anexos**

### **Anexo 01**

Boletim Interno n° 05, datado de 07/01/1957 do 13° Regimento de Infantaria localizado na cidade de Ponta Grossa-PR, folhas 34-35.







## **Anexo 02**

Narrativa proferida anualmente por ocasião da formatura pública em homenagem póstuma ao tenente Camargo





### **Anexo 03**

Relatório das Operações de Contra guerrilha do comandante do Pelotão da 1ª Cia do 33º Regimento de Infantaria, o 1º tenente Juvêncio Lemos comandante do sargento Camargo. Transcrito para o Livro de Registro Histórico da Organização Militar.